

**Objetivo Específico: 001** – Promover a regularização fundiária, urbanística e ambiental, mediante ações que tornem os processos mais ágeis e transparentes.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDHAB

55.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE REGULARIZAÇÃO DE CONDOMÍNIOS

**Análise do Objetivo Específico**

Regularização fundiária, urbanística e ambiental são políticas de governo abrangentes, que envolvem diretamente diversos órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF), como a Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB), a Secretaria de Ordem Pública e Social (SEOPS), a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), o Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamentos do Solo e Projetos Habitacionais (GRUPAR), a Secretaria de Regularização de Condomínios e Agência de Fiscalização do DF (AGEFIS).

Todas as ações compreendidas no âmbito da Política de Regularização estão fundamentadas em um amplo espectro de leis, tanto no âmbito federal quanto local e possui abrangência macro, isto é: cidades, condomínios, imóveis, templos religiosos e entidades de assistência social.

Os principais programas relacionados a esse Objetivo são: “Regularizou, é seu” e “Mutirão das Escrituras”, os quais representam a atividade fim desta política, quais sejam: conferir segurança jurídica ao cidadão e o consequente ganho em sua qualidade de vida.

Os procedimentos de regularização foram atribuídos à Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB), que centraliza as ações da política de regularização do Distrito Federal e observa os preceitos ambientais estabelecidos no Distrito Federal que garantam a sustentabilidade do território com as condicionantes legais que assegurem a permanência das populações no lugar onde se encontram.

Quanto à atuação da Secretaria de Regularização de Condomínios (SERCOND) no alcance desse Objetivo Específico, especificamente em 2013, o foco do seu trabalho direcionou-se às realizações de ações que agilizam os processos de regularização das áreas de parcelamento irregular do solo, tendo como premissa a regularização fundiária no que tange aos condomínios horizontais. Para solucionar as pendências históricas quanto aos registros cartoriais dos projetos de regularização, atividade fim de sua atuação, a SERCOND passou a realizar a análise fundiária de cada parcelamento antes do prosseguimento do processo de parcelamentos e/ou regularização. Para tanto, conta com a sinergia dos demais órgãos de governo (GDF e União), bem como de particulares (cartórios). Sua metodologia de trabalho é focada na redução dos gargalos existentes no processo de regularização, os relacionados a outros órgãos do GDF, à União, aos cartórios e até mesmo às pendências judiciais, buscando sempre trazer benefícios à população.

**Metas 2012-2015:**

	Metas alcançadas até 2013
<p><b>Metas previstas no PPA até 2015</b></p> <p>1. Condomínios horizontais regularizados</p>	<p>A Secretaria de Regularização de condomínios (SERCOND) tem focado seu trabalho em ações que agilizam o andamento da regularização das áreas de parcelamento irregular. Dentre essas ações, destacam-se: Secretaria Itinerante que realiza visitas com objetivo de prestar informações, esclarecer dúvidas e receber demandas da comunidade quanto ao processo de regularização. Em 2013 foram realizadas aproximadamente 14 visitas; Parcelamentos Aprovados no Conselho de Planejamento (CONPLAN): Em 2013 foram aprovados 9 parcelamentos; Publicação de Decreto de Regularização: Em 2013 foram contemplados os parcelamentos Residencial Marisol e Alto da Boa Vista. Reuniões com Síndicos: Foram realizadas</p>

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
2. Regularizar fundiária e urbanisticamente as cidades implantadas (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	<p>diversas reuniões com síndicos objetivando fornecer orientações para a regularização, notadamente nas áreas fundiária, urbanística e ambiental; Audiências Públicas: Em 2013 foram realizadas 2 audiências públicas para discutir o PLC de condomínios fechados. Parceria com a Anoreg: Foi firmada parceria para análise prévia das exigências visando o registro em cartório dos parcelamentos regularizados. Parcelamentos em Análise: Em 2013 existiam 99 parcelamentos em análise pela SERCOND.</p> <p>Foram entregues, em 2012, 4.484 escrituras aos moradores do DF mais 1.785 escrituras referentes à carteira imobiliária, perfazendo um total de 6.269 escrituras. Como principal realização em 2013, temos a entrega de outras 1.617 Escrituras, conforme segue: a) BRAZLÂNDIA - 6; b) CANDANGOLÂNDIA - 1; c) CEILÂNDIA - 342; d) GAMA - 3; e) ESTRUTURAL - 497; f) GUARÁ II - 7; g) PLANALTINA - 110; h) RECANTO DAS EMAS - 100; i) RIACHO FUNDO I - 5; j) SAMAMBAIA - 150; k) SANTA MARIA - 60; l) SOBRADINHO - 313; m) TAGUATINGA - 15; n) VILA TELEBRÁSILIA - 2; perfazendo total de 1.611 escrituras entregues; como fatores que contribuíram para realização da meta, temos a regulamentação da lei 4996/12, por meio do Decreto 34210 de 13/03/2013; bem como a criação da Diretoria de Regularização - DIREG, no âmbito da CODHAB. Os dados foram colhidos do sistema interno SIHAB, da CODHAB.</p> <p>Como dificuldades encontradas no processo, podemos citar pendências no tocante à questão fundiária, cujas áreas encontram-se em terras da TERRACAP e de particulares.</p> <p>Em 2012, a meta foi parcialmente alcançada, uma vez que foram elaborados importantes instrumentos jurídicos que desoneram a burocracia existente nos processos de regularização. Entre os instrumentos jurídicos criados, podemos citar a Lei 4.996/12, que dispõe sobre a regularização de áreas de interesse social e os Decretos 34.210 e 34.211 (os decretos foram publicados em 2013). Publicação do Portal da Regularização e Cartilhas Informativas.</p> <p>Em cumprimento à meta, em 2013 os seguintes projetos tiveram continuidade: VILA DNOCS, SOBRADINHO - Construção de 429 unidades habitacionais e execução de Trabalho Técnico Social - Escrituras entregues; ESTRUTURAL - Construção e melhorias de 584 Unidades Habitacionais (UH), pelo PAC, bem como prospecção de mais 286 UH's, com recursos do programa minha Casa, Minha Vida. VILA VARJÃO - Previsão de construção de 144 UH's e Implantação de equipamentos Públicos Comunitários. Em licitação; MESTRE D'ARMAS, PLANALTINA - construção de 433 unidades habitacionais e execução de trabalho social e ARAPOANGA, PLANALTINA - construção de 461 unidades habitacionais e execução de trabalho técnico social, projetos que aguardam inserção em programa de melhorias.</p>
3. Processos de regularização simplificados, agilizados e transparentes para a população	<p>Meta cumprida conforme a publicação do Decreto 34210 de 13/03/2013. A página da internet que detalha o processo de Regularização Fundiária no Distrito Federal (<a href="http://www.regularizar.df.gov.br/">http://www.regularizar.df.gov.br/</a>).</p>
4. Assentamentos precários de interesse social regularizados	<p>03 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.</p>
5. Criar o Portal da Regularização	

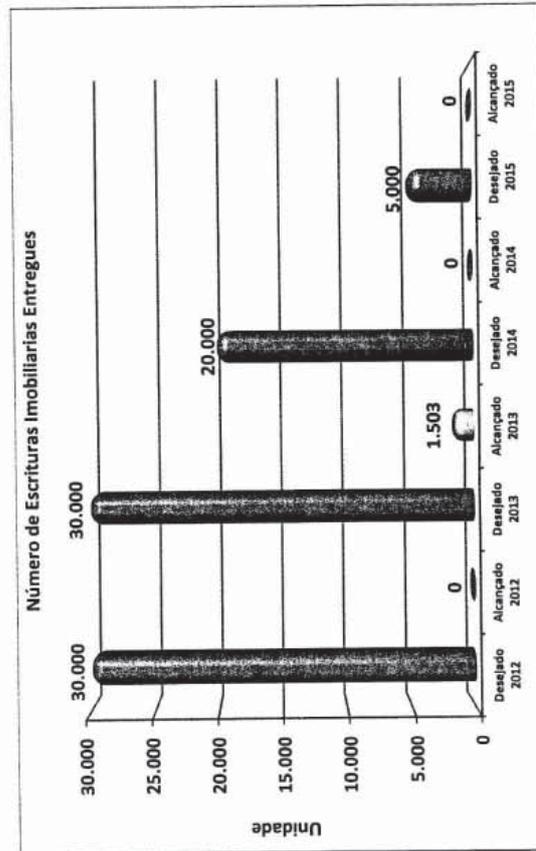
**Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores**

**Indicadores:**

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado		Desejado Em			Fonte da Informação	
					Desejado	Alcançado	2012	2013	2014		2015
1323	Número de Escrituras Imobiliárias entregues	Unidade	-	Anual	30.000	0	30.000	1.503	20.000	5.000	SUHAB/SEDHAB SUREG/SEDHAB

**Justificativas – 2013**

**Indicador 1323** - Espera-se que em 2014 o resultado desejado seja superado de forma a garantir o cumprimento do programa.



**Objetivo Específico: 002** – Regularizar assentamentos urbanos informais localizados nas Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS e nos núcleos urbanos implantados pelo Poder Público com parcelamentos ainda não registrados.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

28.209 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB

**Análise do Objetivo Específico**

A nova política habitacional do Distrito Federal permitiu a formulação de programas de regularização capazes de enfrentar o processo de desenvolvimento urbano informal e promover a integração de áreas irregulares à cidade formal, por meio de ações interventivas em áreas prioritárias estabelecidas no PDOT (Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS) e em núcleos urbanos implantados anteriormente pelo Poder Público. Essas ações foram articuladas e integradas em um único programa, o Regularizou É Seu!

Para implementação do Programa Regularizou É Seu, foi publicada a Lei nº 4.996/12, marco legal da habitação social no Distrito Federal. Posteriormente, a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 34.210/13, que dispõe sobre a regularização fundiária de interesse social, seguida pela disponibilização do “requerimento de solicitação de regularização fundiária de interesse social” no endereço eletrônico [www.regularizar.df.gov.br](http://www.regularizar.df.gov.br), a ser preenchido pelo ocupante do imóvel até 31 de dezembro de 2013 (ainda em 2013, esse prazo foi prorrogado para 31 de dezembro de 2014, com o objetivo estimular a legalidade fundiária e urbanística no DF e coibir a especulação imobiliária). Ainda, foi firmado convênio entre a SEDHAB e a Associação dos Notários e Registradores do DF – ANOREG, que reduz até 2015 o valor das taxas cartoriais de lavatura e registro do imóvel de R\$ 1.214,85 para R\$ 197,74, valor mais acessível à população de baixa renda.

Outro instrumento utilizado para fomentar a regularização imobiliária no DF foi a ampliação do número de postos avançados de atendimento ao público nas cidades e assentamentos a serem regularizados. Além do recebimento de documentação, formalização de processos e habilitação dos beneficiários em tempo real, os postos oferecem orientação e auxílio no preenchimento do requerimento de regularização fundiária. Essas estruturas de atendimento ao cidadão foram montadas nas seguintes áreas: Varjão, Planaltina, Riacho Fundo II, Vila Planalto II, Santa Maria, Setor Habitacional Ribeirão (Porto Rico), Vila São José - Brasília, Recanto das Emas, São Sebastião, Vila Telebrasília, São Sebastião e Estrutural, Sol Nascente/Ceilândia e Setor Habitacional Buritis/Sobradinho II.

Atualmente, sob a coordenação da CODHAB, encontram-se os seguintes projetos de regularização de áreas de interesse social (ARIS): Becos do Gama, Porto Rico/Santa Maria, Arapoangas e Mestre D'Armas/Planaltina, Sol Nascente, Por do Sol, QNP 22 e 24, QNR 2, 3, 4 e 5, Becos/Ceilândia, Setor Habitacional Primavera/Taguatinga, Vila Basevi, Mansões Sobradinho, ARIS Buritis, Pontas de Quadra, Sobradinho II, DNOC's/Sobradinho I, Água Quente/Recanto das Emas, Itapoã e Estrutural/SCIA e Núcleo Urbano São Sebastião, Setor Habitacional do Torto/Brasília, Becos e Vila São José/Brazilândia, Paranoá, Riacho Fundo II, Vila Cauhy, QE 44 II e QE 56 a 64/Guará, Setor Leste e Oeste/Planaltina, Vila Telebrasília e Vila Varjão.

Esse conjunto de esforços trouxe resultados significativos em 2013, ano em que foram emitidas 2.978 escrituras por doação e 1.785 escrituras para os mutuários da carteira imobiliária da CODHAB, além dos 1.045 títulos de concessão de uso (TCUs) emitidos.

**Metas 2012-2015:**

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Promover a regularização de 113 mil unidades habitacionais em áreas de interesse social	<p><b>2013</b> – Vila DNOC's: 468 escrituras de doação entregues; Cidade Estrutural: 892 escrituras de doação entregues; Becos de Ceilândia: 587 escrituras de doação entregues; ARIS Buritis: 700 escrituras de doação entregues.</p> <p>Foram entregues, ainda, 440 Termos de Concessão a Título Precário, para famílias residentes em Sobradinho II (Buritinho).</p> <p><b>2012</b> – Vila DNOC's: 132 unidades habitacionais entregues; 230 Termos de Concessão de Uso - TCU entregues; Vila Rabelo: remoção e entrega de 160 famílias c/simultânea entrega dos TCU's; Setor Habitacional Buritis: emissão de 322 TCU's e convocação de 405 famílias para apresentação de documentação e habilitação; Vila Varjão: convocação de 148 famílias e habilitação de 123 a uma Unidade Habitacional; Setor Habitacional Sol Nascente: reassentamento de 69 famílias; A expectativa é que, até o final de 2015, a CODHAB tenha promovido a regularização de mais de 40 assentamentos precários.</p>
2. Promover a regularização de unidades habitacionais em 2 núcleos urbanos (Riacho Fundo II e São Sebastião)	<p><b>2013</b> – Riacho Fundo II – 1ª etapa: projeto urbanístico registrado;</p> <p>Riacho Fundo II – 2ª etapa: projeto urbanístico revisado e encaminhado para aprovação;</p> <p>Riacho Fundo II – 3ª Etapa: Elaboração de diagnóstico sobre quantidade de famílias irregulares em área destinada ao Programa MCMV/Morar Bem, nas QS 14 e 25; Inauguração de Posto de Atendimento Avançado da CODHAB no local.</p> <p>São Sebastião: Regularização urbanística, fundiária e de titularidade, visando a emissão das escrituras de propriedade para as famílias beneficiadas e instalação de Posto de Atendimento Avançado da CODHAB para entrega de documentos necessários à regularização fundiária.</p> <p><b>2012</b> – Execução do contrato nº 22/2009, com empresa especializada responsável pela elaboração de Projeto Integrado de Regularização da cidade de São Sebastião.</p> <p>Com relação ao Riacho Fundo II:</p> <p>- 3ª etapa, foi aprovado o Projeto Urbanístico de Parcelamento das Quadras QS1 a 10, QS 12, QS, 14, QS 16, A 18, QS 20, QS 22 a 31, a implantação de redes aéreas de distribuição de energia elétrica e de rede de abastecimento de água potável e esgoto sanitário.</p> <p>Formalização de contrato para construção das primeiras 2.505 unidades habitacionais.</p> <p>- 4ª etapa, formalização de contrato para construção de 5.130 unidades habitacionais.</p> <p>- 5ª etapa, formalização de contrato para construção de 5.904 unidades habitacionais.</p> <p><b>2013</b> – Em 2013 foram emitidas 2.978 escrituras de doação por meio das ações "Mutirão de Escrituras" e "GDF Junto de Você", contemplando as cidades: Becos de Ceilândia; Estrutural; Vila DNOC's; Ceilândia – Setor P e Buritis. Este número abarca os apresentados na Meta 1.</p> <p>Foram emitidas 1.119 escrituras relativas à Carteira Imobiliária – as quais são geridas atualmente pela Diretoria Financeira.</p> <p>Foi criada a Diretoria de Regularização de Interesse Social, consequência direta da publicação do Decreto nº 34.210/2013 que regulamentou a Lei nº 4.996/2012.</p> <p>Foi instalado o Posto temporário de Atendimento da CODHAB na Vila Planalto, que funcionou por 17 dias e recebeu 1.200 famílias que apresentaram a documentação solicitada para a regularização de seus imóveis. A expectativa da CODHAB é que</p>
3. Implementar o programa "regularizar para morar legal – titulação de unidades", visando a regularização de 26 mil imóveis distribuídos, com a emissão das respectivas escrituras	<p>696</p>

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
<p>4. Coordenar e acompanhar a execução do trabalho técnico social na política de regularização fundiária</p>	<p>a escritura definitiva seja entregue em 2014. Foram criados outros 15 Postos Avançados de Atendimento para Regularização, todos estes permanentes, em 15 diferentes áreas de interesse social do DF. <b>2012</b> – Realizado convênio com a ANOREG/DF para redução do valor a ser pago pela escritura. Em 2012, foram registradas 23.191 escrituras de imóveis participantes dos programas habitacionais. Foram entregues 3.955 escrituras aos mutuários, sendo 3.084 nas cidades de Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas e Santa Maria, durante o evento Mutirão das Escrituras lançado no final de 2012, e 871 entregues nos Núcleos de Atendimento. <b>2013</b> – Os projetos de trabalho técnico-social da QNR (Ceilândia) e Vila Varjão foram aprovados pela Caixa Econômica Federal. O contrato nº 018-2013 foi firmado com o Instituto Compasso, vencedor do Pregão nº 13/2013, para execução do PTTS da QNR. Ainda não foi emitida primeira ordem de serviço, uma vez que se aguarda o início das obras habitacionais da QNR, cujos beneficiários serão atendidos no TTS. Quanto ao PPTS do Varjão, o mesmo foi iniciado em 2013 por execução direta da Assessoria de Mobilização da CODHAB, que tem realizado trabalho junto a população a ser beneficiada. O PPTS do Sol Nascente foi aprovado pela Caixa com exigências, as quais estão sendo atendidas pela CODHAB. As demais informações devem ser mantidas. <b>2012</b> – Encaminhado à Caixa Econômica Federal o Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS relacionados às áreas QNR 2, 3 e 5 da Ceilândia/DF, Vila Varjão-Varjão/DF, Arapoanga-Planaltina/DF, Mestre D'Armas-Planaltina/DF e Sol Nascente-Ceilândia/DF. Especificamente na QNR 2, 3 e 5 foram identificadas 684 famílias habilitadas a participar desse Projeto e, quanto ao assentamento Smaff-Taguatinga/DF, foi realizada selagem e cadastramento socioeconômico de 27 famílias.</p>

**Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores**

**Indicadores:**

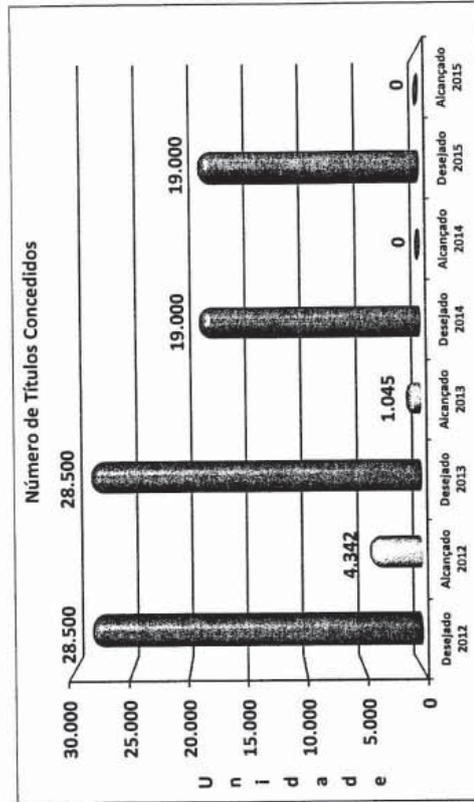
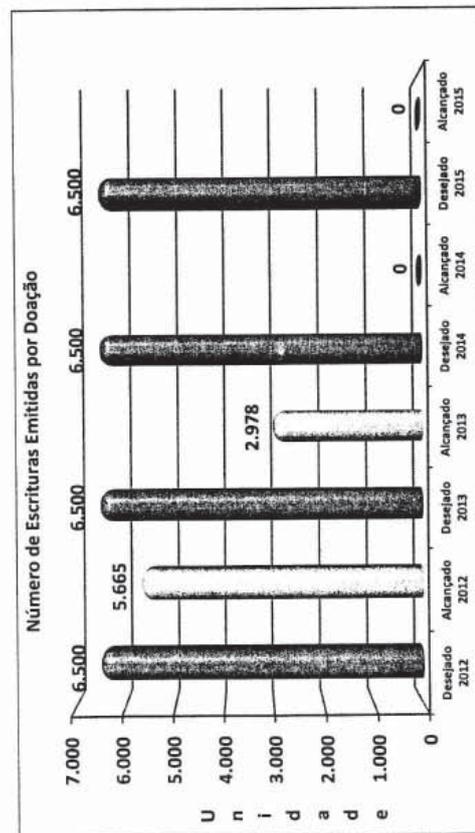
Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado		Desejado em			Fonte da Informação	
					Desejado	Alcançado	2012	2013	2014		2015
886 Número de Escrituras Emitidas por Doação	Unidade	3.600	31/05/2011	Mensal	Desejado	Alcançado	6.500	6.500	6.500	6.500	DIREG/ CODHAB
887 Número de Títulos Concedidos	Unidade	1.785	31/05/2011	Mensal	Desejado	Alcançado	28.500	28.500	19.000	19.000	DIREG/ CODHAB
890 Número de Escrituras para Mutuários	Unidade	-	-	Mensal	Desejado	Alcançado	4.342	1.045	-	-	DIREG/ CODHAB
					Desejado	Alcançado	19.000	19.000	19.000	19.000	DIREG/ CODHAB
					Desejado	Alcançado	1.785	1.785	-	-	DIREG/ CODHAB

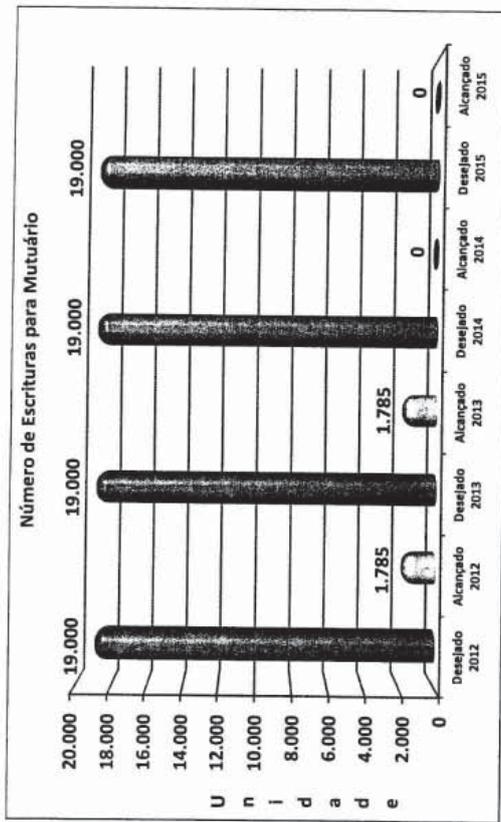
**Justificativas – 2013**

**Indicador 886** – Em 2013, foi publicada a Lei 4.996, que prevê procedimentos simplificados para a regularização fundiária de interesse social. Entretanto, o IBRAM, um dos atores mais importantes da política de regularização, responsável pela aprovação dos projetos, não adotou o entendimento da referida lei, o travou a maior parte dos projetos de regularização, que não puderam seguir adiante em razão da não aprovação pelo IBRAM, dentro do GRUPAR.

**Indicador 887** – O número de títulos concedidos não é mais um indicador relevante para a política de regularização. Os termos de concessão de uso (TCU) são títulos de propriedade precários, que eram usualmente concedidos para regularizar temporariamente a situação dos cidadãos que ocupavam áreas irregulares. Atualmente, a CODHAB orienta suas atividades apenas para a entrega do título definitivo de propriedade, reservando a emissão de TCUs apenas para casos excepcionais.

**Indicador 890** - A entrega de escrituras para mutuários da carteira imobiliária é uma ação que depende da contratação de uma empresa especializada para depuração da carteira (atualização dos montantes das dívidas), o que não se concretizou no ano de 2013.





**Objetivo Específico: 003** – Regularizar a situação fundiária das áreas públicas rurais, por meio da divisão das terras em comum com particulares, da elaboração de Projetos de parcelamento rural, e da celebração de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso para exploração das terras públicas rurais.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

28.201 – COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP

**Análise do Objetivo Específico**

A TERRACAP, por ser a empresa responsável pela administração das terras públicas do Distrito Federal localizadas em áreas urbanas ou rurais, também, contribui para o Programa Regularização Fundiária constante no PPA. As ações da TERRACAP neste Programa dizem respeito à:

- ✓ Regularização de áreas rurais cujos ocupantes estavam com os contratos de concessão de direito real de uso vencido há vários anos e outros que ocuparam de forma irregular, isto é, sem nenhum contrato firmado, assim como definição dos limites sobre o que pertence ao Governo e o que é particular.
  - ✓ Regularização de áreas urbanas ocupadas de forma indevida em anos anteriores.
- Assim, o processo de regularização é longo e deve cumprir várias etapas. Inicia-se com o georreferenciamento e termina com a implantação dos projetos de parcelamentos rurais ou urbanos devidamente registrados no cartório de imóveis. Para a legalização das terras públicas rurais se faz necessário o georreferenciamento como forma de resolver as questões de limites entre público e privado e permitir realizar a certificação das áreas.

Foram programados para o período do PPA 2012/2015, a elaboração do georreferenciamento de uma área de 300.000 hectares. Da meta estabelecida foram georreferenciados até 2013, 186.000 hectares atingindo 62% da meta.

Em 2013 foi realizado o estudo das normas que norteia a atividade de parcelamento rural (LODF, Instrução normativa 17-B/INCRA, Código Florestal 12651/2012, PDOT/2012, Decreto 12.960/90 e 15.869/94) e concluído projeto de parcelamento piloto para a região do Núcleo Rural Tabatinga.

Neste Programa, a outra ação da TERRACAP diz respeito à regularização dos contratos de concessão de áreas rurais ocupadas, cujos ocupantes se encontram com a concessão de uso vencida e outros ocupando áreas rurais de forma totalmente ilegal, isto é, sem nenhum tipo de contrato.

No exercício de 2013, foram firmados 238 contratos de concessão de Direito Real de Uso para exploração de terras públicas rurais. Com isso, o número de contratos de ocupação regularizados em áreas rurais passou de 6,07% em 2012 para 14% em 2013, o que totaliza 420 contratos para um universo estimado de 3.000.

**Metas 2012-2015:**

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Concluir o georreferenciamento de 300.000 ha das terras públicas rurais do Distrito Federal	Realizado 62% da meta, ou seja, 186.000 hectares de terras públicas rurais. A regularização das áreas rurais envolve ainda questões de divisão e limites entre o que é público e privado, problema que vem desde a época em que se fixou o limite do quadrilátero do Distrito Federal. A Empresa encontrou dificuldades no georreferenciamento de algumas áreas críticas.
2. Regularizar a situação de 3.000 contratos de concessão das terras públicas rurais	Realizado 14% da meta, ou seja, 420 contratos de concessão de terras rurais. Em relação a 2012, nesse ano de 2013, a Empresa teve um resultado significativo, visto que alcançou mais que o dobro daquele ano. No entanto, ainda possui dificuldades nas

**Metas alcançadas até 2013**

questões de divisão de terras o que justifica o distanciamento do resultado alcançado em face do desejado.

**Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores**

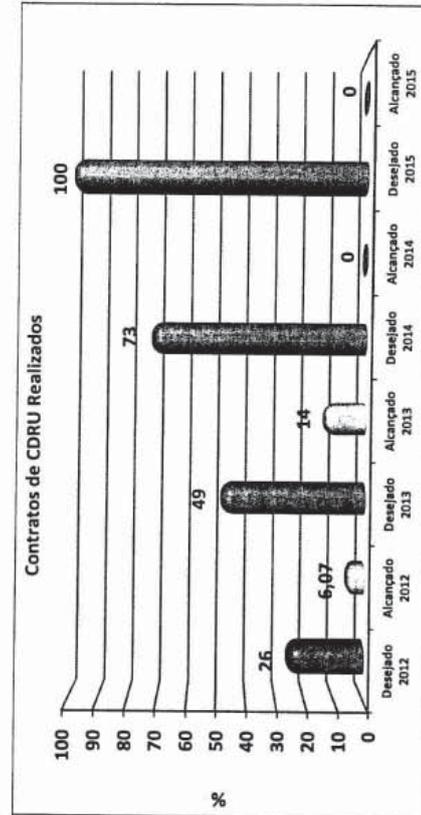
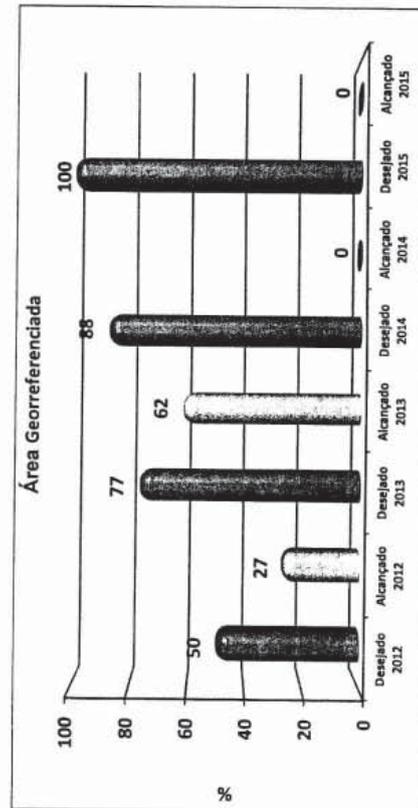
**Indicadores:**

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Períodicidade de Apuração	Resultado		Desejado em			Fonte da Informação
					Desejado	Alcançado	2012	2013	2014	
895 Área georreferenciada	%	22	30/06/2011	Anual	50	77	88	100		DITEC/ TERRACAP
897 Contratos de CDRU realizados	%	2,17	30/06/2011	Anual	26	49	73	100		DICOM/ TERRACAP

**Justificativas – 2013**

**Indicador 895** – Dificuldade de acesso a determinadas áreas ocupadas.

**Indicador 897** – Foram assinados 318 contratos de concessão de direito real do uso - CDRU de ocupantes de área rural, o que representa 14% da meta estabelecida para o período do PPA 2012/2015 e 28,6% do percentual a ser alcançado no ano de 2013.



**Objetivo Específico: 004** – Regularizar os parcelamentos urbanos localizados em terras públicas do Distrito Federal, por meio da elaboração de estudos ambientais, projetos urbanísticos, registro em cartório de imóveis, e implantação de infraestrutura básica.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

28.201 – COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

**Análise do Objetivo Específico**

A regularização de parcelamentos seguem os mesmos trâmites da criação de novos parcelamentos, envolvendo várias etapas que vão desde a elaboração dos projetos urbanísticos, ambientais, implantação de infraestrutura, obtenção das licenças ambientais até o registro em cartório, para, só então, serem vendidos em licitação, com preferência de compra pelos ocupantes.

O processo de regularização urbanístico, ambiental e fundiário, é multidisciplinar e necessita da participação efetiva de diversas instituições governamentais no seu desenvolvimento. A não priorização pelo Governo do Distrito Federal dos projetos sob a responsabilidade da TERRACAP, que é a regularização de áreas de interesse específico, provoca atrasos nas ações planejadas para o exercício, uma vez que as demandas não são atendidas com celeridade e sempre postergadas.

Em 2013 a TERRACAP finalizou todas as ações planejadas de sua competência. Considerando, que a meta de resultado proposta envolve necessariamente, a participação dos órgãos de licenciamento e aprovação do GDF, e ainda, por serem essas atividades competências regimentais de cada um desses órgãos envolvidos, são necessárias ações integradas, visando cumprir a meta estabelecida no plano plurianual.

O processo de regularização dos setores habitacionais: Arniqueira, Bernardo Sayão e Ponte de Terra, e para a Área de Regularização de Interesse Específico – ARINE Mansões Paraíso, elencados como meta da TERRACAP no PPA 2012/2015 encontra-se com todos os estudos e projetos concluídos e encaminhados aos órgãos de licenciamento para análise e aprovação. O número de lotes e o quantitativo de população a ser beneficiada encontram-se discriminada por setores/localização.

Foram investidos em 2013 aproximadamente R\$ 2 milhões de reais, para pagamento de estudos, projetos e licenciamentos. Nos quadros a seguir, encontram-se discriminados os setores planejados para regularização até 2015, com o número de lotes existentes, lotes a serem regularizados, bem como a população atual e a prevista após regularização (Quadro 1).

Quadro 1				
SETORES DEFINIDOS NO PPA 2012/2015				
Áreas de Regularização de Interesse Específico - ARINES	Número de lotes	População prevista	Meta lotes regularizados	Meta população beneficiada
• Setor Habitacional Ponte de Terra	3.785	33.100	6.335	40.975
• Mansões do Paraíso	123	3.750	8.489	54.907
• Setor Habitacional Arniqueira	6.952	28.000	10.643	68.838
• Setor Habitacional Bernardo Sayão	1.810	17.100	12.670	81.950

Além das ações realizadas para alcançar a meta de resultado, ou seja, a regularização dos setores citados no Quadro 1, em 2013 a TERRACAP financiou e gerenciou várias ações visando a regularização de outros setores. Estas ações e as previstas para 2014 se encontram discriminadas (Quadro 2). O estágio e etapa realizada se referem a execuções até 31/12/2013. O público-alvo beneficiado é identificado pela população da ARINE ou pelo Setor Habitacional passível de regularização.

Projetos	Iniciativas e Produtos Realizados até 2013 e Previsão de Entrega até Dezembro de 2014			Estágio Atual
	Produtos realizados até 31/12/2013	Previsão para 2014		
Regularização do Setor Habitacional Jardim Botânico Etapa II, iniciado em 2000.	Estudo Urbanístico EIA/RIMA Projeto de Urbanismo e Infraestrutura - parte implantada	Ações para retirada da impugnação, Registro Cartorial, contratação de RIT, complementar infraestrutura.	Registro cartorial impugnado.	
Regularização da ARINE Porto Seguro, iniciado em 2010.	Realizado levantamento Aerofotogramétrico, RIAC e Audiência Pública.	Finalização Projeto Urbanismo; obtenção Licenciamento ambiental e urbanístico.	Projeto Urbanístico em desenvolvimento; RIAC em análise pelo IBRAM para obter o LP.	
Regularização Setor Habitacional Arniqueira, iniciado em 2010. (1)	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Estudos Geológicos e Geotécnicos; EIA/RIMA; Projeto Urbanístico; Projeto Topográfico; Projetos de Infraestrutura - Drenagem e Pavimentação com Acessibilidade; Projeto de Participação Comunitária.	Realização da Audiência Pública para o EIA/RIMA; licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial; Assinatura do Contrato de Financiamento do PAC.	Projetos Urbanísticos e EIA/RIMA em análise pelo GRUPAR; Audiência para EIA/RIMA 15/01/14; Projeto selecionado PAC 2013, aguarda M. Cidade.	
Regularização do Setor Habitacional Bernardo Sayão, iniciado em 2010. (1)	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Estudos Geológicos e Geotécnicos; EIA/RIMA; Projeto Urbanístico; Projeto Topográfico; Projetos de Infraestrutura - Drenagem e Pavimentação com Acessibilidade; Projeto de Participação Comunitária.	Realização da Audiência Pública para o EIA/RIMA; licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial; Assinatura de Financiamento do PAC; início obras de infraestrutura.	Projetos Urbanísticos e EIA/RIMA em análise pelo GRUPAR; Audiência EIA/RIMA 14/01/2014; Projeto selecionado PAC 2012 aguarda pendências GDF para assinatura do Contrato.	
Regularização do SMPW Quadras 1 a 5 iniciados em 2010	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; EIA/RIMA; Estudos Geológicos e Geotécnicos; Projeto Urbanístico; Topográfico; Drenagem Pavimentação com acessibilidade; Infraestrutura; Participação Comunitária.	Realização da Audiência Pública para o EIA/RIMA; Assinatura do Contrato de Financiamento do PAC.	Projetos Urbanísticos na SEDHAB análise e aprovação; EIA/RIMA no IBRAM análise e licenciamento; Audiência EIA/RIMA 16/01/2014; Projeto selecionado PAC 2013, aguarda definição do M. Cidade.	
Regularização do Setor Habitacional Ponte de Terra iniciado em 2010 (1)	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Estudos Geológicos e Geotécnicos; EIA/RIMA e Audiência; Projeto Urbanístico Topográfico Drenagem, Pavimentação com acessibilidade; Infraestrutura Participação Comunitária.	Licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial; Assinatura do Contrato de Financiamento do PAC e contratação do RIT.	Projetos URB e EIA/RIMA analisados pelo GRUPAR, correção de exigências. TR para RIT em elaboração. Aguarda definição do M. Cidade.	
Regularização da ARINE Mansões Paraisópolis, iniciado em 2010. (1)	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Estudos Geológicos e Geotécnicos; EIA/RIMA e Audiência Pública; Projeto Urbanístico; Projeto Topográfico; Projetos de Infraestrutura Drenagem e Pavimentação com Acessibilidade; Projeto de Participação Comunitária.	Licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial; Assinatura do Contrato de Financiamento do PAC e contratação do RIT.	Projetos Urbanísticos e EIA/RIMA analisados pelo GRUPAR, correção de exigências para aprovação. TR para contratação do RIT em elaboração. Aguarda definição do M. Cidades.	
Revisão do Projeto de Regularização	Revisado Projeto Urbanístico; requerido à renovação de	Licenciamento ambiental e urbanístico; Regis-	Projeto Urbanístico corrigido em análise pelo	

Iniciativas e Produtos Realizados até 2013 e Previsão de Entrega até Dezembro de 2014			
Projetos	Produtos realizados até 31/12/2013	Previsão para 2014	Estágio Atual
do SH Dom Bosco Etapas I e III iniciado em 2010	Licença de Instalação.	tr Cartorial; contratação do RIT.	GRUPAR. Aguarda a renovação da LI.
Alteração do Projeto de Regularização do SH Jardim Botânico Etapa I iniciado em 2010	Projeto de Regularização do Setor alterado; Solicitado renovação de LI.	Licenciamento urbanístico; renovação de LI; elaboração aprovação de Projeto de Lei Complementar; Audiência para desafetação; Registro Cartorial e contratação do RIT.	Projeto Urbanístico alterado em análise para aprovação pela SEDHAB.
Regularização do Setor Habitacional Jardim Botânico Etapa V-A iniciado em 2010	Projeto de Urbanismo elaborado; solicitado renovação LI.	Licenciamento urbanístico; Renovação da LI; Registro Cartorial; contratação do RIT.	Projeto Urbanístico em análise pelo GRUPAR, após correções de projeto; Solicitado renovação da LI.
Revisão do Projeto de Regularização do Setor Habitacional Boa Vista Trechos I e II iniciado em 2010	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Projeto Urbanístico Revisado; requerido o licenciamento ambiental.	Licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial.	Projeto Urbanístico em análise pelo GRUPAR, Solicitado emissão de LI dos estudos ambientais para cinco setores de Sobradinho.
Regularização do Setor Habitacional Torto. Iniciado em 2010	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; EIA/RIMA; Audiência Pública; Projeto Urbanístico.	Finalização das correções do Projeto Urbanístico; Licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial.	Projeto Urbanístico em correção para atendimento das exigências do GRUPAR.
Regularização do Setor Habitacional Jardim Botânico Etapa IV iniciado em 2010	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Solicitado renovação da LI.	Finalização do Projeto de Urbanismo; obtenção do licenciamento ambiental e urbanístico, registro cartorial.	Projeto Urbanístico em desenvolvimento.
Regularização do Setor Habitacional São Bartolomeu-Trecho II Quadra II iniciado em 2011	Projeto Urbanístico.	Revisão do Projeto Urbanístico; Definição do sítio arqueológico, faixas proteção e usos compatíveis; obtenção do licenciamento ambiental e urbanístico.	Projeto Urbanístico em análise na SEDHAB para aprovação. IPHAN encaminhou informe sobre a existência de sítio arqueológico na área do projeto.
Revisão do Projeto de Regularização do Setor Habitacional São Bartolomeu Trecho I - iniciado em 2012	Projeto Urbanístico; Solicitação de renovação de LI.	Obtenção do licenciamento ambiental e urbanístico e Registro Cartorial.	Projeto Urbanístico em análise pelo GRUPAR; Aguarda renovar a LI.
Revisão do Projeto de Regularização do Setor Habitacional Vicente Pires Glebas I e III iniciado em 2012	Projeto Urbanístico; EIA/RIMA; Projetos de Infraestrutura de Drenagem Pavimentação com acessibilidade.	Obtenção do licenciamento ambiental (LI) e urbanístico e Registro Cartorial.	Projeto Urbanístico revisado ARVIPS no GRUPAR para análise e aprovação. EIA/RIMA em revisão; LP com recomendação de suspensão pelo MPDFT.
Regularização da ARINE Prive Lago Norte	Termo de Referência para EIA/RIMA solicitado ao IBRAM.	Elaboração de Termo de Referência para a contratação de estudos e projetos de regularização.	Aguardando a emissão de TR para EIA/RIMA pelo IBRAM, parte do TR dos estudos e projetos de regularização a serem contratados.
Regularização da ARINE Sucupira	Termo de Referência para estudo ambiental emitido pelo IBRAM; Em revisão TR para contratação de projetos de regularização.	Finalização do Termo de Referência e Contratação dos estudos e projetos de regularização.	Revisão TR para contratação dos estudos e projetos de regularização.

(1) Projetos do PPA 2012/2015

**Metas 2012-2015:**

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Realizar 40 ações de modo a proporcionar a regularização de 9% do total de ARINES (Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	Até 2013, a Empresa desenvolveu 16 ações para regularização das ARINES estipuladas na meta. As ações desenvolvidas dependem somente da TERRACAP, que são as ações de estudos geológicos/geotécnicos/topográficos, ambientais, projeto executivo de urbanismo e de infraestrutura. A partir das 16 ações desenvolvidas, as outras 24 pendentes são de competência de órgãos externos à TERRACAP.

Meta 2 excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto do Meio Ambiente
RIAC	Relatório de Impacto Ambiental Complementar
TR	Termo de Referência
LI	Licença de Instalação
LP	Licença Prévia
RIT	Relatório de Impacto do Trânsito
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
ARINE	Área de Regularização de Interesse Específico

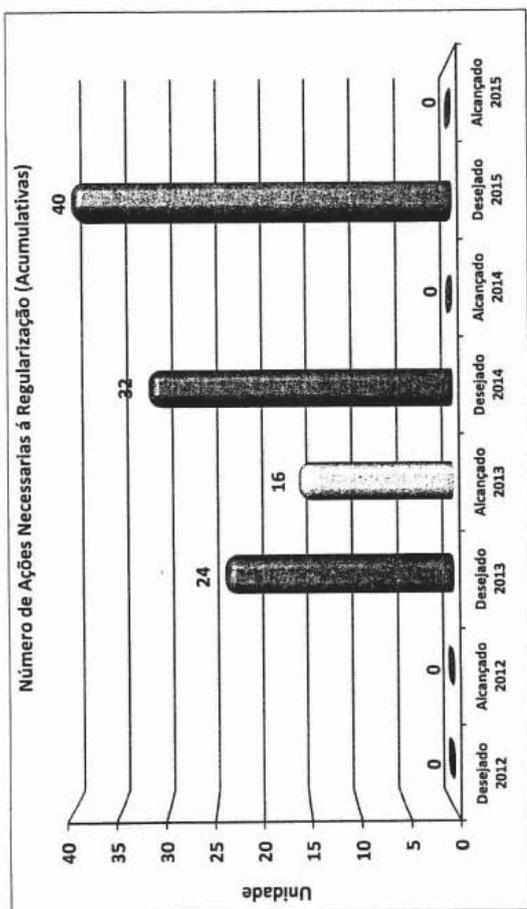
**Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores**

**Indicadores:**

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado				Fonte da Informação
					2012	2013	2014	2015	
1324 Número de ações necessárias à regularização (acumulativo)	Unidade	12	31/01/2011	Anual	-	24	32	40	TERRACAP
					Alcançado	-	16	-	

**Justificativas – 2013**

Indicador 1324 – Demora da emissão de Licença pelos Órgãos Ambientais, Análise dos Projetos pela SEDHAB.



**Objetivo Específico: 005** – Regularização de áreas públicas rurais do Distrito Federal, gerenciamento dos contratos firmados e intensificação da fiscalização. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

**Análise do Objetivo Específico**

Esse objetivo busca implementar a regularização das ocupações e a fiscalização das terras públicas rurais no Distrito Federal, reduzindo a insegurança jurídica das propriedades e do domínio das terras rurais, por meio da regularização que é realizada por Concessão de Uso de áreas públicas rurais, facilitando o acesso ao crédito e estimulando investimentos e, consequentemente, promovendo o desenvolvimento rural do setor.

A regularização fundiária rural do Distrito Federal é realizada sob duas vertentes. A regularização fundiária propriamente dita, de responsabilidade da TERRACAP, que resulta na individualização da gleba ocupada em uma unidade imobiliária com registro no respectivo cartório e a regularização da ocupação, de responsabilidade desta Secretaria, finalizando com a Certificação do Legítimo Ocupante – CLO de cada gleba.

A regularização da ocupação fundiária rural passou a ser possível após a edição da Lei Federal nº 12.024 de 27/08/2009, que autorizou o Governo do Distrito Federal a realizar a regularização das áreas rurais diretamente aos seus ocupantes.

Lei essa inicialmente regulamentada pelo Decreto 31.084, de 25/11/2009, com a TERRACAP e a Secretaria de Agricultura definindo os procedimentos para sua efetividade através da resolução nº 224, de 17/03/2011, e pela Portaria nº 25, de 10/03/2011, respectivamente.

Destaca-se que a Lei Distrital nº 2.689, de 19/02/2001, também trata do assunto, mas se encontrava *sub judice* perante o Supremo Tribunal Federal, em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, tendo a Suprema Corte entendimento pela constitucionalidade, na sessão de 12 de dezembro de 2012, com a publicação do Acórdão em 14 de outubro de 2013.

Diante do fato, foi publicado novo Decreto, nº 34.931, de 06/12/2013, que atualizou os procedimentos de regularização das terras públicas rurais, revogando expressamente o Decreto nº 31.084/2009.

Como parte dos procedimentos, a Secretaria de Agricultura realizou vistorias nas glebas que requereram regularização, ação Fiscalização Realizada que superou a meta estipulada de 625, atingindo 670 vistorias.

Em 2013, a SEAGRI apurou 103 denúncias sobre ocupação irregular e emitiu 288 notificações àqueles que praticaram irregularidades de ocupação e de ação indevida de uso do solo.

Em relação ao indicador de gestão dos contratos assinados, houve prejuízo em sua execução, pois o esperado eram 500 contratos; no entanto, foram realizados 372, alcançando 74,4% do esperado, visto que o gerenciamento somente é possível após a assinatura do contrato com a TERRACAP.

No tocante ao CLO, documento que qualifica o requerente como apto para afirmar contrato junto à TERRACAP, os fatores responsáveis pelo resultado foram o grande número de processos com divergência de limites (acarreta a morosidade na tramitação), a inserção das áreas requeridas em áreas desapropriadas em comum (resulta no aguardo da resolução fundiária junto a TERRACAP) e a inércia do interessado na apresentação de documentos ou na apresentação do Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU.

Para minimizar o deslocamento e custos dos interessados na entrega dos documentos, a Secretaria de Agricultura deslocou sua estrutura até os núcleos rurais, por meio das Caravanas de Regularização (13 realizadas) e de visitas às comunidades para palestras e/ou reuniões (89 visitas).

#### Metas 2012 - 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Aumentar o número de fiscalizações realizadas e os acompanhamentos dos processos	Em 2012-2013, foram realizadas 1425 fiscalizações pela SEAGRI.
2. Aumentar o número de contratos gerenciados (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	No exercício de 2012, a SEAGRI realizou 141 contratos, não atingindo a meta do ano devido a uma série de situações legais e ajuste de procedimentos entre a SEAGRI e a TERRACAP. Foi criada a Diretoria Extraordinária de Regularização de Imóveis Rurais – DIRUR, naquela Companhia, para que o resultado seja mais expressivo e, em 2013, a SEAGRI realizou 372 contratos, alcançando 74,4% do esperado.
3. Aumentar o número de CLOs emitidos (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	Até 31/12/2013, foram emitidos 241 Certificados de Legítimo Ocupante, atingindo 48,2% do esperado.

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

#### Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

##### Indicadores:

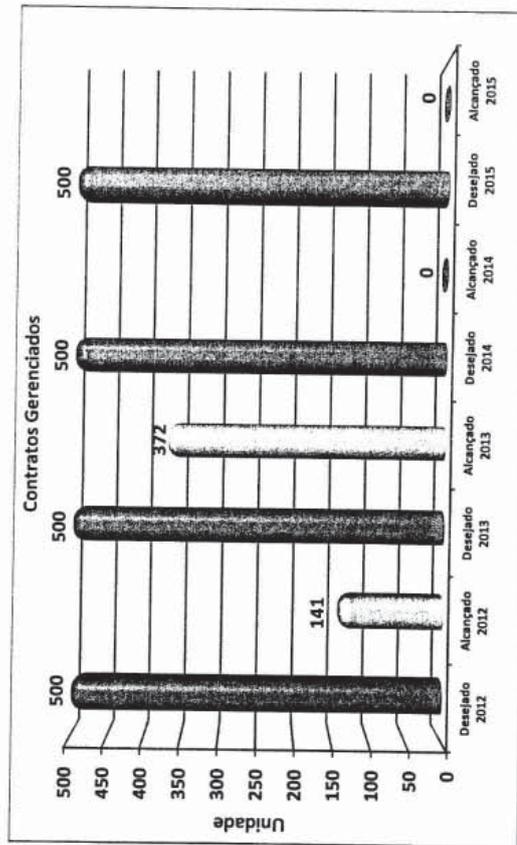
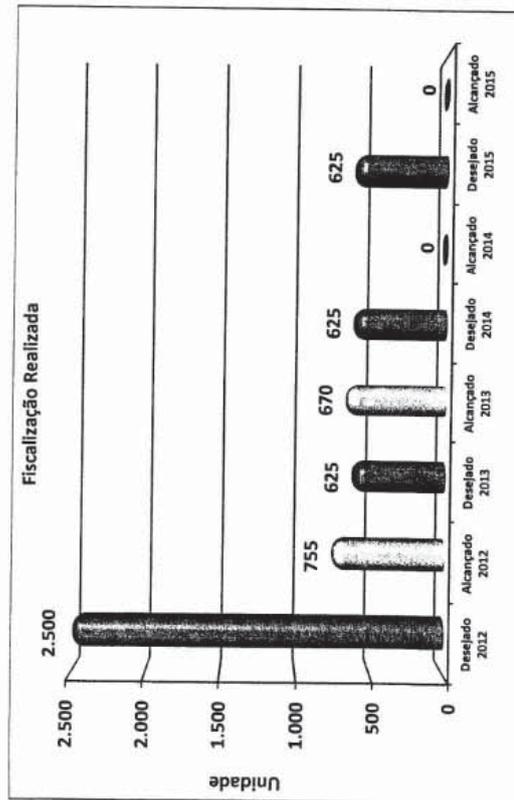
Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em			Fonte da Informação	
						2012	2013	2014		
908 Fiscalização realizada	Unidade	2.510	31/12/2010	Anual	Desejado Alcançado	2.500 755	625 670	625 -	625 -	SEAGRI
910 Contratos gerenciados	Unidade	-	-	Anual	Desejado Alcançado	500 141	500 372	500 -	500 -	SEAGRI
1325 Certificado de Legítimo Ocupante Emitido – CLOs	Unidade	-	-	Anual	Desejado Alcançado	- -	500 241	500 -	500 -	SEAGRI

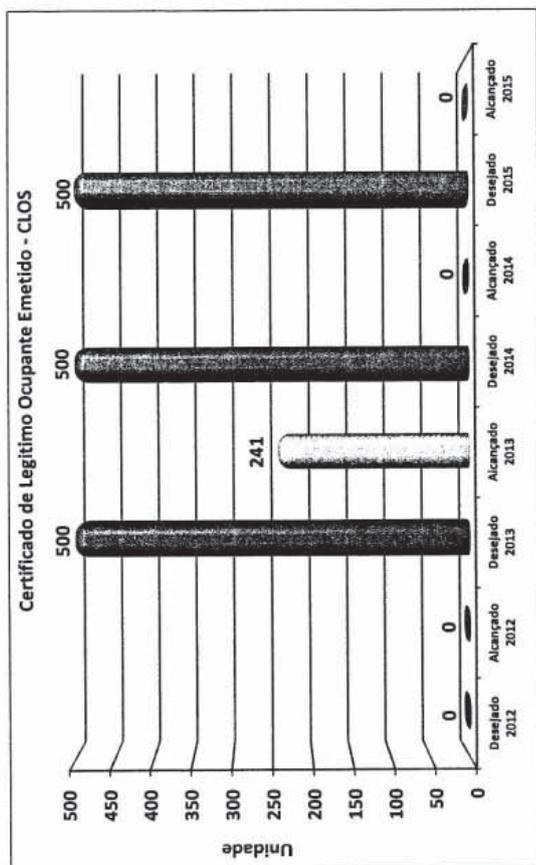
##### Justificativas – 2013

**Indicador 908** – Foram adquiridos novos veículos e a inclusão à equipe de novos servidores concursados.

**Indicador 910** – Atingido 74,4% da meta, em que pese a dependência informada. Este indicador possui dependência da TERRACAP, competente para firmar os contratos. Existem aproximadamente 180 (cento e oitenta) processos naquela Companhia aptos para a assinatura dos contratos e que não foram efetivados.

**Indicador 1325** – Atingido 48,2% da meta, após a realização de Caravanas da Regularização (deslocamento da estrutura SAF ao campo). Índice não alcançado, devido do grande quantidade de processos que apresentaram: a) divergência de limites; b) pendência fundiária (inseridas em áreas desapropriadas em comum); e c) inércia do interessado (apresentação do Plano de Utilização da Unidade de Produção - PU, que envolve custos, além de outros documentos).





**PROGRAMA TEMÁTICO: 6226 – PREVENÇÃO, GESTÃO DO RISCO E RESPOSTA A DESASTRES**

**OBJETIVO GERAL:** Reduzir desastres naturais ou antropogênicos por meio de ações de prevenção, preparação da população e respostas a emergências.

**MACRODESAFIO**

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

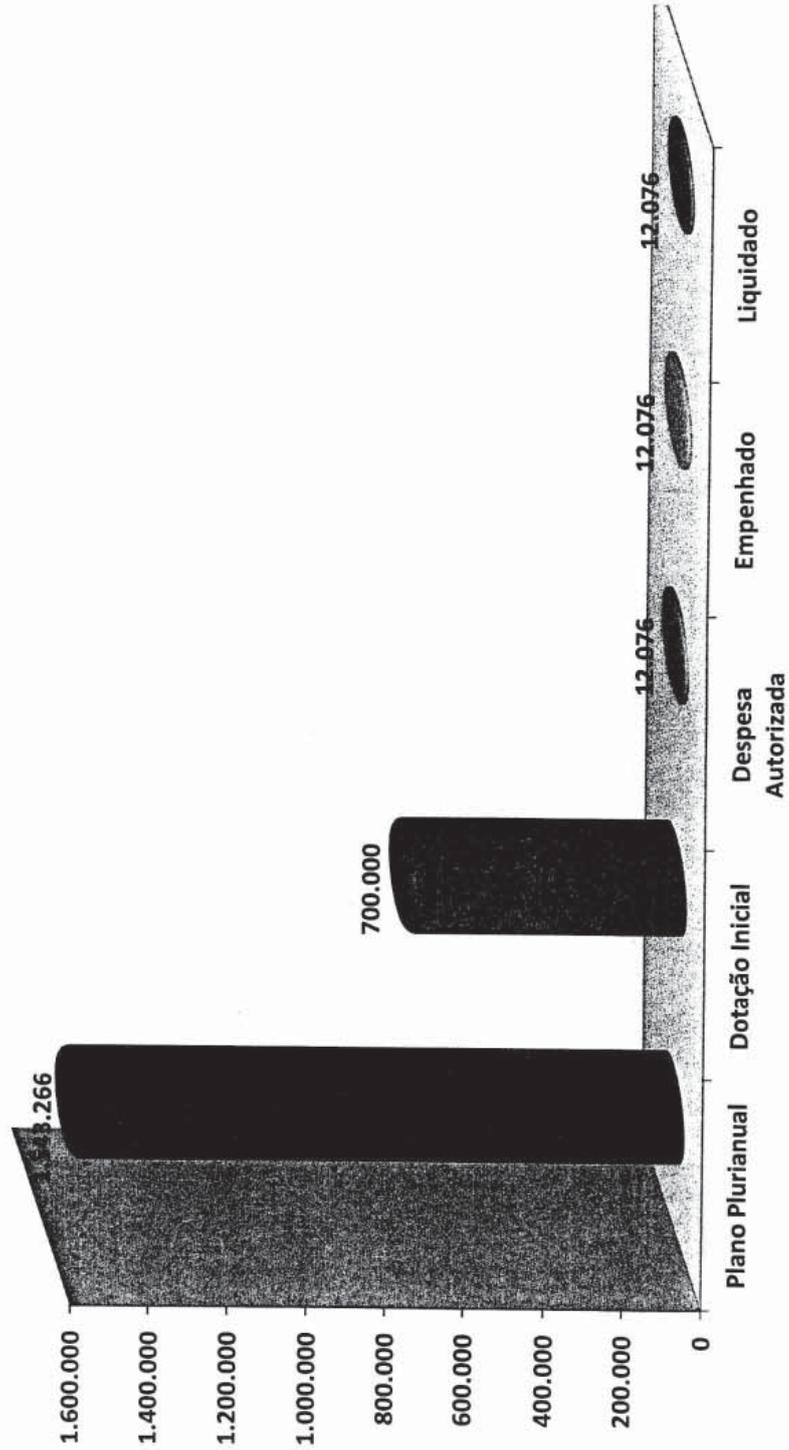
O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Realizar o mapeamento de todo o território do Distrito Federal visando identificar as áreas de risco, propor medidas estruturais e não estruturais às Unidades Administrativas e com isso sugerir critérios de ocupação do solo prevenindo danos e prejuízos provocados por desastres naturais e/ou antropogênicos. <i>(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)</i>	52.101
002 - Preparar a comunidade do Distrito Federal para ocorrência de emergências e desastres fomentando a realização de projetos de desenvolvimento de recursos humanos, de mudança cultural, de planejamento operacional e de contingência, proteção contra riscos e desastres e projetos de mobilização na área de defesa civil. <i>(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)</i>	52.101

**Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013  
PPA X LOA**

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA						Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)			
3678 - Realização de Eventos	109.841	0	0	0	0	0	0	
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	225.174	550.000	0	0	0	0	0	
3183 - Implantação do Centro de Formação em Defesa Civil	109.841	0	0	0	0	0	0	
4088 - Capacitação de Servidores	219.682	0	0	0	0	0	0	
4089 - Capacitação de Pessoas	109.841	0	0	0	0	0	0	
4147 - Mapeamento das Áreas de Risco	219.682	50.000	6.470	6.470	6.470	3	3	
6093 - Defesa Civil Junto a Comunidade	109.841	50.000	637	637	637	1	1	
6193 - Ações de Resposta da Defesa Civil para Atendimento aos Desastres	219.682	50.000	4.969	4.969	4.969	2	2	
6196 - Agente Mirim de Defesa Civil	219.682	0	0	0	0	0	0	
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6226</b>	<b>1.543.266</b>	<b>700.000</b>	<b>12.076</b>	<b>12.076</b>	<b>12.076</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	

6226 - Prevenção, Gestão do Risco e Resposta a Desastres



**Objetivo Específico: 001** – Realizar o mapeamento de todo o território do Distrito Federal visando identificar as áreas de risco, propor medidas estruturais e não estruturais às Unidades Administrativas e com isso sugerir critérios de ocupação do solo prevenindo danos e prejuízos provocados por desastres naturais e/ou antropogênicos. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

52.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - SEDEC

**Análise do Objetivo Específico**

A Secretaria de Estado de Proteção e Defesa Civil, dando continuidade ao atingimento do objetivo proposto, alterou a metodologia de mapeamento de áreas de risco no Distrito Federal e consolidou o levantamento de vulnerabilidades, zoneamento e classificação do risco de uma maneira permanente. Em parceria com a Casa Civil e diversos outros órgãos do GDF e, numa resposta ao Plano de Contingência para o período chuvoso elaborado em 2012, a Defesa Civil constituiu a partir do processo de identificação dos riscos (trabalho em campo para reconhecimento de ameaças ou perigos e de identificação das respectivas áreas de risco) e Análise dos riscos (estudos de caracterização fenomenológica, quantificação relativa e/ou absoluta, zoneamento, cadastramento do risco, codificação e hierarquização do risco, avaliação de possíveis cenários de acidentes) um conjunto de ações articuladas para minimização dos riscos e atendimentos emergenciais, tais como remoção de lixo e entulho, proteção superficial, retaludamento de áreas instáveis, drenagens e contenções, infraestrutura de ruas e margens de córregos, remoção e/ou realocação de moradias e orientação técnica preventiva a gestores locais e comunidade. Mantém-se a realização do monitoramento (observação contínua das áreas e situações previamente classificadas como potencialmente instáveis). Tudo isso como prática social concertada para a efetividade das ações. As novas áreas alcançadas nesse processo encontram-se em Ceilândia, Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Jardim Botânico, Taguatinga, Samambaia, Santa Maria, Itapoã, Recanto das Emas, SCIA e Paranoá. Percebe-se que a eficácia da gestão de risco de desastres depende da participação inteligente de todos os atores envolvidos. É indispensável continuar oportunizando o conhecimento em prevenção de desastres. Sem a continuidade da informação não se pode investigar, planejar, monitorar as ameaças e nem avaliar os riscos. Esses foram avanços alcançados em 2013, mas que é necessário continuar e aprofundar as ações e ampliação das parcerias em 2014/2015.

**Metas 2012-2015:**

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Mapear, até o final de 2015, 100% do território do Distrito Federal identificando as áreas de risco já existentes e as proeminentes, e com isso sugerir critérios de ocupação do solo prevenindo danos e prejuízos provocados por desastres naturais e/ou antropogênicos	2012 - Foram levantadas as áreas: Vila Rabelo I e II; Buritizinhos, que pertencem à RA de Sobradinho II; RA da Fercal; RA de Vicente Pires e, trecho 3, do Condomínio Sol Nascente, RA da Ceilândia. Foram essas as áreas analisadas por terem sido as que registraram o maior número de ocorrências, no ano de 2011. Perfazendo um total de 03 RA's e 9,78% do território do DF. Para o próximo período a previsão é levantar mais 09 RA's, cumprindo assim a meta estipulada pelo PPA. 2013 - A metodologia de mapeamento das áreas de risco no Distrito Federal foi alterada, adotou-se o levantamento de vulnerabilidades, zoneamento e classificação do risco. Assim, no ano de 2013 onze, das trinta e uma regiões administrativas foram consideradas: Ceilândia, Núcleo Bandeirante, São Sebastião,

<b>Metas previstas no PPA até 2015</b>	<b>Metas alcançadas até 2013</b>
	Jardim Botânico, Taguatinga, Samambaia, Santa Maria, Itapoã, Recanto das Emas, SCIA e Paranoá, perfazendo em 2013 45,26% da meta desejada em 2015.

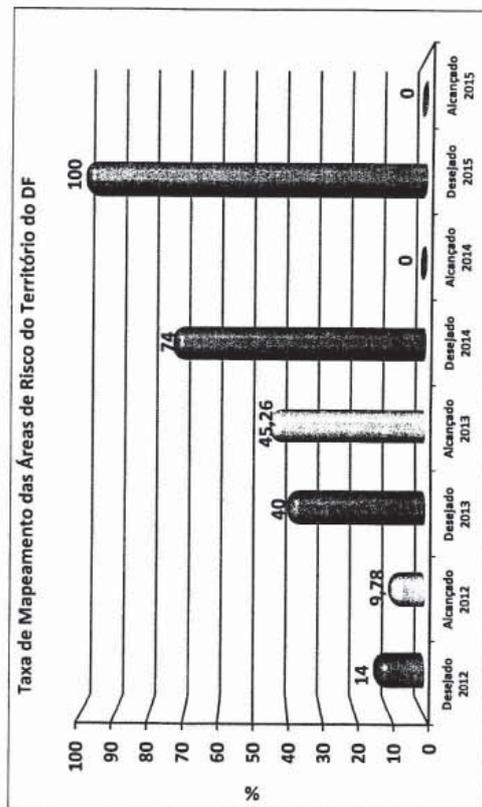
**Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores**

**Indicadores:**

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado		Desejado Em			Fonte da Informação	
					Desejado	Alcançado	2012	2013	2014		2015
1229 Taxa de mapeamento das áreas de risco do território do DF	%	-	-	Anual	Desejado	Alcançado	14	40	74	100	EQUIPE SEDEC DF
							9,78	45,26	-	-	

**Justificativa – 2013**

**Indicador 1229** - No ano de 2013, a SEPDEC-DF optou por adotar a metodologia de Levantamento de Vulnerabilidades, zoneamento e classificação do risco. A metodologia citada foi utilizada em onze das trinta e uma regiões administrativas do Distrito Federal: Ceilândia, Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Jardim Botânico, Taguatinga, Samambaia, Santa Maria, Itapoã, Recanto das Emas, SCIA e Paranoá. Maior número de Regiões Administrativas pode ser visitado, o que fez com que o índice alcançado superasse o desejado.



**Objetivo Específico: 002** - Preparar a comunidade do Distrito Federal para ocorrência de emergências e desastres fomentando a realização de projetos de desenvolvimento de recursos humanos, de mudança cultural, de planejamento operacional e de contingência, proteção contra riscos e desastres e projetos de mobilização na área de defesa civil. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

52.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – SEDEC

**Análise do Objeto Específico**

Dando continuidade ao processo de gestão do risco iniciado em 2012, cuja finalidade é desenvolver a capacidade da comunidade e autoridades locais para que estes atuem na condição de atores desse processo, foi possível concretizar ações de preparação e prevenção do risco junto à população residente em áreas previamente classificadas como de risco do Distrito Federal. Para concretização de ações de preparação da comunidade foram consideradas parcerias com diversos órgãos públicos, como por exemplo, a Fábrica Social do Distrito Federal, o que permitiu a realização de palestras e cursos sobre proteção e defesa civil para os colaboradores desse órgão, com a Secretaria de Estado de Educação para continuidade do programa Agente Mirim de Defesa Civil, com Administrações Regionais para implantação das Gerências Regionais de Defesa Civil e visita às residências nas áreas consideradas no levantamento de vulnerabilidades, zoneamento e classificação do risco. Em 2013, a participação da Secretaria no Programa GDF junto da gente também contribuiu para que os cidadãos residentes nas localidades em que o Programa era realizado também pudessem ter acesso a informações sobre proteção e defesa civil. Ações de mudança cultural, desenvolvimento de recursos humanos e mobilização em defesa civil foram efetivadas, podemos citar como exemplo os alertas para estado de atenção nos períodos da seca, a inserção de peças publicitárias na grande mídia tratando de assuntos como mudanças climáticas e cuidados com o meio-ambiente e, ainda, a implementação de ações junto aos acumuladores (pessoas com transtornos compulsivos de acúmulo de lixo e entulho). A Secretaria, apesar das ações realizadas, ainda carece de um aprofundamento da articulação interinstitucional para continuidade do processo de difusão do conhecimento em prevenção de desastres, pretendem-se que no próximo ano parcerias com os órgãos sejam regulamentadas, que o planejamento orçamentário seja executado e que servidores efetivos sejam atraídos para pasta, assim acredita-se que as ações terão maior alcance e serão efetivamente concretizadas.

**Metas 2012-2015:**

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Preparar, até o final de 2015, 12.786 cidadãos para ocorrência de emergências e desastres a partir da realização de projetos que promovam a mobilização social em defesa civil e a proteção contra riscos e desastres	2012- Pode-se concluir que o índice alcançado foi superior ao desejado, uma vez que estava prevista para o primeiro ano a preparação de 3.336 pessoas, sendo preparadas 3.503 devido à atuação integrada das unidades orgânicas da SEDEC/DF nas atividades de orientação/capacitação/preparação. Serão mantidas as metas anuais já previstas no PPA 2012-2015. 2013 – A atuação integrada das unidades orgânicas da pasta foi estendida a outros órgãos do Governo do Distrito Federal o que possibilitou maior número de cidadãos participantes nas capacitações sobre proteção e defesa civil, ações de orientação à cidadãos residentes em áreas

<b>Metas previstas no PPA até 2015</b>	<b>Metas alcançadas até 2013</b>
	consideradas no levantamento de vulnerabilidades, zoneamento e classificação do risco, criação de coordenações de proteção e defesa civil e cadastro de novos voluntários em defesa civil, o desejado de 5.786 cidadãos foi ultrapassado sendo 10.534 cidadãos preparados para prevenção de desastres.

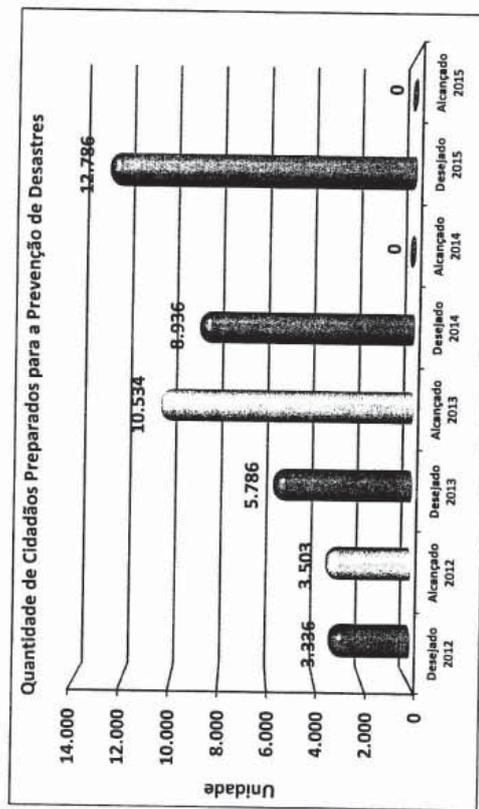
**Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores**

**Indicadores:**

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado		Desejado em		Fonte da Informação	
					Desejado	Alcançado	2013	2014		2015
1230 Quantidade de cidadãos preparados para a prevenção de desastres	Unidade	1.586	31/12/2010	Anual	3.336	3.503	5.786	8.936	12.786	Equipe da SEDEC

**Justificativa – 2013**

**Indicador 1230** - Em 2013, a SEPDEC-DF direcionou as ações de preparação de cidadãos para ações de capacitação, realizada em parcerias com outros órgãos do Distrito Federal; capacitação e cadastro de novos voluntários em Defesa Civil e ações de orientação à famílias residentes em áreas identificadas como áreas de risco. A identificação de novas áreas de risco, em um número maior de regiões administrativas, contribuiu para que o índice alcançado foi superior ao índice desejado.



**PROGRAMA TÊMÁTICO: 6227 – Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada**

**OBJETIVO GERAL:** Garantir o direito humano à alimentação adequada por meio da implementação e consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal e da promoção do acesso da população do DF a uma alimentação saudável e adequada.

**MACRODESAFIO**

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

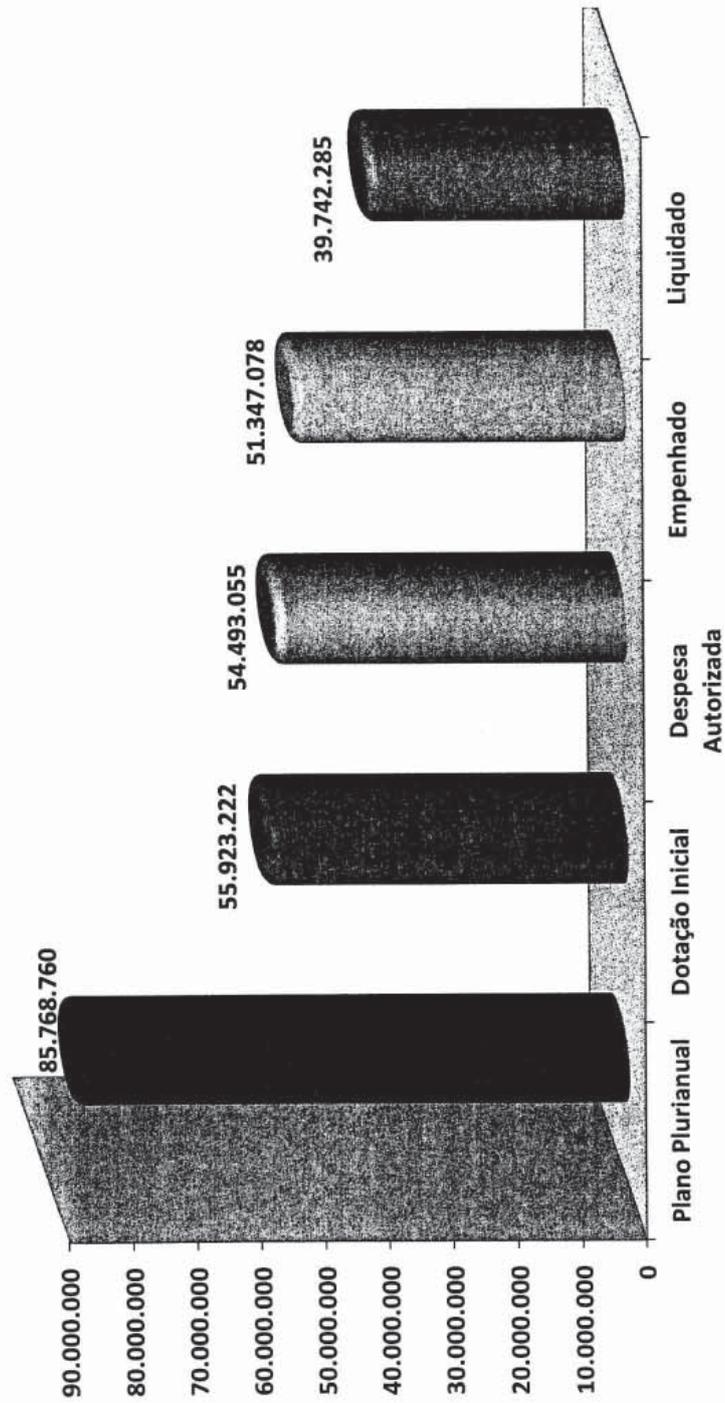
O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Consolidar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF.	17.101
002 - Contribuir para a promoção do acesso da população do DF a uma alimentação adequada e saudável.	17.101/ 17.906

**Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013  
PPA X LOA**

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA							Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)				
1656 - Ampliação de Restaurante Comunitário	400.000	600.000	0	0	0	0	0	0	
3195 - Construção de Cozinha Comunitária	5.600.000	2.000.001	1	0	0	0	0	0	
3196 - Reforma de Restaurante Comunitário	3.850.000	1.030.000	1.776.000	579.986	379.986		15	10	
4024 - Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	10.000	1.306.000	2.314	2.314	2.314		23	23	
4171 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional	100.000	92.841	2.314	2.314	2.314		2	2	
4172 - Manutenção e Funcionamento da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional	100.000	112.000	331.806	2.481	2.481		2	2	
4173 - Fornecimento Emergencial de Alimentos	3.976.400	6.672.400	6.113.439	6.113.437	4.889.591		154	123	
4174 - Fornecimento Continuado de Alimentos	15.000.000	12.395.380	7.034.348	7.034.348	5.220.204		47	35	
4175 - Fornecimento de Refeições nos Restaurantes Comunitários	44.645.000	28.119.600	37.612.200	37.612.198	29.245.395		84	66	
4176 - Fornecimento de Refeições nas Cozinhas Comunitárias	3.987.360	945.000	0	0	0		0	0	
5762 - Construção de Restaurante Comunitário	8.100.000	2.650.000	1.620.633	0	0		0	0	
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6227</b>	<b>85.768.760</b>	<b>55.923.222</b>	<b>54.493.055</b>	<b>51.347.078</b>	<b>39.742.285</b>		<b>60</b>	<b>46</b>	

**6227 - Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada**



**Objetivo Específico: 001** - Consolidar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

17.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL – SEDEST

**Análise do Objetivo Específico**

É importante destacar, no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF, o papel e a atuação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do DF – CONSEA/DF, criado pela Lei nº 4.085/2008. O CONSEA iniciou suas atividades no ano de 2013, com uma nova metodologia de reuniões ordinárias. A cada reunião instituiu-se um Grupo de Trabalho – GT com a finalidade de organizar a próxima plenária, adotando-se um tema central para aprofundamento, já definido pelo pleno do Conselho. Os temas escolhidos durante o ano de 2013 foram: Plano pela Superação da Extrema Pobreza no DF - DF sem Miséria, em janeiro; Agricultura, em março; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido como Merenda Escolar e Refeições Complementares nas escolas, em maio; Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional no DF, em julho; e Povos e Comunidades Tradicionais, em setembro. O GT promoveu visitas dos conselheiros e gestores relacionados a cada um desses temas, com debates e, ao final de cada reunião ordinária, com elaboração de Exposição de Motivos enviada ao Senhor Governador do Distrito Federal.

Durante o período, destaca-se ainda, atividades importantes do Conselho, tais como:

- Participação na elaboração e aprovação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal;
- Promoção do I Encontro de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, em outubro de 2013;
- Realização de visitas às cozinhas e restaurantes comunitários do Rio de Janeiro, em agosto de 2013, integrando comitiva responsável por essa atividade;
- Interlocução sistemática e pactuações com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/DF, inclusive para o monitoramento das ações do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal.

Quanto à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/DF foi instituída através do Decreto 33.142, de 19 de agosto de 2011 e realizou sua reunião de instalação no dia 20 de outubro de 2011.

A CAISAN é composta, em conformidade com seu regimento, pelos seguintes Comitês:

- Comitê Técnico 01 (CT 01) – Responsável pela elaboração do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Comitê Técnico 02 (CT 02) – Responsável pela implementação, monitoramento e proposição de ampliação do Programa Refeição Adicional nas Escolas, a fim de complementar a alimentação dos estudantes da Rede pública de educação do Distrito Federal, que frequentam escolas localizadas em territórios de alta vulnerabilidade social;
- Comitê Técnico 03 (CT 03) – Responsável pela implementação, monitoramento e qualificação dos programas de Provitamento Alimentar Institucional previstos no âmbito do Decreto Regulamentador do DF Sem Miséria.

No ano de 2013 foram realizadas 04 Reuniões Ordinárias do Pleno Executivo e 02 Reuniões Ordinárias do Pleno Secretarial da CAISAN/DF, cuja principal pauta foi aprovação do conteúdo do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional – I PDSAN.

Além das Reuniões ordinárias foram realizadas: uma consulta pública do I PDSAN, no período de 01 a 15 de agosto de 2013; uma oficina de validação do I PDSAN no período de 21 a 22 de agosto e o lançamento do I PDSAN no dia 23 de outubro de 2013.

No âmbito do I PDSAN foram criados dois novos Comitês Técnicos:

- Comitê Técnico 04 – responsável pela gestão e revisão dos Planos Distritais de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Comitê Técnico 05 – responsável pelo monitoramento e avaliação dos Planos Distritais de Segurança Alimentar e Nutricional.

No âmbito do convênio do SISAN, foram executadas as atividades: apoio à elaboração do I PDSAN; e aquisição de material de consumo, previstas no Plano de Trabalho do convênio.

Ainda sobre o convênio, foram produzidos conteúdos para dois folders, um institucional da CAISAN/DF; e um sobre SISAN e DHAA, que auxiliarão nas atividades das oficinas intersetoriais sobre SISAN, que acontecerão em março de 2014.

Além das atividades mencionadas, foram realizadas duas viagens de intercâmbio para tratar do monitoramento dos Planos Estaduais e Distrital de SAN, e uma viagem a convite do Governo do Estado do Paraná para apresentação do I PDSAN e coordenação de uma oficina com o Governo e a sociedade civil sobre a elaboração do Plano Estadual de SAN.

Por fim, destaco ainda as participações da CAISAN/DF nos Encontros Nacionais das CAISAN's, promovidos pela CAISAN Nacional/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

#### Metas 2012-2015

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
<p>1. Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do DF atuante (CONSEA reestruturado, CAISAN instalada e atuante, Plano instituído e em implementação)</p>	<p>Em 2012 o CONSEA-DF foi reestruturado, a CAISAN foi instalada – ainda em 2011 e o Plano de SAN teve sua elaboração iniciada, com previsão de publicação em 2013. A CAISAN realizou no ano de 2012 três reuniões ordinárias do Pleno Executivo e uma reunião ordinária do Pleno Secretarial. Foram criados três Comitês Técnicos, no âmbito da CAISAN/DF, através de resolução publicada no DODF. A estrutura e metodologia do Plano foram elaboradas e aprovadas pelo Pleno Executivo. Elaboração do capítulo de contextualização do Plano. Intercâmbio de experiências com a CAISAN/BA para elaboração do Plano. Participações em reuniões com a CAISAN Nacional e com o CONSEA Nacional para descentralização do SISAN. Conteúdo sobre a CAISAN disponibilizado no site da SEDEST, observadas as regras da Lei de Acesso à Informação - LAI. Em 2013 a CAISAN realizou cinco reuniões ordinárias do Pleno Executivo e duas reuniões ordinárias do Pleno Secretarial, no ano de 2013. Foram realizadas duas viagens, a Fortaleza e a Pernambuco, para realizar oficinas comas Caisan's Estaduais, reuniões estas que subsidiaram a finalização dos capítulos IV e V do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional. A CAISAN/DF participou ativamente de todos os encontros nacionais das CAISAN's realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Além das Reuniões Ordinárias foi realizada uma oficina técnica de validação do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e</p>

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	<p>Nutricional, com representantes das Secretarias de Estado que compõem a CAISAN/DF, Secretarias de Estado convidadas, membros representantes da sociedade civil no CONSEA/DF, além de órgãos que colaboraram com a elaboração do Plano. O Plano foi submetido a uma consulta pública, o qual ficou disponível por quinze dias nos sites das Secretarias de Estado membros da CAISAN/DF.</p> <p>O Plano foi aprovado em uma reunião Ampliada das CAISAN/DF, com a presença de todos os órgãos envolvidos na elaboração do Plano.</p> <p>Foi realizado o lançamento do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional em outubro de 2013, ocasião em que também foi realizado o primeiro encontro distrital de segurança alimentar e nutricional.</p> <p>A partir da publicação do Plano, a CAISAN/DF instituirá dois novos comitês técnicos, CT 04 e CT 05, os quais serão responsáveis pela revisão dos Planos Distritais de SAN e pelo monitoramento e avaliação do PDSAN, respectivamente.</p> <p>Outro desafio iniciado ainda no final de 2013 foi o mapeamento das ações orçamentárias de SAN, no SAG e identificação do aporte de recursos do GDF para a política de SAN.</p> <p>As atividades previstas no convênio estabelecido entre o MDS e a SEDEST, para apoio à implementação do SISAN no DF, foram em sua maioria executadas de acordo com o cronograma estabelecido até o final de 2013, devendo o mesmo passar por um novo ajuste em 2014, para que seja realocado os recursos das atividades que por ventura não foram executadas.</p>

**Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores**

**Indicadores:**

995	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-DF) reestruturado	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
996	Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional consolidada	%	-	-	Anual	Desejado Alcançado	40 40	60 85	100 -	100 -	SEDEST/ SUBSAS
997	Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional instituído	Unidade	-	-	Anual	Desejado Alcançado	1 1	1 1	1 -	1 -	Secretaria Executiva da CAISAN/DF e DODF
1238	Pesquisas sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no DF	Unidade	-	-	Anual	Desejado Alcançado	1 0	1 0	1 -	1 -	SEDEST/ SUBSAN

**Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA****Indicadores:**

996	Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional consolidada	Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado		Desejado Em			Fonte da Informação
							Desejado	Alcançado	2012	2013	2014	
			%	-	-	Annual	40	40	60	100	100	Secretaria Executiva da CAISAN/DF e DODF

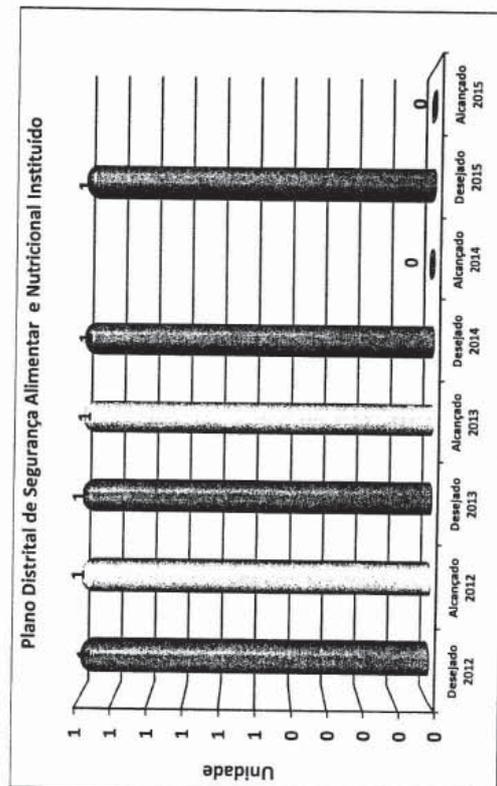
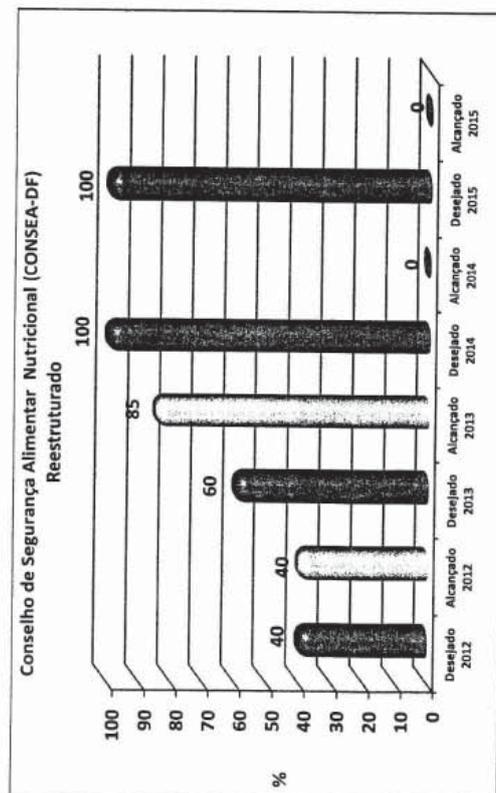
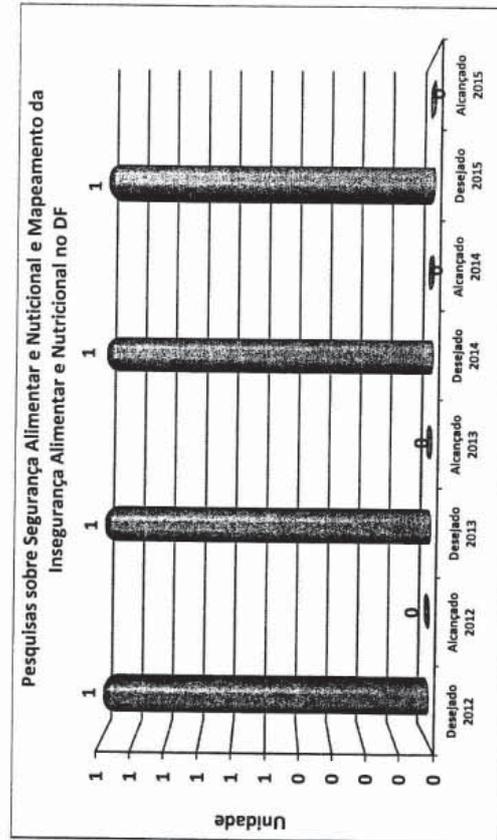
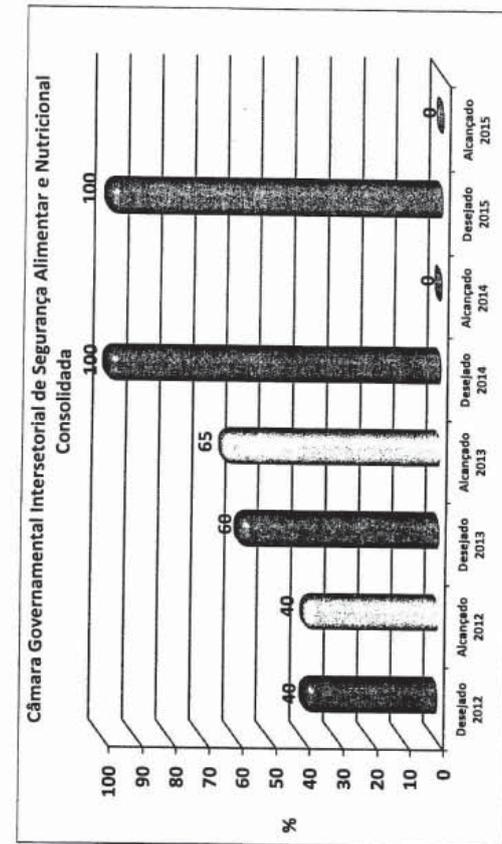
**Justificativas 2013**

**Indicador 995** - Foram realizadas reuniões ordinárias bimestrais, organizadas por Grupos de Trabalho, visitas a diversas comunidades e equipamentos de SAN e foi realizado o 1º Encontro de SAN do DF. Participação ativa no monitoramento das entidades socioassistenciais inscritas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Foi instituído GT para acompanhamento do PAA no DF. Foram entregues ao Governador do DF, cinco Exposições de Motivos, referentes ao tema de cada reunião ordinária.

**Indicador 996** - Todas as reuniões do Pleno Secretarial e Pleno Executivo previstas para o ano de 2013, foram realizadas, assim como, o trabalho dos Comitês Técnicos, extinguindo-se o Comitê Técnico 01 devido o lançamento do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Indicador 997** - I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional elaborado e lançado em outubro de 2013. O processo de elaboração contou com 10 reuniões do comitê técnico 01, uma consulta pública, uma oficina de validação com participação do governo e da sociedade civil e uma reunião de aprovação do Pleno Secretarial.

**Indicador 1238** - O Crédito Orçamentário referente às Pesquisas sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no DF foram remanejadas para ações sob gestão da Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação para que ela pudesse implementar pesquisa social e englobasse o aspecto de Segurança Alimentar e Nutricional no escopo.



**Objetivo Específico: 002** - Contribuir para a promoção do acesso da população do DF a uma alimentação adequada e saudável.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

17.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL – SEDEST  
17.906 – FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

**Análise do Objeto Específico**

Ao longo do ano de 2013 objetivou-se consolidar o remodelamento dos programas de SAN voltados à garantia do acesso à alimentação adequada e saudável, primordialmente os programas de provimento alimentar direto às famílias (Provimento Institucional e Cestas Emergenciais) e continuar a qualificação na gestão dos restaurantes comunitários do DF.

A respeito da rede de Restaurantes Comunitários (RC) do DF e aos objetivos traçados para a ação no ano de 2013 efetivou-se melhorias estruturais nos Restaurantes por meio de reformas. Duas foram finalizadas: Samambaia e São Sebastião. Durante o ano de 2013 foi estabelecida a previsão de início de reforma nos RC's de Recanto das Emas, Estrutural, Ceilândia, Paranoá e Planaltina para o ano de 2014.

Quanto à implantação de novos equipamentos, ressalta-se que foi realizada a licitação para construção da unidade de Sol Nascente, em Ceilândia Norte. Como de conhecimento, a região de Sol Nascente é um dos maiores territórios de vulnerabilidade social do DF. A qualificação dos recursos humanos também foi objetivada durante 2013 a partir de uma alteração na legislação da carreira da Carreira Pública da Assistência Social em que foram adicionadas as especialidades de Nutricionista (Especialista em Assistência Social – Nutricionista) e Técnico em Nutrição (Técnico Administrativo – Nutrição).

Outra realização do período foi o início da execução da parceria da SEDEST com o Banco Regional de Brasília – BRB que prevê a instalação de um Posto de Correspondente Bancário em cada Restaurante Comunitário do Distrito Federal. Ainda relativamente à parceria SEDEST e BRB, destaca-se o desenvolvimento e implementação do novo software de controle eletrônico de refeições.

O Programa de Provimento Alimentar Institucional foi formatado a partir de uma revisão das ações de fornecimento de pão e leite a instituições socioassistenciais, e atualmente a SEDEST adquire pão por meio de licitação e, leite, queijo e iogurte, por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar, para atendimento complementar de cerca de 140 instituições e programas sociais cadastrados, de acordo com a Portaria nº 51, de 05 de outubro de 2012. Essa ação integra duas estratégias: colaborar com essas entidades e programas sociais que prestam serviços complementares de proteção social e contribuir com a redução da pobreza rural, uma vez que boa parte dos alimentos são adquiridos de agricultores familiares.

Por meio do Programa de Provimento Alimentar Emergencial mais de 26.400 cestas básicas foram entregues, em 2013, atendendo famílias em vulnerabilidade/insegurança alimentar e nutricional da zona urbana e rural do DF. Durante o período buscou-se focalizar em estratégias de atendimento à povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade ou insegurança alimentar e nutricional por meio de ações pontuais de fornecimento. O protocolo para a concessão das cestas foi alterado e simplificado, permitindo também aos Gerentes de Segurança Alimentar e Nutricional avaliarem a pertinência de atendimento por meio de relatório específico.

Por fim, de forma a continuar com a dupla estratégia de fomentar a agricultura familiar do DF e a insegurança alimentar da população, foi formulada uma ação em conjunto com a EMATER e Secretaria de Agricultura visando a contratação de cooperativas e associações da agricultura familiar para fornecimento de cesta não-percível de frutas e legumes, inclusive orgânicos, para fornecimento complementar à cesta percível entregue a partir de 2012. Tal processo foi efetivado no final de 2013, culminado com a contratação de mais duas cooperativas de agricultores familiares. O início da execução será em 2014.

**Metas 2012-2015:**

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Erradicar a insegurança alimentar e nutricional (IAN) em níveis moderado e grave em 100% dos domicílios do DF, estimados em 6,2% dos domicílios (2011)	Em 2012 não foi possível mensurar os índices de insegurança alimentar e nutricional devido a não alocação de recursos orçamentários para a realização da pesquisa que mediria os índices em questão. Para 2013, os recursos estão disponíveis e a SEDEST está elaborando termo de referência para contratação de serviço para realizar tal pesquisa, o que possibilitará mensurar o alcance dessa meta. No entanto, destaca-se que com o início do Programa de Provimento Alimentar Institucional na Modalidade Pão Leite e Derivados para complementar a refeição diária de 123 instituições atendidas, contribuiu-se para a segurança alimentar e nutricional do público atendido (usuários da Rede Sociassistencial privado do GDF – Picasso não Pichava, Bombeiro-Mirim e Esporte à Meia Noite). Em 2013 verificou-se que as novas PNAD's do IBGE não trouxeram como investigação suplementar questões que permitissem classificar os domicílios brasileiros no período segundo as quatro categorias de condição de segurança alimentar: Segurança Alimentar; Insegurança Alimentar Leve; Insegurança Alimentar Moderada; e Insegurança Alimentar Grave. Cumpre esclarecer que essa categorização foi estabelecida segundo os critérios da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia).
2. Construir dois Restaurantes Comunitários (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	Em 2012 foi inaugurado um novo restaurante na região de Riacho Fundo II, aumentando a oferta da rede para cerca de 510.000 refeições/mês. Para 2013, a perspectiva é construir um Restaurante comunitário em Sol Nascente e outro em Ceilândia, esse em substituição à unidade que atualmente funciona em Ceilândia Centro, em local inadequado à produção de refeições.
3. Construir quatro Cozinhas Comunitárias (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	Em 2013 foi terminada a licitação para construção do RC de Sol Nascente. A perspectiva é que a construção seja finalizada até o final de 2014. Agora a unidade em referência, diretrizes federais (MDS) apontam para redirecionamento no sentido de não mais investir em novas unidades, por motivos diversos.
4. Reformar e modernizar oito Restaurantes Comunitários	Em 2012 não houve aprovação / previsão orçamentária para tal ação. Para 2013, há recursos disponíveis e a perspectiva é de construção de 4 cozinhas comunitárias no DF.
5. Aumentar em aproximadamente 58% a quantidade de	Em 2013 não houve construção por falta de aprovação e execução do projeto de construção e recursos humanos para execução finalística. Para 2014, há recursos disponíveis e a perspectiva é de construção de 4 cozinhas comunitárias no DF, além de novo concurso público para lotação de servidores nessas novas unidades.
	Realizada reforma no Restaurante de Samambaia e São Sebastião com recursos do GDF, por meio de adesão a uma ata de registro de preços. Em 2014 estão previstas as reformas nas unidades de Recanto das Emas, Planaltina, Estrutural, Ceilândia e Paranoá.
	Em 2012, apresentou-se um acréscimo de 23,75% na quantidade de refeições fornecidas.

Metas previstas no PPA até 2015		Metas alcançadas até 2013	
refeições fornecidas mensalmente na rede de Restaurantes e Cozinhas Comunitárias		Em 2013 a quantidade de refeições fornecidas foi próxima a quantidade distribuída em 2012. Essa meta foi proposta considerando a ampliação da rede de Restaurantes e a construção de cozinhas comunitárias, e deve ser revista com as perspectivas atuais de ampliação da rede de equipamentos.	

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

### Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

#### Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
998 Percentual de Domicílios em situação de IAN – insegurança alimentar e nutricional	%	21,3	31/12/2009	Bianual	Desejado Alcançado	- 0	16 0	10,6 -	2,1 -	Pnad IBGE
999 Percentual de Domicílios com IAN moderado ou grave	%	6,2	31/12/2009	Bianual	Desejado Alcançado	- 0	3,1 0	- -	- -	Pnad IBGE
1000 Média mensal de cestas emergenciais de alimentos/mês	Unidade	445	31/05/2011	Mensal	Desejado Alcançado	2.000 1.052	2.000 2.158	2.000 -	2.000 -	Sistema Integrado de Desenvolvimento Social – SIDS/ SAN
1001 Média mensal de refeições fornecidas na rede de restaurantes e cozinhas comunitários (RC)	Unidade	685.000	31/05/2011	Mensal	Desejado Alcançado	802.000 847.716	932.000 859.656	1.010.000 -	1.374.000 -	SEDEST/ SUBSAN
1239 Média mensal de famílias atendidas nos Programas Nosso Pão Nosso Leite	Família	47.757	30/04/2011	Mensal	Desejado Alcançado	47.757 25.195	- -	- -	- -	Mapa de Migração do Cadastro Único e SEDEST/ SUSTRAR
1241 Número de novos restaurantes comunitários construídos / ano	Unidade	-	-	Anual	Desejado Alcançado	1 1	- -	1 -	- -	SEDEST/ SUBSAN
1242 Número de novas cozinhas comunitárias construídas / ano	Unidade	-	-	Anual	Desejado Alcançado	3 0	- -	1 -	- -	SEDEST/ SUBSAN
1244 Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa de Provento Alimentar Institucional – modalidade pão, leite e derivados	Pessoa	-	-	Anual	Desejado Alcançado	21.000 25.195	22.050 22.115	32.000 -	32.000 -	SEDEST/ SUBSAN

#### Justificativas 2013

**Indicador 998** - O indicador não foi atualizado na PNAD do IBGE. A última pesquisa sobre a segurança alimentar e nutricional remonta de 2009.

**Indicador 999** - Tais indicadores não foram atualizados na PNAD do IBGE ainda. A última pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional remonta de 2009.

**Indicador 1000** - O programa foi consolidado a partir de mudanças estruturantes, como a escolha de novos fornecedores e revisão do protocolo utilizado para a concessão das cestas básicas. Observa-se que o mesmo tem contribuído para realização do Direito Humano à Alimentação Adequada das famílias atendidas, além de fortalecer e gerar renda à agricultura familiar no DF. Tais fatores podem ser apontados como primordiais para o atingimento da meta.

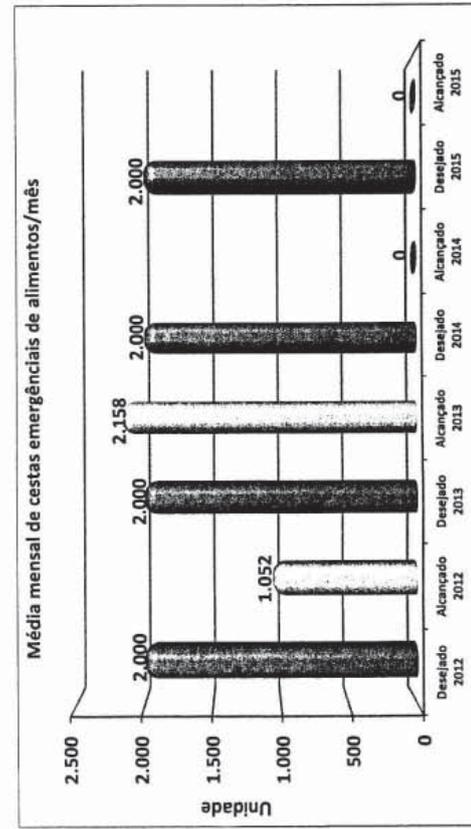
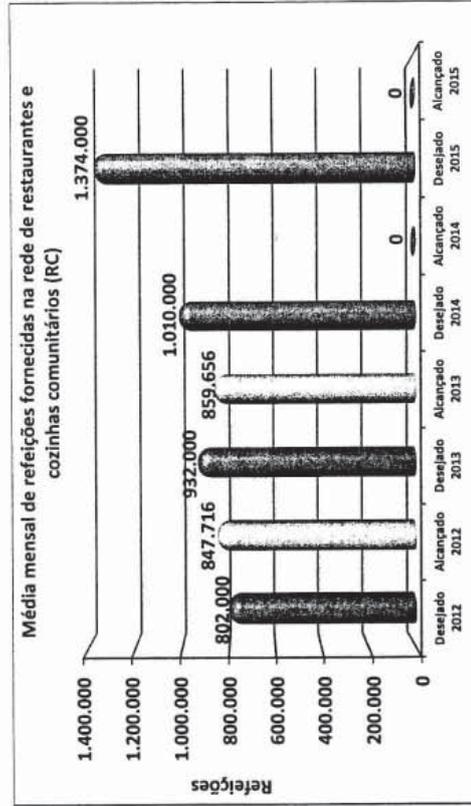
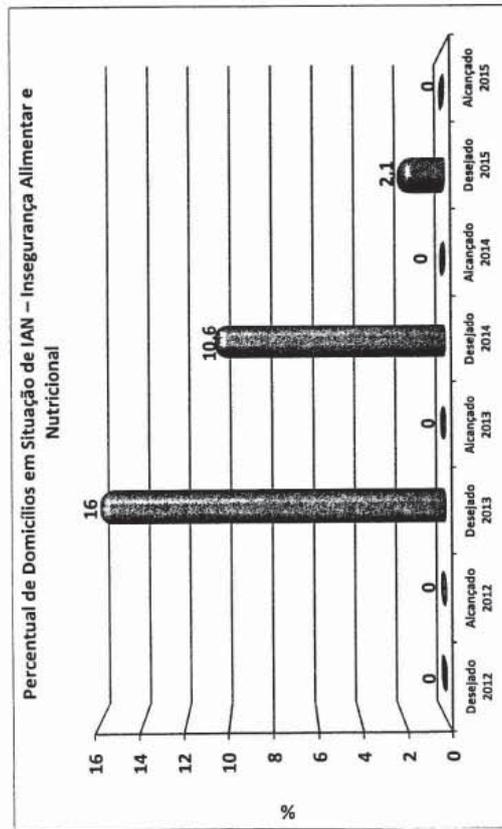
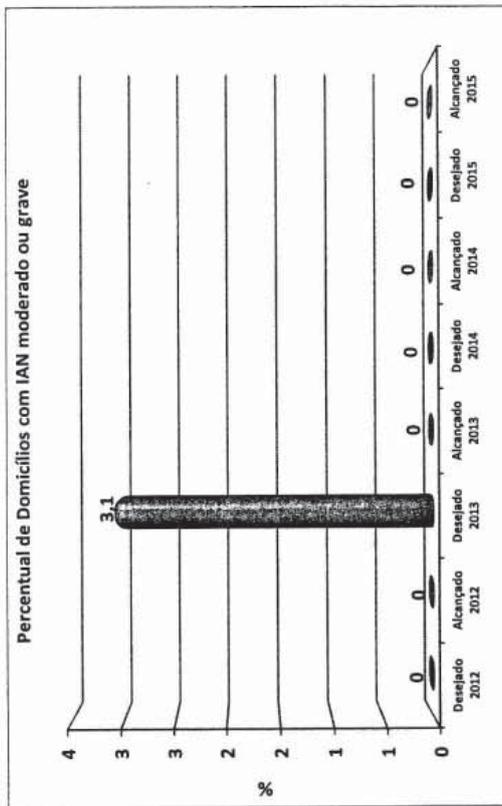
**Indicador 1001** - Destaca-se que durante o ano iniciou-se a implementação da Parceria BRB e SEDEST para instalação de Conveniências Bancárias nos Restaurantes Comunitários com a finalidade de se efetivar maior controle das refeições vendidas e promover a inclusão social, bancária e digital da população atendida. Novas atividades de Educação Alimentar e Nutricional foram implementadas, tais como o Controle de Desperdício.

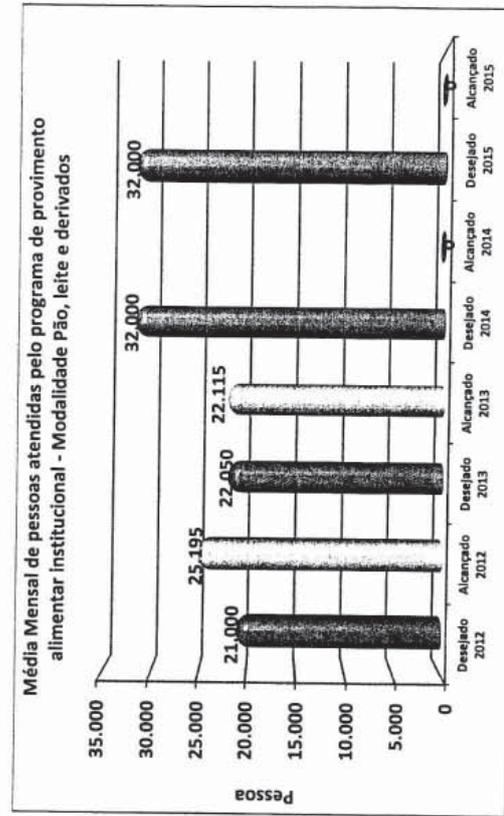
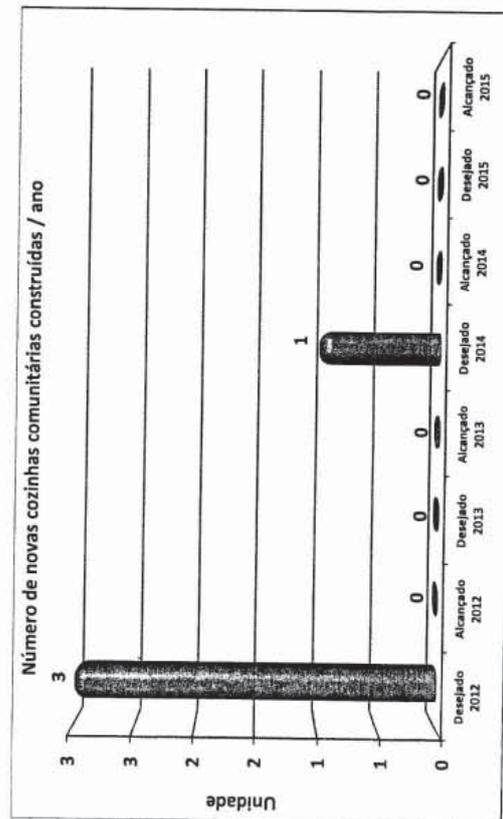
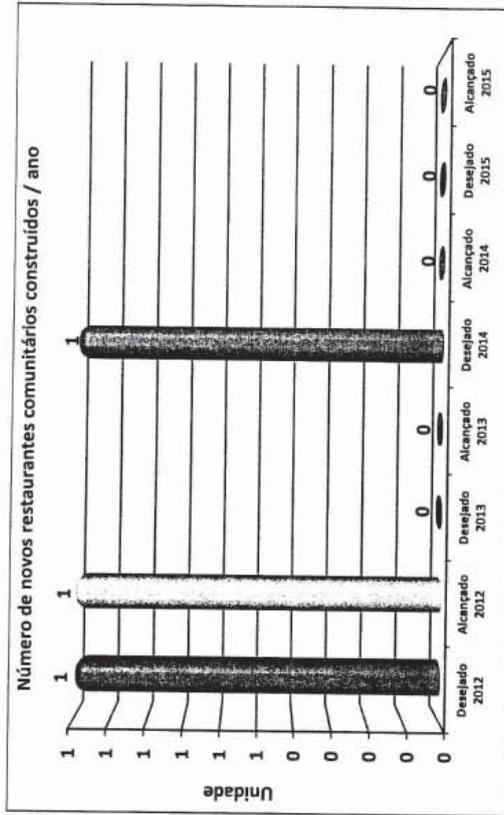
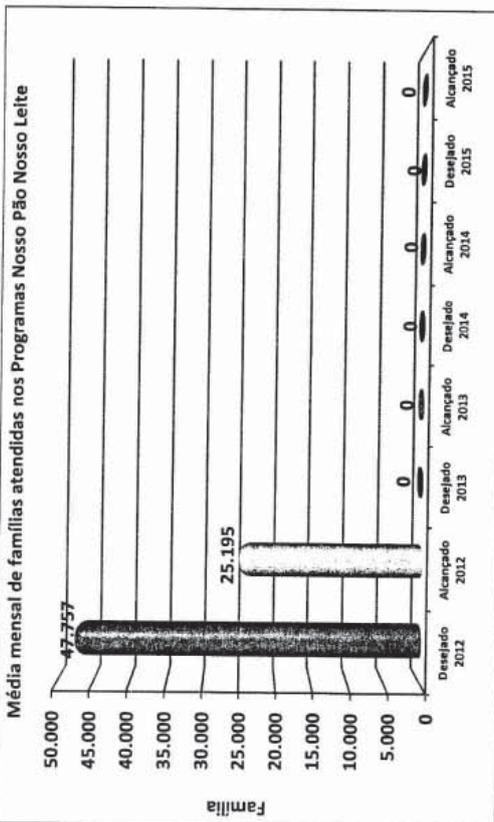
**Indicador 1239** - O programa foi reformulado para o Programa de Provisão Alimentar Institucional, onde o atendimento ao usuário é realizado através das instituições e programas sociais cadastrados, e os produtos lácteos são adquiridos por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF.

**Indicador 1241** - Foi concluído o processo licitatório para a construção do Restaurante Comunitário de Sol Nascente.

**Indicador 1242** - Foi previsto a construção de cozinhas comunitárias na proposta orçamentária lançada no SIGGO pela SEDEST, porém devido ao teto liberado para investimento ter sido aquém do necessário não foi possível implantar a referida ação. Iniciado o processo de reforma na área física do Restaurante Comunitário de Samambaia, unidade mais antiga do DF, por meio de adesão da SEDEST a uma ata de registro de preços.

**Indicador 1244** - Durante o período foram incluídas aproximadamente 40 novas entidades. Foram realizados monitoramentos e atividades de capacitação para manipulação de alimentos entre outros temas. Foi estudada uma alteração no normativo de forma a contemplar novas entidades que fazem atendimentos a públicos em insegurança alimentar e nutricional. Espera-se que essas alterações sejam implementadas durante o ano de 2014.





**PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

**OBJETIVO GERAL:** Promover o acesso e a elevação da renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza por meio da concessão de benefícios de transferência de renda no Distrito Federal.

**MACRODESAFIO**

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

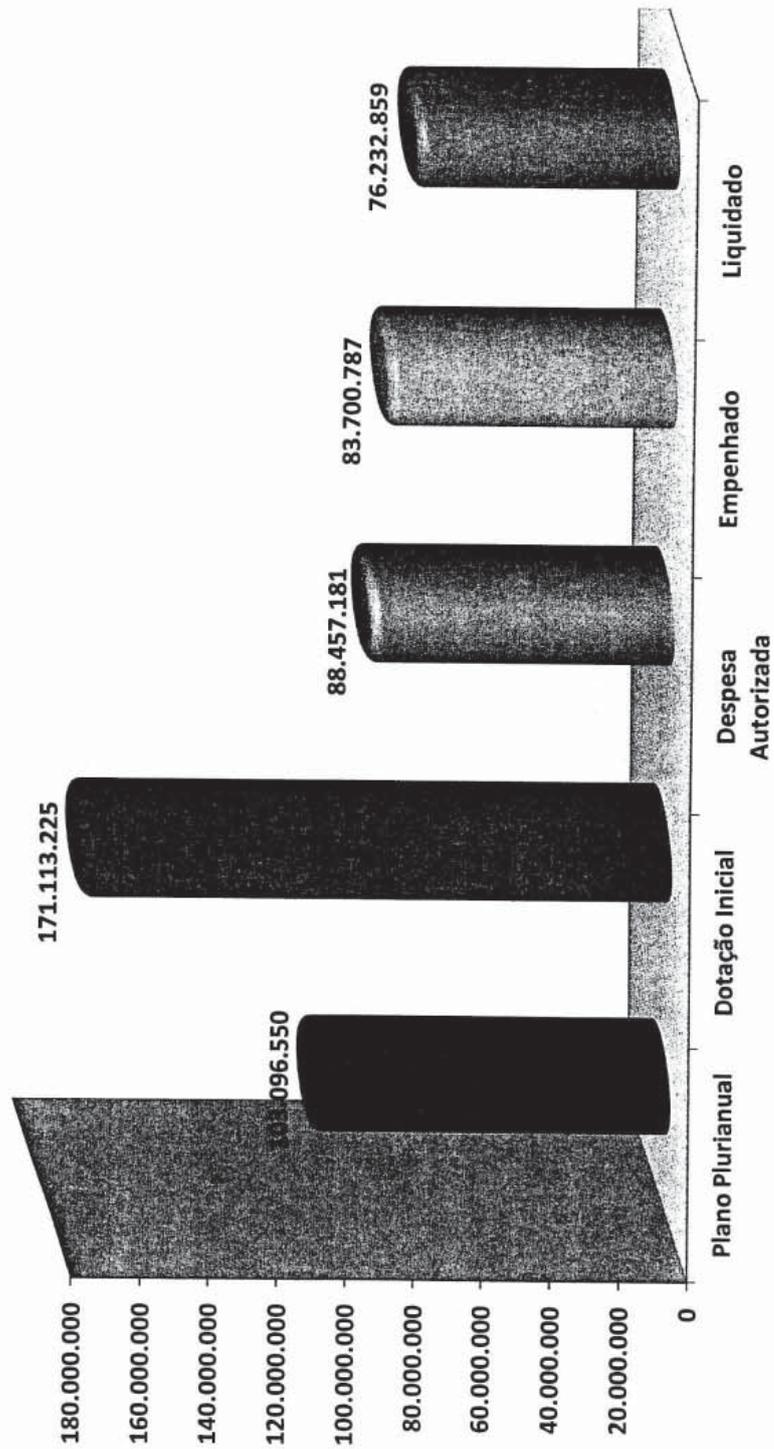
O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Promover o acesso e a elevação da renda, como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza por meio da concessão de benefícios de transferência de renda no Distrito federal.	17.101/ 17.906
002 - Promover a elevação de renda, a qualidade de vida e qualificação e capacitação profissional das famílias pobres e extremamente pobres, como forma de reduzir as desigualdades sociais e incentivar a promoção social dos participantes.	56.102

**Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013  
PPA X LOA**

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA						Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)			
4160 - Cadastramento das Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza	616.295	400.000	0	0	0	0	0	
4161 - Gestão e Aprimoramento de Benefícios de Transferência de Renda	47.715	2.270.225	3.298.268	0	0	0	0	
4162 - Complementação do Benefício do Programa Bolsa Família	90.000.000	138.000.000	61.662.511	60.930.210	60.885.849	68	68	
4232 - Ações Complementares ao Programa de Transferência de Renda	12.432.540	30.443.000	23.496.402	22.770.577	15.347.010	183	123	
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6228</b>	<b>103.096.550</b>	<b>171.113.225</b>	<b>88.457.181</b>	<b>83.700.787</b>	<b>76.232.859</b>	<b>81</b>	<b>74</b>	

6228 - Transferência de Renda



**Objetivo Específico: 001** - Promover o acesso e a elevação da renda, como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza por meio da concessão de benefícios de transferência de renda no Distrito federal.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

17.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL – SEDEST  
17.906 – FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

**Análise do Objetivo Específico**

No ano de 2013 foi realizado, especialmente no âmbito da política de transferência de renda, um conjunto de ações que teve como objetivo precípuo a redução da pobreza e da extrema pobreza no Distrito Federal, nos termos do *Plano pela Superação da Extrema Pobreza – “DF Sem Miséria”* promovendo, assim, a elevação da renda e melhoria das condições de vida da população que mais precisa. Nesse sentido, em 2013, por meio da Lei nº 5.133, foi instituída a *ampliação da renda de elegibilidade para suplementação financeira do DF Sem Miséria*. Anteriormente à referida lei, o GDF complementava a renda das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família até atingirem R\$ 100,00 per capita, após o recebimento do PBF. Com a nova lei, os recursos do GDF passaram a complementar a renda per capita das famílias até atingirem R\$ 140,00, após recebimento do PBF.

Com a adoção de tal medida no mês de outubro, 34.586 famílias que já recebiam a complementação do DFSM tiveram aumento dos recursos recebidos e 23.447 novas famílias passaram a usufruir da complementação do GDF. O resultado dessa importante ação de proteção social foi a retirada, pela política de transferência de renda do GDF, de 58.033 famílias beneficiárias do PBF da situação de pobreza, já no mês da implantação da nova lei.

Dando continuidade às ações do Plano DFSM, *regulamentou-se* em 30 de novembro de 2013 a “*Bolsa-Alfabetização*”, denominada *Bolsa-Alfa*, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) mensais, destinada aos integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), com idade superior a 15 anos que estejam inscritos e frequentando a 1ª ou a 2ª etapa do 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos/EJA ou do Programa DF Alfabetizado. A Bolsa-Alfa tem por objetivo incentivar a alfabetização de jovens e adultos no âmbito do Plano DF sem Miséria e será concedida para cada membro da família, durante o período em que estiver vinculado às duas primeiras etapas do 1º Segmento da EJA ou ao Programa DF Alfabetizado por, no máximo, 02 (dois) anos.

A *implantação da Bolsa Alfa ocorreu em novembro de 2013*, tendo como referência as matrículas e frequência de pessoas maiores de 15 anos, integrantes de famílias beneficiárias do PBF, que estavam matriculadas em cursos de alfabetização em outubro daquele ano. Foram beneficiadas em média 805 famílias por mês.

No que concerne à *gestão do Cadastro Único no Distrito Federal*, houve *maior investimento na melhoria da qualidade do registro das informações cadastrais em 2013*, proporcionada pelas atividades de atualização cadastral. Tais ações tiveram ênfase nesse ano considerando que o DF apresenta sobre cobertura cadastral (existiam 224.971 famílias cadastradas com o perfil de baixa renda no CADÚNICO em dezembro/2013, sendo que a estimativa de famílias com esse perfil é de 161.263, conforme Censo IBGE/2010). Como resultado das atualizações cadastrais realizadas, *54.656 cadastros foram atualizados* entre janeiro e novembro de 2013 e *12.482 novas famílias foram cadastradas* no mesmo período.

Outro dado importante alcançado no período, que também resulta do investimento em atividades de atualização cadastral, refere – se ao *alto índice de focalização cadastral do CADÚNICO no DF*, pois das 224. 971 famílias cadastradas em dez/2013, 145 mil apresentam renda *per capita* de até R\$ 140,00, ou seja, encontram-se na faixa de pobreza.

Os resultados apresentados demonstram a importância do investimento na atualização regular dos cadastros, condição necessária à continuidade do recebimento dos benefícios e à possibilidade de inclusão de novas famílias no Programa. A atualização cadastral, ao proporcionar qualidade dos dados do Cadastro Único, torna-o cada vez mais, instrumento importante para a realização de diagnóstico, formulação e implantação de políticas e estratégias para a erradicação da miséria e no atendimento das necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a SEDEST coletou e disponibilizou dados qualificados para diversos órgãos na formulação e implementação de programas com Cartão Material Escolar, Tarifa Social e Energia Elétrica, Brasil 4D, qualificação profissional, etc.

Outro avanço ocorrido em 2013, relativo à melhoria do dado cadastral que proporcionou maior conhecimento e caracterização da população pobre residente no DF, e conseqüentemente, ampliação do acesso destes a diversos programas sociais, refere – se ao *aumento da inclusão e identificação de famílias pertencentes a grupos específicos no CADÚNICO*, como as de famílias de agricultores familiares, assentadas da Reforma Agrária, acampadas e catadores de material reciclável. Tal resultado se deu especialmente pela ampliação das parcerias desenvolvidas entre a SEDEST e outros órgãos como a EMATER, visando o acesso ao programa federal *Fomento às Atividades Produtivas Rurais*, com a SEAGRI/DF para inclusão no Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT do GDF e programas federais e com a CODHAB/SEDHAB para acesso ao programa *Morar Bem/Minha Casa Minha Vida*.

A criação do Setor de Cadastro e Transferência de Renda – SECAT nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS , unidades de proteção social básica da assistência social – SEDEST, em janeiro de 2013 foi fundamental para o alcance dos resultados apresentados.

Com relação às *condicionalidades do Bolsa Família*, durante o ano de 2013 foi realizado um conjunto de ações específicas, como estratégias de fomento à gestão, com uma agenda de capacitações, monitoramento de informações, diálogos com pastas estratégicas da SES/DF e SEE/DF, dentre outras.

No que tange à taxa de acompanhamento/registro das condicionalidades de educação no ano de 2013, percebe-se o aumento de 35%, se comparado aos computados desde 2011. Além disso, no mês de setembro de 2013 foi registrado o maior percentual de acompanhamento dos últimos anos no Distrito Federal. Com relação às condicionalidades de saúde, ao comparar os três anos anteriores a 2013, também é possível observar que houve um aumento do percentual da taxa de acompanhamento. Na comparação do menor índice com o maior apresentado no período, houve aumento de 14,8%. Apesar dos índices de acompanhamento das condicionalidades de saúde no Distrito Federal, serem menores do que a média nacional e dos outros estados, tem sido realizadas ações e discussões constantes para fomentar a intersectorialidade e conseqüentemente o aumento dos índices de acompanhamento.

Outro importante resultado das ações implementadas na melhoria da gestão das condicionalidades do PBF é o aumento substantivo da quantidade de famílias em fase de suspensão dos benefícios do PBF por não cumprimento das condicionalidades, inseridas em acompanhamento familiar nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, equipamentos de proteção social da SEDEST. O acompanhamento familiar realizado pelos CRAS e CREAS visa identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades (em especial a não matrícula ou não frequência na escola) e apoiar as famílias na superação das dificuldades do não cumprimento das condicionalidades, orientando, informando e incluindo as famílias em serviços de proteção e promoção da assistência social e de outras políticas.

**Metas 2012-2015:**

<b>Metas previstas no PPA até 2015</b>	<b>Metas alcançadas até 2013</b>
1. Cadastrar no CadÚnico Federal, versão 7, as famílias pobres, e extremamente pobres do DF	<p>Em dezembro de 2012, existiam na Base do CadÚnico do DF 240.032 famílias cadastradas, sendo que 138.036 famílias apresentavam renda per capita familiar de até R\$ 140,00, ou seja, 57,5% das famílias cadastradas eram pobres ou extremamente pobres. O desafio encontrado em 2012, para dar continuidade às ações cadastrais em 2013 é principalmente o da qualificação desses cadastros, tendo em vista os problemas encontrados quanto ao registro do endereço das famílias na versão 7 do CadÚnico. Para 2013, a SEDEST planeja ampliar o monitoramento da base de dados do CadÚnico, além de estabelecer um fluxo permanente de averiguações dos dados cadastrais das famílias e, ainda, realizar novas e mais capacitações para os entrevistadores e gestores do Cadastro Único.</p> <p>O ano de 2013 terminou com a realização de 12.482 cadastros novos e 54.656 cadastros atualizados. O enfoque dado à atualização cadastral justificou-se pela sobre cobertura cadastral no DF e a exigência de que os cadastros estejam atualizados para o acesso e manutenção do PBF e outros programas sociais.</p> <p>Para 2014 pretende-se ampliar as atividades de cadastramento e atualização cadastral com a contratação de cadastradores. Será dada ênfase no cadastramento e a identificação no CADÚNICO de famílias de grupos específicos, especialmente de moradores em situação de rua, público da Revisão e Averiguação cadastral e candidatos ao PMCMV.</p>
2. Complementar, com recursos do GDF, os valores do Bolsa Família de todos os beneficiários pobres e extremamente pobres no Distrito Federal, para o período	<p>Em sintonia com o Plano Brasil Sem Miséria, o GDF lançou, em 2011, o Plano Pela Superação da Extrema Pobreza - DF sem Miséria. Em fevereiro de 2012, foi implantada a complementação financeira do DF sem Miséria quando o GDF passou a complementar, com recursos próprios, os valores do PBF até que as famílias alcançassem R\$100,00 per capita.</p> <p>Como resultado, em dezembro de 2012 todas as famílias que, após o recebimento do programa Bolsa Família – PBF continuavam a apresentar renda per capita inferior a R\$ 100,00 passaram a ter a renda elevada à R\$ 100,00, saindo, portanto da situação de miséria. Em dez/2012, 35.705 famílias, representando 36% das que recebiam recursos do PBF tiveram, portanto, elevação de suas rendas.</p> <p>No desenvolvimento da política de transferência de renda do DF foi identificado o desafio de, além de superar a miséria, combater as situações de pobreza (renda per capita entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00) e neste sentido ampliar os valores da complementação financeira do DF Sem Miséria ao PBF, bem como incluir famílias pobres, não atendidas pelos critérios do PBF, em política de transferência de renda do DF.</p> <p>Para o segundo semestre de 2013 estava prevista a expansão do programa de suplementação com vistas a atingir a renda per capita de R\$ 140, assim como, beneficiar aquelas famílias não alcançadas pelo PBF - com renda per capita entre R\$ 70 e R\$ 140 que não possuem dependentes. Com essas ações do GDF, em associação com o PBF, pretende proteger e promover todas as famílias pobres e extremamente pobres do DF, cadastradas no CADÚNICO.</p> <p>A expansão do programa de suplementação financeira esperada em 2013 ocorreu com a sanção da Lei nº 5.133 que estabeleceu novos critérios e parâmetros para suplementação do GDF ao Programa Bolsa-Família, na forma do Plano DF sem Miséria. Com a nova lei o GDF passou a complementar os valores do PBF até que a família atingisse a renda per capita de R\$140,00 resultando em dezembro/2013 no quantitativo de 57.619 famílias beneficiárias do PBF no DF com renda per capita igual ou superior a R\$ 140,00.</p>

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
<p>3. Acompanhar famílias do Programa Bolsa Família que estiverem em primeira suspensão (Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)</p> <p>4. Beneficiar com recursos financeiros famílias com renda per capita maior que R\$ 70 e menor que R\$ 140 não elegíveis ao Programa Bolsa Família em função de sua composição familiar. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)</p>	<p>Deste modo, nenhuma família beneficiária do PBF e do DFSM no DF ficou abaixo da linha de pobreza estipulada à época como menor que R\$ 140,00 per capita.</p> <p>Para 2014, o GDF, por meio da SEDEST, tem como desafio, a depender da disponibilidade orçamentária e financeira, adotar as novas linhas de pobreza e extrema pobreza para a complementação do DFSM, seguindo o parâmetro adotado pelo governo federal para o PBF por meio do Decreto nº 8.232, de 30, de abril de 2014 que estabeleceu a renda per capita mensal de R\$ 154,00 para famílias pobres (anteriormente era de R\$ 140,00) e de R\$ 77,00 per capita para famílias extremamente pobres (era de R\$ 70,00) promovendo os ajustes orçamentários e financeiros necessários. Vale destacar que por meio do referido decreto os benefícios pagos pelo PBF foram reajustados em 10% em junho/2014</p> <p>No ano de 2014, também objetiva-se o aumento da quantidade de pessoas beneficiárias da Bolsa-Alfa, benefício do Plano DF Sem Miséria, regulamentado em novembro de 2013, que tem como objetivo incentivar a alfabetização de jovens e adultos, membros de famílias beneficiárias do PBF, via transferência de renda. Dessa forma, pretende-se beneficiar pelo menos 50% de pessoas integrantes de famílias beneficiárias do PBF que declararam no CADÚNICO não saber ler, nem escrever, ou seja, 4.397 pessoas (tendo-se como base o quantitativo de 8.795 pessoas não alfabetizadas, membros de famílias PBF, identificados no CADÚNICO no espelho de 19/04/2014). O alcance de tal meta está associado ao desenvolvimento de ações conjuntas da SEDEST e SEE/DF para a identificação e mobilização dessas pessoas.</p> <p>As famílias do PBF em situação de descumprimento, especialmente, aquelas que estão em fase de suspensão, devem ter prioridade na inserção em acompanhamento familiar, pois apresentam dificuldades tais que as colocam na eminência de desligamento do programa, necessitando de apoio ara a superação de suas vulnerabilidades.</p> <p>Em 2013, foi elaborado um conjunto de ações para estimular e aumentar o número de famílias em acompanhamento familiar pelas equipes dos CRAS e CREAS. Como resultado, do começo do ano até o final do ano de 2013, houve um aumento de 165,69% do número de famílias inseridas em acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades (SICON).</p> <p>Para 2014, pretende-se aumentar ainda mais a quantidade de famílias inseridas em acompanhamento familiar, por meio da contratação de servidores, melhoria das estratégias de capacitação e elaboração de documentos de orientação.</p> <p>Essa meta não foi implementada no ano de 2013, tendo em vista que o Programa criado pela Lei nº 5.133, não foi regulamentado.</p>

## Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

## Indicadores:

Código	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
976	Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil educação – adolescentes de 16 a 17 anos	%	66,92	30/06/2011	Bimestral/ Anual	Desejado Alcançado	67 63,85	69 68,57	71 -	75 -	SICON – MDS (OBJ ESP 1 – SEDEST)
977	Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil saúde	%	25,77	02/07/2011	Semestral/ Anual	Desejado Alcançado	35 30,66	38 34,64	40 -	52 -	SICON – MDS (OBJ ESP 1 – SEDEST)
984	Abrangência do Cadastro Único para Programas Sociais no DF	%	-	-	Anual	Desejado Alcançado	50 100	100 100	100 -	100 -	CADASTRO ÚNICO PNAD/ IBGE; CENSO/ IBGE (OBJ ESP 1 – SEDEST)
985	Taxa de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família com renda per capita inferior a R\$ 100 com complemento de recursos do GDF	%	53	31/07/2011	Anual	Desejado Alcançado	75 100	85 100	100 -	100 -	SEDEST/ SUTRAR (OBJ ESP 1 – SEDEST)
1252	Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil educação – crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	%	88,28	30/06/2011	Bimestral/ Anual	Desejado Alcançado	88 85,24	89 89,10	90 -	92 -	SICON – MDS (OBJ ESP 1 – SEDEST)
1259	Percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com perfil educação em descumprimento da condicionalidade	%	-	-	-	Desejado Alcançado	4,6 3,05	4,3 3,0	4,2 -	4 -	SICON - MDS(OBJ ESP 1 – SEDEST)
1263	Percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com perfil saúde em descumprimento da condicionalidade	%	-	-	-	Desejado Alcançado	0,54 0,35	0,53 3,21	4,2 -	4 -	SICON – MDS(OBJ ESP 1 – SEDEST)

## Justificativa – 2013

**Indicador 976** – Refere-se ao percentual de acompanhamento das condicionalidades de educação (registro de frequência) dos beneficiários do Bolsa Família, com idade de 16 e 17 anos, que recebem o Benefício Variável Jovem (BVJ) que é realizado bimestralmente. O índice mais recente disponibilizado, utilizado para compor a tabela, refere-se aos meses de outubro e novembro de 2013. Apurado em 31/12/2013.

**Indicador 977** – Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde (registro do acompanhamento de famílias realizado pela SES/DF no sistema do MS). O acompanhamento é realizado semestralmente. Foi utilizado para preenchimento do quadro o índice do 1º semestre de 2013, pois era o disponível no Sistema de Condicionalidades (SICON) até o momento. Apurado em 31/07/2013.

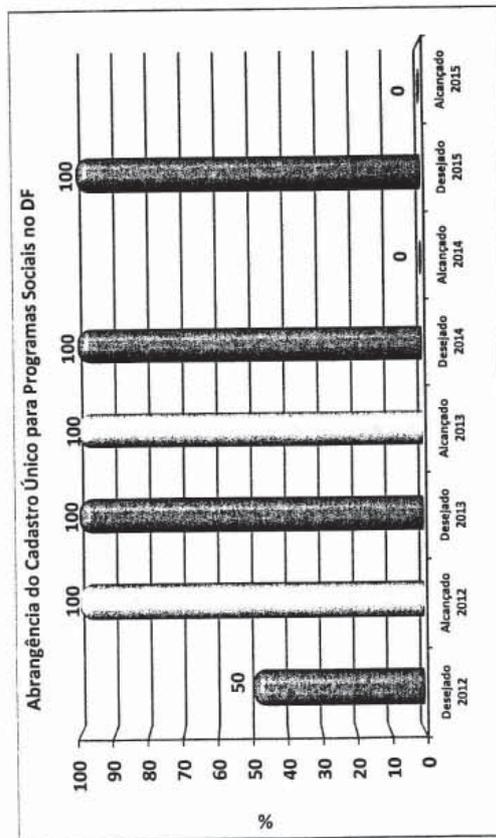
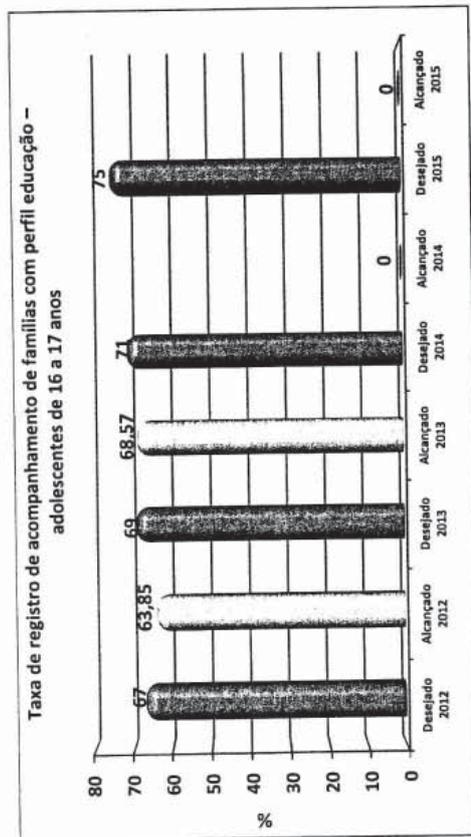
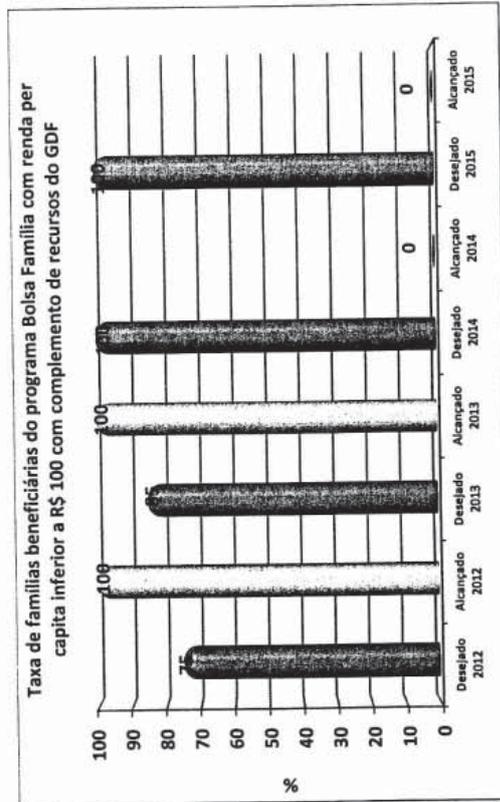
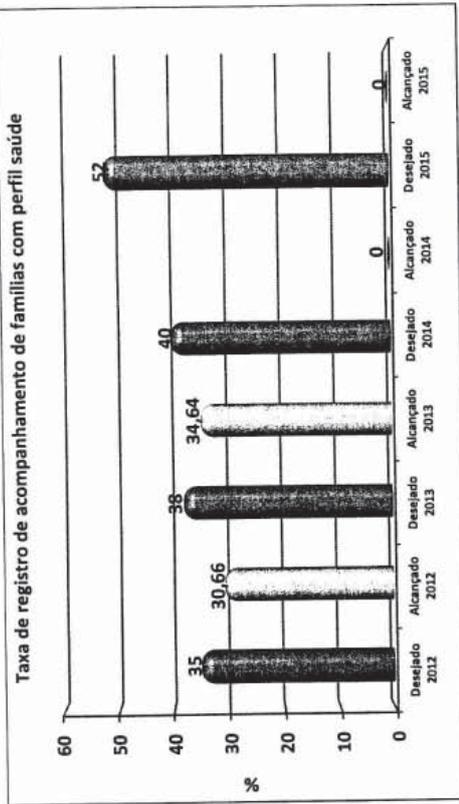
**Indicador 984** – A abrangência do Cadastro Único é entendida como a taxa de cobertura cadastral, índice que indica a quantidade de famílias cadastradas no Cadastro Único, com renda per capita familiar de até meio salário mínimo em relação à estimativa de famílias de baixa renda, conforme informações do CENSO 2010/IBGE. Tal taxa é calculada pelo MDS, apurado em 21/12/2013.

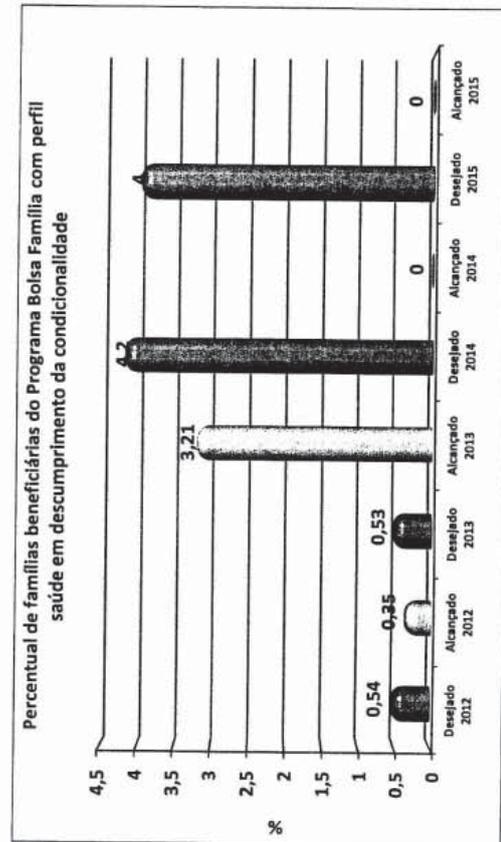
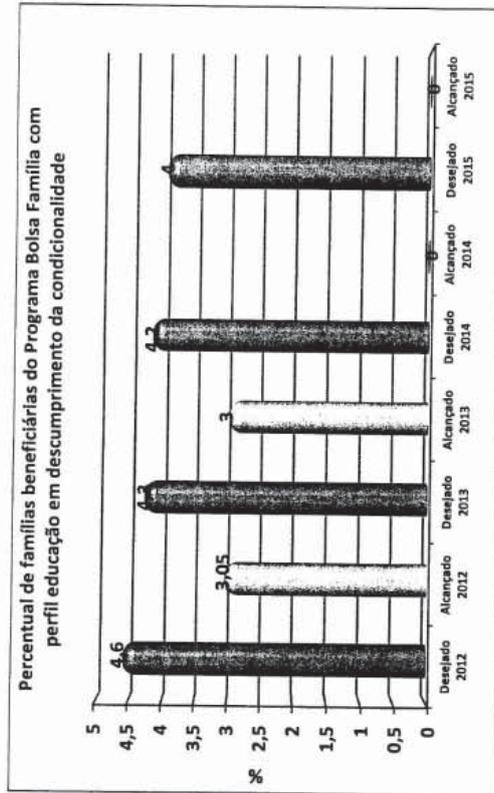
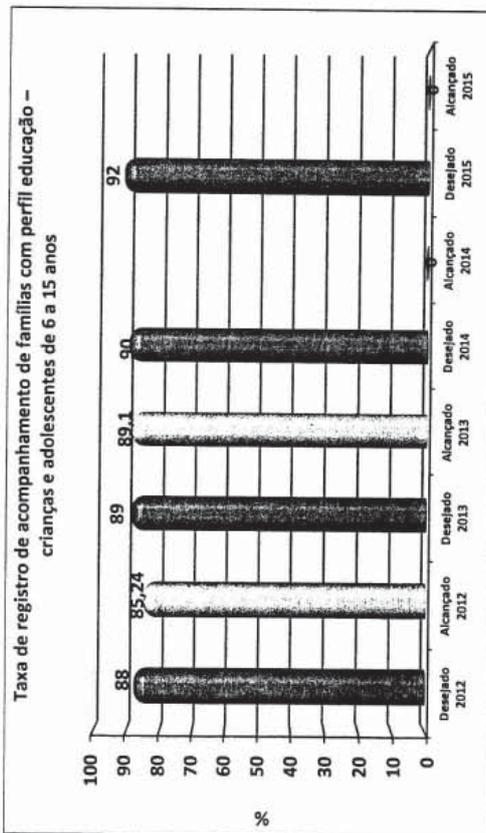
**Indicador 985** – Indicador que mede a taxa de cobertura das famílias com renda per capita até R\$100 (após o recebimento do Bolsa Família), e que a suplementação do Distrito Federal, na forma do Plano DF Sem Miséria. A partir de outubro de 2013, com a promulgação da Lei nº 5.133, os critérios da renda per capita mensal para suplementação foram ampliados de R\$100 para R\$140. Desta forma o indicador em questão terá que ser alterado quando for realizado o relatório de 2014. Apurado em 31/09/201.

**Indicador 1252** – Este indicador refere-se ao percentual de acompanhamento das condicionalidades de educação (registro da frequência escolar realizado pela SEE/DF no sistema Presença do MEC) dos beneficiários do Bolsa Família, com idade de 6 a 15 anos, que recebem o Benefício da Família (BFA) que é realizado bimestralmente. O índice mais recente disponibilizado, utilizado para compor a tabela, refere-se aos meses de outubro e novembro de 2013. Apurado em 31/12/2013.

**Indicador 1259** – Tendo em vista os relatórios disponíveis para extração no Sistema de Condicionalidades (SICON), foi utilizado para compor este indicador a média do número de beneficiários do BFA e BVJ que tiveram descumprimento de condicionalidade de educação no ano de 2013. Apurado em 31/12/2013. e intervenções para prevenir novas repercussões sobre o benefício.

**Indicador 1263** - Tendo em vista os relatórios disponíveis para extração no Sistema de Condicionalidades (SICON), foi utilizado para compor este indicador a média do número de beneficiários que tiveram descumprimento de condicionalidade de saúde no ano de 2013. Apurado em 31/12/2013.





**Objetivo Específico: 002** - Promover a elevação de renda, a qualidade de vida e qualificação e capacitação profissional das famílias pobres e extremamente pobres, como forma de reduzir as desigualdades sociais e incentivar a promoção social dos participantes.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

56.102 - COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS

**Análise do Objetivo Específico**

A estrutura da Fábrica Social foi instituída em 2012. A autonomia orçamentária, financeira e patrimonial foi alcançada no segundo semestre de 2012 e a implementação da estrutura física necessária para a realização das atividades administrativas da CIAS e das atividades de capacitação e qualificação profissional da Fábrica Social só se efetivou em 2013.

Assim, em 2013 iniciou-se o processo seletivo de pessoas para preenchimento das vagas ofertadas para participação no programa de capacitação e qualificação profissional. O processo seletivo e constituído de cadastramento prévio dos interessados aptos e posterior sorteio das vagas ofertadas. As pessoas cadastradas que não foram sorteadas compõem uma lista de espera e são convocados à medida que surgem vagas para a Fábrica Social, sejam vagas novas ou resultantes de desistências ou desligamentos. Até o fim de 2013 a lista de espera era composta por, aproximadamente, 2.000 pessoas.

Também em 2013 foram realizadas as aquisições do maquinário (máquinas de costura, máquinas de bordar e etc.), materiais e insumos (tecidos, tintas e etc.) necessários para a implantação da estrutura física da Fábrica Social, que possibilitou a realização das atividades de capacitação nos módulos de confecção de complementos esportivos (como bolas e redes) e de materiais de apoio escolar (como mochilas e uniformes).

Com a estrutura da Fábrica implantada, iniciaram-se as atividades de capacitação e, por conseguinte, de produção dos itens, com a respectiva concessão de benefícios pecuniários aos participantes. Os capacitandos foram alocados em diferentes especialidades da Fábrica Social, de forma que pudessem ser plenamente qualificados em uma determinada área antes de serem realocados para outra. Esta migração do capacitando entre as diversas especialidades provê ao indivíduo um panorama completo do processo de produção, objetivo precípuo do ciclo de aprendizagem.

O grande desafio encontrado pela Coordenadoria foi sincronizar as aquisições e recebimentos de equipamentos e materiais. Para o efetivo início das atividades de capacitação, os insumos e máquinas necessárias para a confecção de determinado item devem estar disponíveis. Alguns fatores contribuíram para esta dificuldade, entre eles:

- 1.Os equipamentos e materiais utilizados pela Fábrica Social são, em sua maioria, de natureza específica, diferente dos bens que a administração pública adquire usualmente. Desta forma, a utilização de Atas de Registro de Preços, que abreviaria os processos de aquisição, não pôde ser realizada simplesmente pela inexistência das mesmas;
- 2.A morosidade dos procedimentos licitatórios em razão da inexperiência das equipes de diversas áreas da Coordenadoria no que tange à peculiaridade das aquisições e suas especificações e;
- 3.O grande volume de aquisições necessárias, Atas de Registro de Preços e contratos a serem geridos.

As perspectivas para o ano de 2014 são de aumento de vagas ofertadas e da abrangência das atividades da Fábrica Social. Espera-se criar mais 600 vagas para as áreas de costura de bolas e de redes. Em razão disso e também do funcionamento da Fábrica durante todo o ano de 2014, está previsto um aumento na quantidade de itens produzidos. A prospecção inicial é de produção de aproximadamente 2.390.000 itens, entre bandeiras, bonés, bolas, camisetas, mochilas, redes e outros.

Também, conforme citado anteriormente, atividades de capacitação relacionadas à construção civil serão agregadas às atividades já existentes. As pessoas serão capacitadas para atuar e efetuar reparos em instalações elétricas, hidráulicas e civis, com uma expectativa de criação de 400 vagas para essas áreas. Esses capacitandos passarão por instruções teóricas e práticas e após a fase de treinamento, como forma de consolidação do aprendizado, efetuarão melhorias em unidades habitacionais incluídas em outros programas de governo, junto à SEDHAB, e outras iniciativas afins. Pressupõe-se, portanto, uma expansão da própria estrutura física da Fábrica Social para abrigar as novas vagas ofertadas bem como a nova estrutura administrativa criada pelo Decreto nº 34.996 de 20 de dezembro de 2013. Para tanto, espera-se alugar 03 (três) novas edificações, próximas à já existente na Cidade Estrutural.

#### Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Atender aproximadamente 900.000 alunos da rede pública de ensino por meio da disponibilidade de uniformes escolares e materiais esportivos ( <i>Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013</i> )	A confecção dos uniformes escolares pelos capacitados da Fábrica Social teve seu início no ano de 2013, porém sua distribuição só teve início no ano de 2014.
2. Atender aproximadamente 2.400 cidadãos da comunidade, capacitando-os nas variadas áreas produtivas da fábrica ( <i>Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013</i> )	Foram atendidos 1.124 cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Tendo em vista o ciclo de 2 anos para capacitação, o quantitativo se refere às pessoas em processo de capacitação por mês.
3. Realizar qualificação profissional, proporcionando a geração de renda e inserção das famílias atendidas nas unidades do projeto no mercado de trabalho e incentivo ao empreendedorismo	Em torno de vinte capacitandos obtiveram junto ao PROSPERA – programa da Secretaria de Estado de Trabalho para a concessão de microcrédito produtivo para empreendimentos de baixa renda – crédito para darem inícios às suas próprias atividades produtivas.
4. Confeccionar aproximadamente 6.000.000 de itens (uniformes, camisas polo, bolas, mochilas, bonés, pastas, etc.) até 2015 ( <i>Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013</i> )	Foram produzidos 75.725 itens, entre uniformes, camisas polo, bolas, mochilas, bonés, pastas, etc.
5. Produzir jogos intelectivos e artigos didáticos para o desenvolvimento de atividades lúdicas	A expectativa era de que o maquinário necessário para produção de jogos intelectivos e artigos didáticos para o desenvolvimento de atividades lúdicas fossem adquiridos por meio de doação, o que não se concretizou. Atualmente encontra-se sob avaliação a real possibilidade de produção desses artigos, bem como da própria exclusão da meta do PPA 2012-2015.

Observação: Os quantitativos citados nos itens relativos à confecção de materiais esportivos foram dimensionados de forma estimativa e a depender da efetiva entrada em operação da unidade de capacitação nos anos de 2013 a 2015.

## Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

**Indicadores:**

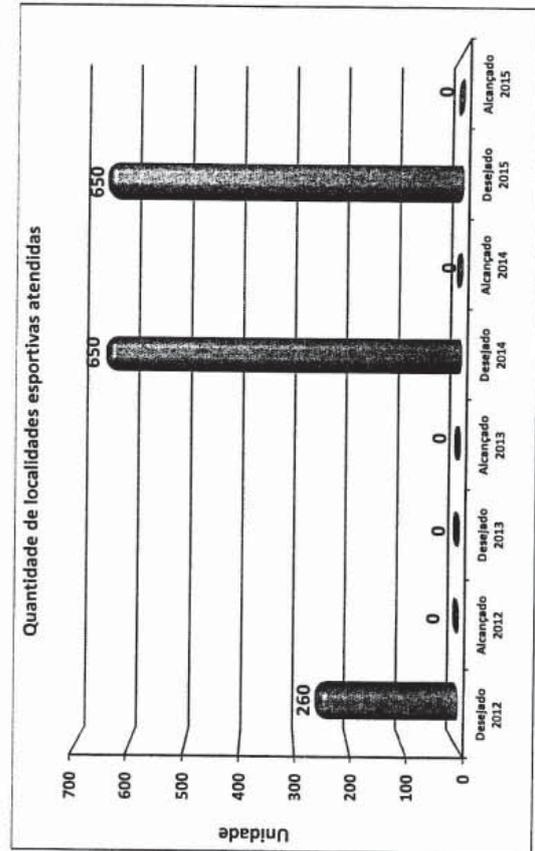
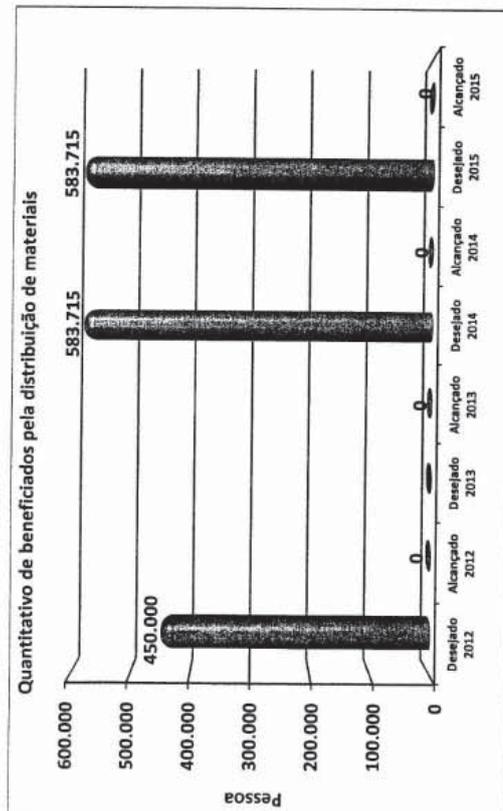
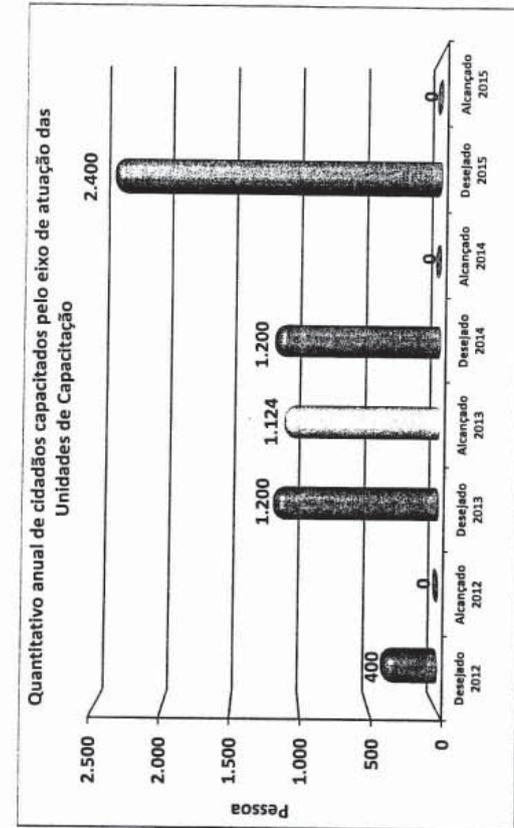
Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1279 Quantitativo de beneficiados pela distribuição de materiais	Pessoa	-	-	Anual	Desejado Alcançado	450.000 -	- -	583.715 -	583.715 -	CIAS/ SECOPA
1285 Quantitativo anual de cidadãos capacitados pelo eixo de atuação das Unidades de Capacitação	Pessoa	-	-	Anual	Desejado Alcançado	400 -	1.200 1.124	1.200 -	2.400 -	CIAS/ SECOPA
1289 Quantidade de localidades esportivas atendidas	Unidade	-	-	Anual	Desejado Alcançado	260 -	- -	650 -	650 -	CIAS/ SECOPA

**Justificativa 2013**

**Indicador 1279** – Sem justificativa

**Indicador 1285** – Tendo em vista o ciclo de 2 anos para capacitação, o quantitativo se refere aos indivíduos em processo de capacitação por mês. A diferença entre alcançado e desejado se justifica pelo atraso no início das atividades de capacitação, fruto da necessidade de adequação dos espaços para receber os capacitandos e finalização de diversos procedimentos licitatórios, nos quais constam os insumos e maquinários necessários. Os indicadores 1279 e 1289 serão reavaliados quando do período de alteração do Plano Plurianual – PPA, de forma a dar maior clareza sobre os números do programa.

**Indicador 1289** – Sem justificativa.



**PROGRAMA TEMÁTICO: 6229 – EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES**

**OBJETIVO GERAL:** Ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos por meio do desenvolvimento de ações multissetoriais que visem contribuir para uma mudança cultural com vistas à equidade de gênero e emancipação das mulheres do DF.

**MACRODESAFIO**

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

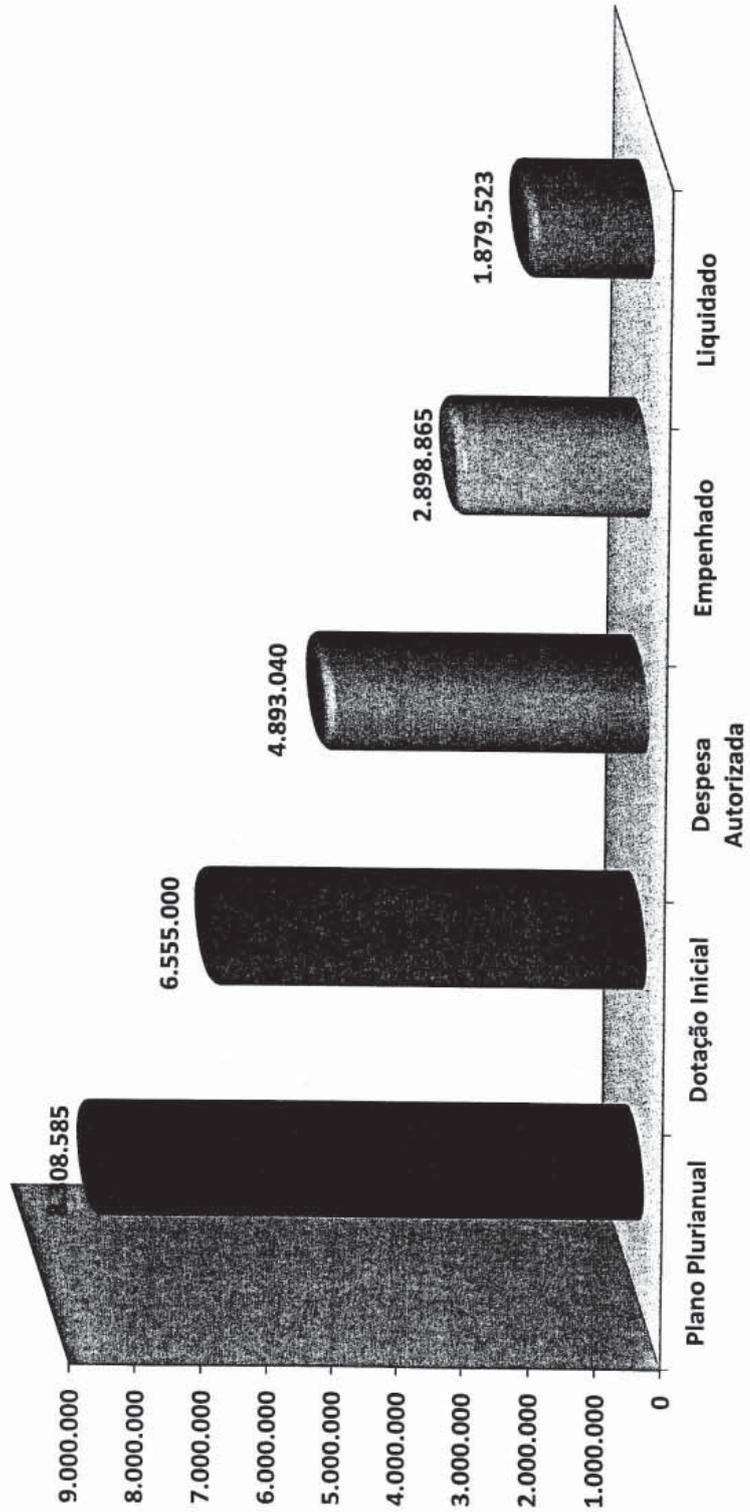
O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

	Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos, por meio do desenvolvimento de ações que visem contribuir no seu processo de emancipação no Distrito Federal.		57.101
002 - Enfrentar a violência contra a mulher, por meio de ações multissetoriais, para promover uma mudança cultural com vistas à equidade de gênero e emancipação das mulheres do DF		57.101

**Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013  
PPA X LOA**

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA						Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)			
1086 - (EP) Implementação do Plano Distrital de Política para as Mulheres	2.700.000	0	0	0	0	0	0	
3678 - Realização de Eventos	300.000	0	55.328	55.327	35.544	18	12	
4211 - Manutenção das Unidades de Atendimento à Vítima e ao Agressor	1.153.333	2.100.000	3.030.990	1.516.361	1.088.423	131	94	
4212 - Manutenção e Funcionamento do Conselho Distrital da Mulher	219.682	455.000	29.924	29.924	29.924	14	14	
4213 - Desenvolvimento de Ações Relacionadas ao Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	1.316.682	2.000.000	1.230.218	750.673	705.509	57	54	
4240 - (EP) Desenvolvimento de Ações de Defesa, Garantia e Ampliação dos Direitos das Mulheres	2.618.888	2.000.000	546.580	546.580	20.123	21	1	
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6229</b>	<b>8.308.585</b>	<b>6.555.000</b>	<b>4.893.040</b>	<b>2.898.865</b>	<b>1.879.523</b>	<b>35</b>	<b>23</b>	

6229 - Emancipação das Mulheres



**Objetivo Específico: 001** – Ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos, por meio do desenvolvimento de ações que visem contribuir no seu processo de emancipação no Distrito Federal.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

57.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

**Análise do Objetivo Específico**

No decorrer do ano de 2013 a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres articulou e implementou o processo que resultou no início dos trabalhos de constituição do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (I PDPM), com a criação no site da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SEM-DF), no dia 2 de dezembro, de aba destinada à promoção da consulta pública e da transparência relativa à elaboração do I PDPM e a publicação, no dia 4 de dezembro, no Diário Oficial do Decreto nº. 34.925/2013, que instituiu o Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano. Ainda no mês de dezembro foram realizadas 13 (treze) reuniões preparatórias com órgãos governamentais. Todo esse processo culminou na entrega do I PDPM no dia 3 de abril de 2014, após 14 dias de consulta pública virtual da proposta elaborada pelo GT, três dias de diálogos com a população, dois dias de consulta pública presencial e dezenas de reuniões com colaboradoras(es) de órgãos governamentais e da sociedade civil. Tendo como perspectiva constituir um ambiente institucional propício ao desenvolvimento do Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, para além de oferecer continuidade e fortalecer as políticas públicas implementadas diretamente pela SEM-DF – como os projetos Mutirão Rede Mulher e Oficina da Saúde – o esforço da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres foi de articular outros órgãos do Distrito Federal visando promover a transversalidade das políticas de enfrentamento à desigualdade de gênero nas diversas esferas da vida da população. Destacam-se: a Recomendação nº 2/2013 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) que indica à rede de ensino do DF os parâmetros para a inclusão, obrigatória, dos direitos da mulher e outros assuntos com recorte de gênero nos currículos dos ensinos fundamental e médio; a implementação da política de Economia Feminista e Solidária por meio do Rede Mulher Artesã e do projeto Selo Rede Mulher; a adoção da vacina contra o papiloma vírus humano (HPV), principal agente causador do câncer de colo de útero; e a difusão dos direitos das mulheres e das questões de gênero em programas como o Agentes da Cidadania, o Fábrica Social e o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais (PRAT). Nessa conjuntura, embora o número de projetos com vistas à equidade de gênero executados diretamente pela SEM-DF tenha se mantido em 15 (quinze) projetos, não atingindo o total desejado para 2013, de 17 (dezesete), cumpre destacar que o número de políticas públicas com inclusão de recorte de gênero implementadas no período – 19 (dezenove) ao todo – superou em quase 50% o total desejado, de 13 (treze). Um dos desafios que se apresenta é contabilizar e visibilizar o total de indicadores referentes ao objetivo específico 001 do programa temático 6229 – Emancipação das Mulheres, a saber: “Ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos, por meio do desenvolvimento de ações que visem contribuir no seu processo de emancipação no Distrito Federal”. Dentre o total de mulheres beneficiadas por políticas transversais, até o momento somente temos conseguido contabilizar aquelas que são geridas diretamente pela SEM-DF. Por este motivo, podemos dizer que o total apresentado de pessoas beneficiadas em 2013 pelo Plano Rede Mulher em todos os seus eixos, de 11.287 – que representa 62,7% do desejado para o período, de 18.000 – não reflete o conjunto de pessoas beneficiadas pelas ações transversais articuladas a partir do Plano Rede Mulher, as quais são geridas por outras secretarias, como a de Saúde e a de Trabalho.

Outro grande desafio colocado refere-se aos fatores limitadores encontrados na própria estrutura da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres cuja equipe, de 17 servidoras/es, apresenta, majoritariamente, perfil operacional. É reduzido o número de quadros profissionais capazes de articular políticas e ações e transformar as articulações em documentos necessários à ordenação do serviço público. Assim, para o ano 2014, diante da iminência da implementação do I PDPM composto por 71 metas e 310 ações que envolvem um conjunto de 19 secretarias de Estado entre outros órgãos do governo como empresas e fundações, além de instituições do poder judiciário e do terceiro setor, ressalta-se a urgência tanto de instituir mecanismos que possibilitem o levantamento e acompanhamento de indicadores das políticas transversais, como de dotar a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres dos recursos humanos e técnicos necessários para que seja possível cumprir com as metas e objetivos estabelecidos no Plano.

**Metas 2012 – 2015:**

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
<p>1. Articular a inclusão do recorte de gênero nas políticas públicas do DF, buscando a equidade</p>	<p>A inserção do recorte de gênero em políticas públicas no ano de 2013 ocorreu nas áreas de Saúde, Trabalho e Qualificação Profissional, Educação, Raça e Etnia, Diversidade Sexual, Cultura, Economia Solidária e Esporte. Foram articuladas e executadas políticas públicas como a Unidade Móvel de Saúde da Mulher; a difusão de informações sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos; a difusão de informações sobre a promoção e a prevenção da saúde integral da mulher; a vacinação contra o HPV; a inserção da Corrida do Outubro Rosa no calendário de corridas do DF; a inserção profissional de mulheres no setor da construção civil; o microcrédito produtivo orientado para mulheres; a inserção dos direitos das mulheres e das questões de gênero nos currículos da Educação Básica; a sensibilização de educadoras/es para as questões de gênero; a adoção do nome social no âmbito da Secretaria da Mulher; a valorização das artesãs e trabalhadoras manuais; a articulação de políticas de artesanato, economia solidária, cultura, turismo e qualificação profissional para artesãs e trabalhadoras manuais; o empoderamento de mulheres de comunidades tradicionais; o empoderamento de mulheres dos espaços rurais; a geração de novos indicadores sobre questões de gênero na administração pública.</p>
<p>2. Implementar projetos, ações e iniciativas do Rede Mulher em todos as Regiões Administrativas do Distrito Federal, especialmente nas regiões com menor PIB per capita e abrangendo o público dos 33 Territórios de Vulnerabilidade.</p>	<p>Foram implementados projetos, ações e iniciativas do Rede Mulher em 27 (vinte e sete) Regiões Administrativas (exceções: Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico, SCIA e SIA) e em cinco cidades da Região Metropolitana do Distrito Federal (Cidade Ocidental, Jardim ABC, Valparaíso, Novo Gama e Vila Boa). Majoritariamente, a implementação ocorreu nas regiões com menor PIB e per capita e abrangeu o público das áreas de vulnerabilidade social.</p>

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

## Apuração dos Índices alcançados pelo Indicadores

## Indicadores:

Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
1326	Número de políticas públicas com inclusão de recorte de gênero implementadas	Unidade	2	31/12/2011	Anual	Desejado Alcançado	- -	6 19	13 -	15 -	Secretaria de Estado da Mulher DF
1327	Número de projetos executados com vistas à equidade de gênero	Unidade	1	31/12/2011	Anual	Desejado Alcançado	- -	13 15	17 -	17 -	Secretaria de Estado da Mulher DF
1328	Número de pessoas beneficiadas pelo Plano Rede Mulher em todos os seus eixos	Pessoa	1.000	31/12/2011	Anual	Desejado Alcançado	- -	11.842 12.168	18.000 -	22.000 -	Secretaria de Estado da Mulher DF
1329	Campanhas Realizadas	Unidade	2	31/12/2011	Anual	Desejado Alcançado	- -	2 3	2 -	2 -	Secretaria de Estado da Mulher DF

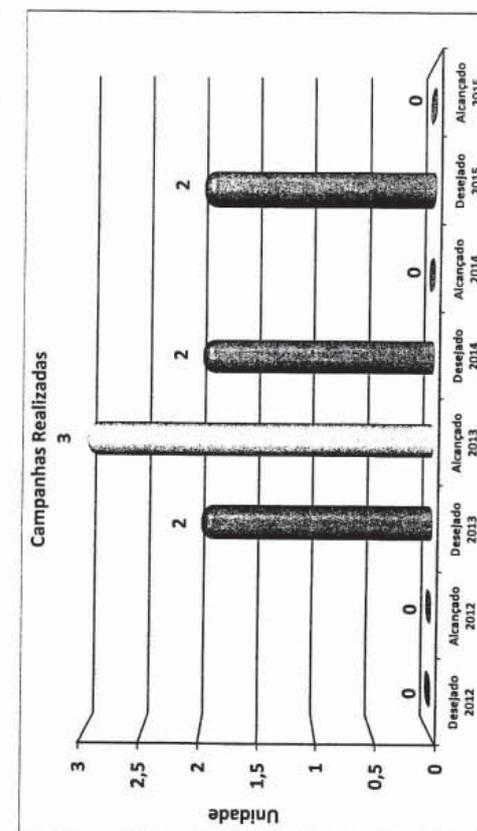
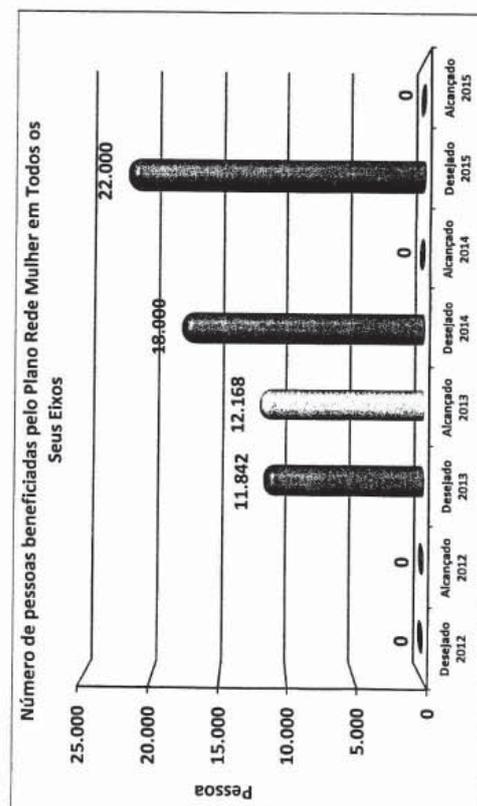
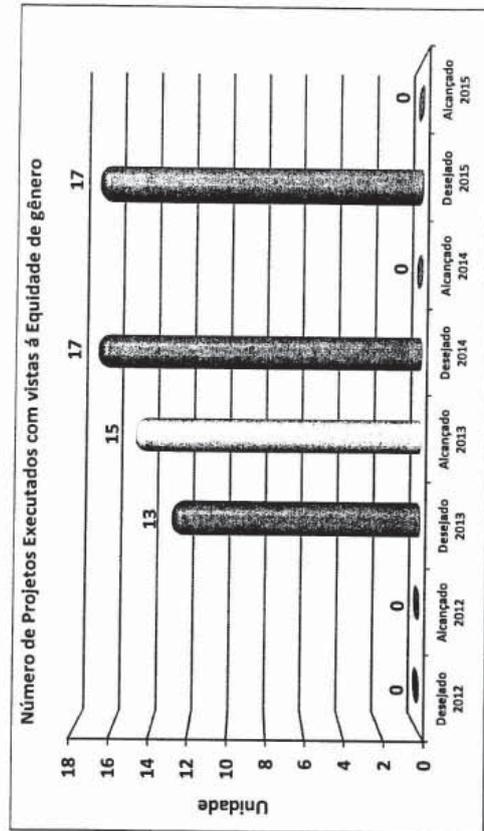
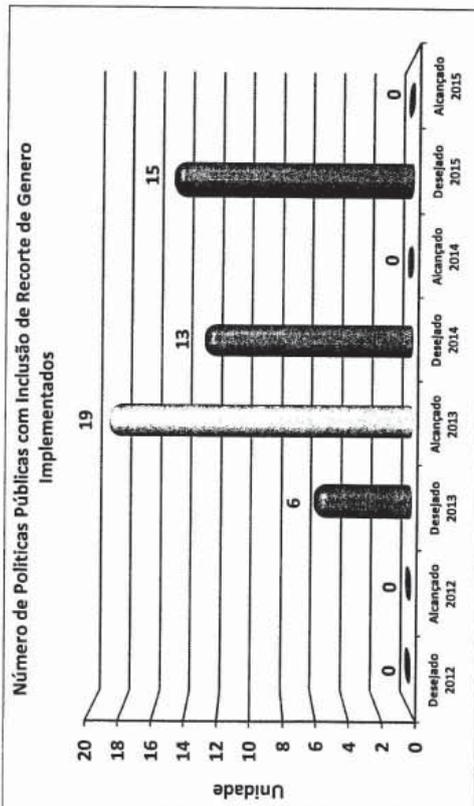
## Justificativa – 2013

**Indicador 1326** - As Políticas Públicas foram: Direitos das Mulheres no curriculum escolar, Economia Feminista, Vacina contra HPV para meninas, Quarta Carreta da Mulher, Difusão do preservativo feminino, nome social de travestis e transexuais, empoderamento das Mulheres do Campo, Corrida Outubro Rosa, Fundo de Apoio à Cultura, Geração de novos Indicadores na área de Gênero, Carteira de Artesã, Carteira de Artesãs, Agentes da Cidadania, Bibliotecas do Cerrado, Fábrica Social entre outras.

**Indicador 1327** – Os projetos executados foram: GDF fazendo Gênero na Escola, Selo Rede Mulher de Economia Solidária, Jogo da Mulher, Mutirão Rede Mulher - as Mulheres dão as Cartas, Jogo da Mulher, nas Comunidades Tradicionais, nas Comunidades Rurais -, Oficina da Saúde, Laboratório de Saúde da Mulher, Outubro Rosa, Show Mulher de Lei, Feira de Artesãs da Economia Solidária, Empregabilidade/ Mulheres na Construção, Via Rápida e Próspera Mulher.

**Indicador 1328** – Apesar de a meta ter sido superada, observa-se que o número não inclui pessoas beneficiadas por políticas transversais desenvolvidas unicamente pelo órgão executor.

**Indicador 1329** - Foram realizadas as seguintes campanhas: Março Mulher, Outubro Rosa e Adesão à Campanha da ONU - Informação Complementar.



**Objetivo Específico: 002** - Enfrentar a violência contra a mulher, por meio de ações multissetoriais, para promover uma mudança cultural com vistas à equidade de gênero e emancipação das mulheres do DF.

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

57.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

**Análise do Objetivo Específico**

O objetivo maior da Subsecretaria Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres-SEVICOM, no ano de 2013, foi promover o empoderamento da mulher na família, de forma a romper o ciclo de violência através da promoção de sua autonomia e independência, fazendo com que não seja necessária a presença do agressor para promover sua subsistência.

Tal meta foi implantada, de forma mais abrangente, através do desenvolvimento, implantação e aperfeiçoamento, dos aparelhos da Secretaria da Mulher, juntamente com a exposição dos números a eles relacionados, às Mulheres.

Foram entregues 2 (duas) Unidades Móveis de combate à violência contra as mulheres, que fazem parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e se somam ao programa “Mulher, Viver sem Violência”, para a integração de serviços na aplicação da Lei Maria da Penha no campo e na floresta. Os dois ônibus são importantes pela eficiência e agilidade, porque se deslocam para o local onde as pessoas mais precisam de atendimento. Estão equipados com duas salas de atendimento, notebooks com roteador e pontos de internet, impressores multifuncionais (digitalização de documentos e fotocópias), geradores de energia, ar condicionado, projetos externos para telão, toldo, 50 cadeiras, copa e banheiro adaptados para a acessibilidade de pessoas com deficiência.

Nos dias 10, 11 e 12 de dezembro do ano de 2013, foi realizado o **Seminário de Gênero, Raça e Violência Contra as Mulheres**, a fim de promover um debate acerca da violência contra a mulher ligada às questões de gênero e raça, além de dar oportunidade à rede de atendimento para a articulação de ações voltadas à prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

O objetivo foi identificar os atores sociais que devem compor a Rede de Atores aqui atendidos como instituição, serviços e grupos de governo e da sociedade civil que estão envolvidos direta ou indiretamente no atendimento, encaminhamento e prevenção à violência de gênero e que e serão os sujeitos da construção da REDE, além de capacitar os profissionais que prestam serviços de atenção à mulher vítima de violência, objetivando um tratamento qualificado e humanizado.

Dentro deste contexto, a Câmara Técnica produziu o Plano Integral Básico – PIB, que serve como orientação aos órgãos e instituições envolvidos na rede de atendimento às mulheres vítimas de violência. A proposta é construir um fluxo de atendimento, articular e integrar as ações a partir das experiências já acumuladas por cada órgão e as orientações do Pacto Nacional.

O Programa Roda de Conversa, tem como iniciativa apresentar às lideranças locais os serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo enfatizados os serviços disponíveis pelo Governo do Distrito Federal, à população que necessitem de deslocamentos maiores por parte das (os) usuárias (os).

O público-alvo é a comunidade local em geral, bem como das regiões próximas por meio de suas lideranças. As instituições interessadas terão 20 (vinte) minutos para apresentar os serviços, a quem são destinados, formas de ingressos, os tipos de atendimentos e acompanhamentos realizados. Ao final das apresentações, será aberta a discussão com participação dos ouvintes e palestrantes.

As instituições convidadas a participar são: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal; Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal; Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal; Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal; Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal; Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher/Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Militar do Distrito Federal; Defensoria Pública do Distrito Federal; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; e Administrações Regionais de Brasília.

Ascentamos que a SEVICOM é responsável por formular políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, que visem à prevenção, combate à violência, amparo e garantia de direitos às mulheres em situação de violência. Também deve desenvolver, implementar e apoiar políticas públicas, planos, programas e projetos voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres, diretamente ou em parceria com organismos governamentais de diferentes entes da federação ou organização não governamentais e com a sociedade civil.

Deve, ainda, planejar, coordenar e avaliar as atividades da rede de atendimento à mulher, que inclui o Disque Direitos da Mulher, Centro de Atendimento Especializado à Mulher, Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica e Programa Casa Abrigo de Mulheres, Meninas e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica e Sexual.

Espera-se que o PAM – Pedido Anual de Material, seja finalmente executado.

#### **Metas 2012 – 2015:**

As metas, ações, atividades foram realizadas em geral, pela motivação dos servidores da SEVICOM e também com a participação de parcerias mais sucesso no ano de 2013, sendo o maior deles a ampliação do número de psicólogos na Unidade 102 sul. Entretanto, a escassez de profissionais ainda é um problema a ser enfrentado, sobretudo com a presença de mais duas Unidades Móveis em funcionamento, a existência do CEAM do SAI e, por fim, a inauguração de mais um CEAM em Planaltina, e a previsão de inauguração de mais dois CEAMs, na Ceilândia e no Gama.

Outra dificuldade é a manutenção da estrutura física dos CEAMs, como não estão previstos nos contratos de uso dos espaços, a manutenção dos mesmos está a cargo da SEM/DF, o que vem sendo bastante difícil, vez que tudo demanda tempo.

As perspectivas em termos de atendimento para 2014 é de ampliação pois teremos a inauguração de mais 02 CEAMs e a meta para 2014 no que diz respeito ao CEAM da 102 Sul é de 2.400 atendimentos no ano.

Em relação às Unidades Móveis e aos novos CEAMs, fica difícil traçar uma meta em termos de números, pois depende de profissionais para realizar atendimentos, além das parcerias com a comunidade local, rede de atendimento, entre outras questões que envolvem a divulgação dos serviços. Como são serviços que ainda não existem, fica difícil prever como será a procura, mas pensa-se que a busca por eles será maior do que no da 102 sul.

Metas previstas no PPA até 2015		Metas alcançadas até 2013	
1. Ampliar o número de beneficiados em projetos e ações de combate à violência contra a mulher	<p>- Em 2013, foram atendidas 1.856 pessoas nos Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica.</p> <p>- O programa Roda de Conversa atingiu um público de cerca de 400 pessoas em 2013.</p> <p>- O programa CASA ABRIGO/DF teve um total de 310 pessoas atendidas.</p> <p>- O Centro Especializado de Atendimento à Mulher atendeu 265 mulheres no ano de 2013.</p> <p>- O Disque "156 OPÇÃO 6" realizou 30 atendimentos em 2013, número abaixo do apurado em 2012, quando se registraram 78 atendimentos. A queda pode ser motivada pela falta de uma campanha de publicidade mais efetiva sobre o serviço. Um outro fato a se considerar é a necessidade de conscientização acerca da importância de se denunciar atos de violência contra as mulheres.</p> <p>- As Unidades Móveis de Acolhimento (Ônibus da Mulher) iniciaram suas atividades em setembro de 2013 e visitaram 6 comunidades rurais nas regiões de Planaltina e Brazlândia Foram realizados 32 atendimentos especializados e promovidos debates acerca dos direitos da mulher com a participação de cerca de 100 pessoas</p>		
2. Realização de 02 campanhas ao ano que contribuam com a reversão do atual quadro de violência contra a mulher	<p>Em 2013, foram realizadas as Campanhas de 8 de março com um extensivo calendário denominado "Março Mulher". Promovida a campanha "16 Dias de Ativismo pela Não Violência Contra a Mulher".</p>		
3. Implantar mais 04 Centros de Especializados de Atendimento à Mulher no DF	<p>Foi implantando o CEAM de Planaltina, faltam os CEAMs de Ceilândia e Gama previstos para o 2º Semestre de 2014.</p>		

## Apuração dos Índices pelo Indicadores

## Indicadores:

Indicador	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em			Fonte da Informação	
							2012	2013	2014		2015
770	Campanhas realizadas	Unidade	271	31/07/2011	Anual	Desejado Alcançado	2 3	2 2	2 -	Secretaria de Estado da Mulher DF	
1330	Número de beneficiados em projetos e ações de combate à violência contra a mulher – NAFAVDs (Encaminhamentos Judiciais, Casa Abrigo e Outros)	Pessoa	921	31/07/2011	Anual	Desejado Alcançado	- 1.856	1.600 -	2.100 -	Secretaria de Estado da Mulher DF	
1331	Número de beneficiados em projetos e ações de combate à violência contra a mulher – CEAMs (Ingressaram no Serviço)	Pessoa	-	-	Anual	Desejado Alcançado	- 284	170 -	350 -	Secretaria de Estado da Mulher DF	
1332	Número de beneficiados em projetos e ações de combate à violência contra a mulher – Casa Abrigo (Pessoas admitidas)	Pessoa	271	31/07/2011	Anual	Desejado Alcançado	- 310	330 -	340 -	Secretaria de Estado da Mulher DF	
1333	Número de Beneficiados em projetos e ações de combate à	Pessoa	-	-	Anual	Desejado	-	85	90	95	Secretaria de

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em			Fonte da Informação
						2012	2013	2014	
violência contra a mulher – Central de Atendimento à Mulher					Alcançado	-	30	-	Estado da Mulher DF
1334 Número de Centros Especializado de Atendimento à Mulher no DF	Unidade	2	31/07/2011	Anual	Desejado	4	4	6	Secretaria de Estado da Mulher DF
					Alcançado	-	2	-	Estado da Mulher DF

**Justificativa – 2013**

**Indicador 770** - Foram realizadas as seguintes Campanhas: Dias de Ativismo pelo Combate à Violência contra a Mulher, Março Mulher, Dia da Visibilidade Lésbica, Roda de Conversa com Mulheres de Terreiro e Mulheres Negras de Grupos Religiosos.

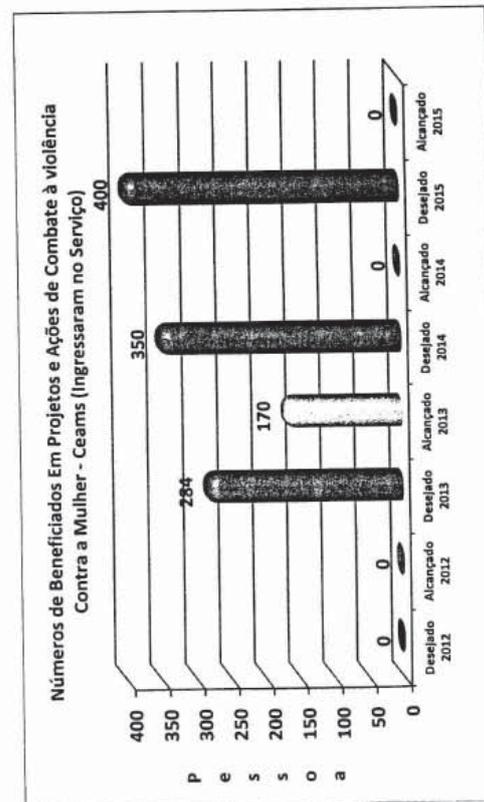
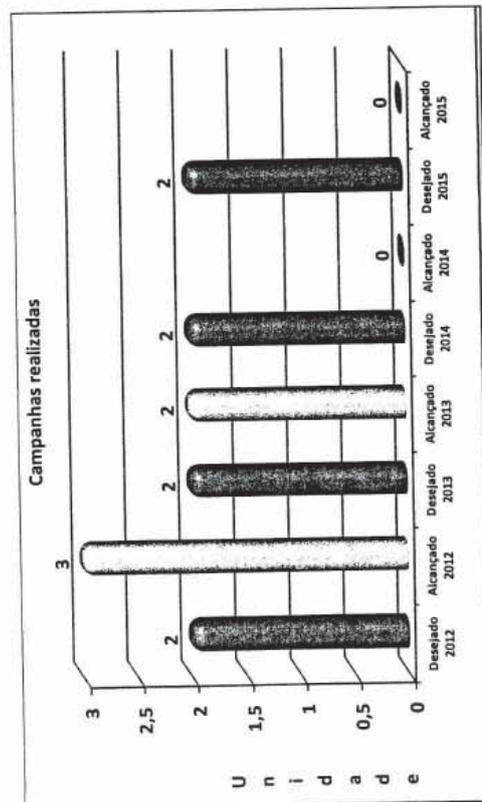
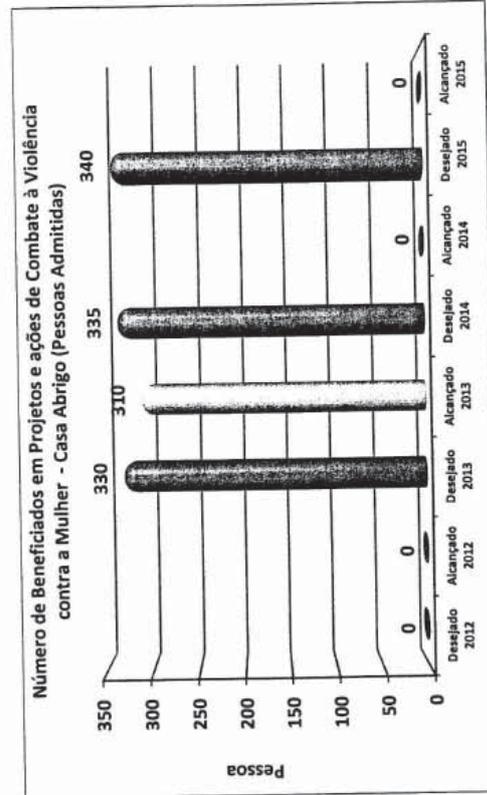
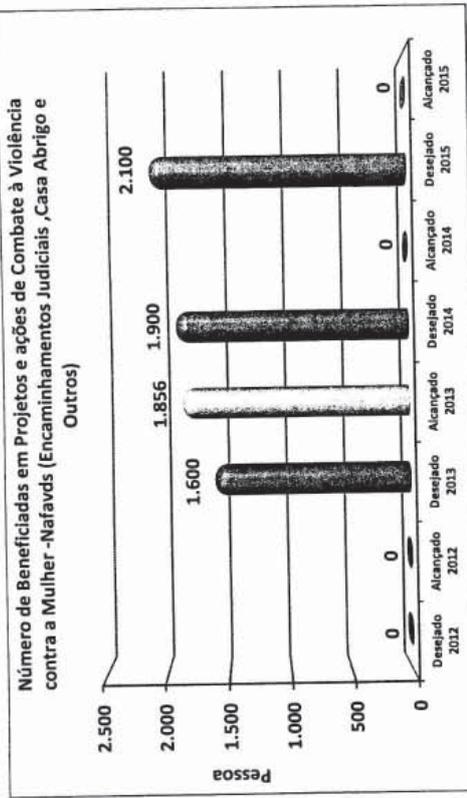
**Indicador 1330** – Recebimento de encaminhamentos dos Juizados Especiais Criminais referentes a processos de violências domésticas contra as mulheres.

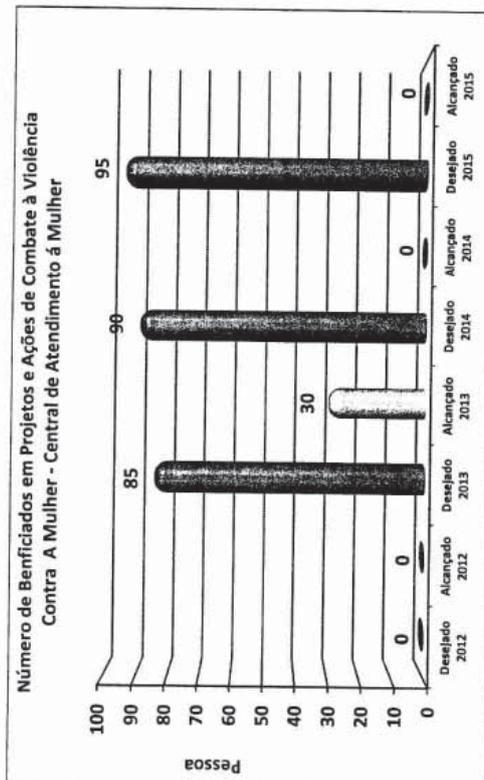
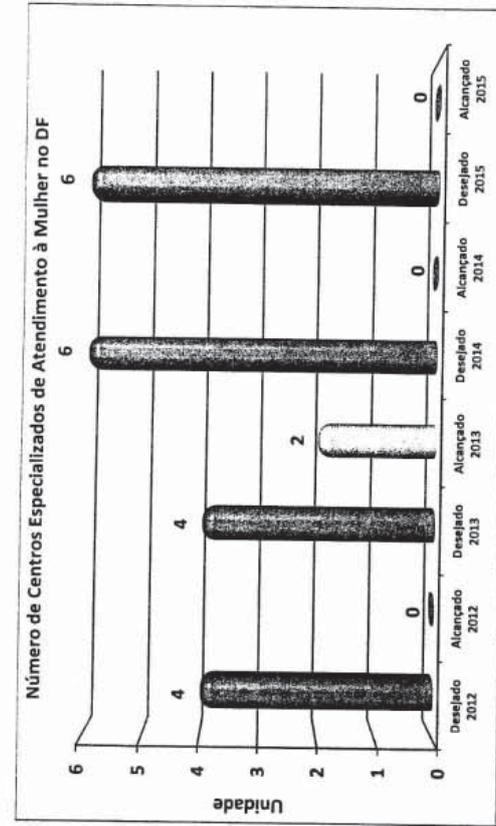
**Indicador 1331** - Meta não superada, uma vez que não houve a inauguração dos 2 centros (Planaltina e Ceilândia) em 2013. Todavia estes estão com a inauguração prevista para o 1º semestre de 2014.

**Indicador 1332** - Apesar do não atingimento da meta, a equipe da unidade, formada por psicólogas, assistentes sociais, advogadas e pedagogas prestou 4.806 atendimentos.

**Indicador 1333** - Meta não superada motivada pela baixa procura da sociedade por este equipamento, devido à ampliação de outros canais de recebimento de denúncias/ reclamações, como os CRAMs, NAFAYDs e as Unidades Móveis de atendimento, formado por 2 ônibus.

**Indicador 1334** - Meta parcialmente superada, visto que não houve a inauguração de 1 CEAM de Planaltina/DF faltam Gama e Ceilândia) em 2014; questões de ordem burocrática que impediram o cumprimento desta meta, Entretanto está prevista a inauguração destes 2 centros para o 2º semestre de 2014.





**PROGRAMA TEMÁTICO: 6230 – TURISMO**

**OBJETIVO GERAL:** Desenvolver o turismo no Distrito Federal a partir do fomento e promoção de produtos e serviços com articulação entre poder público e setor privado.

**MACRODESAFIO**

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Desenvolver a economia com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF.

**OBJETIVO ESPECÍFICO**

O programa temático é composto de 1 Objetivo Específico, conforme segue abaixo:

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Unidade Responsável</b>
001 - Estruturar, aprimorar e promover o destino Brasília com foco na sustentabilidade, excelência e competitividade, potencializando a utilização da infraestrutura turística. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	27.101

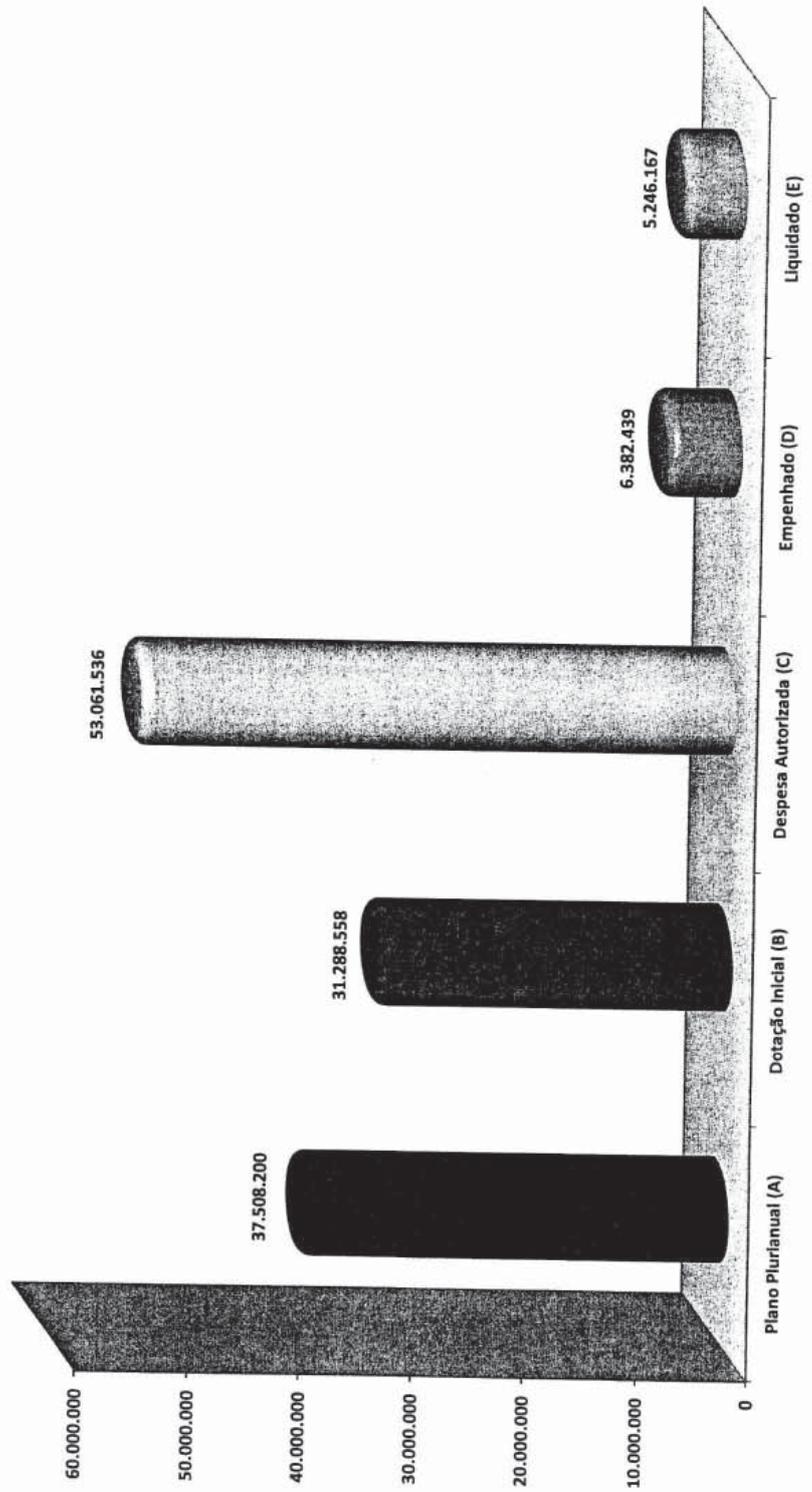
**Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013  
PPA X LOA**

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA						Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)			
1471 - Modernização de Sistema de Informação	100.000	50.000	6.165	6.165	6.165	6	6	
4199 - Promoção Local, Nacional e Internacional do Turismo	3.900.000	1.789.200	4.944.876	2.624.773	758.989	67	19	
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	2.000.000	50.000	0	0	0	0	0	
3619 - Revitalização do Projeto Orla	2.250.000	700.000	487.500	0	0	0	0	
4090 - Apoio a Eventos	1.200.000	130.000	1.129.502	979.366	790.381	82	66	
3074 - Melhorias na Sinalização Turística	3.976.000	0	0	0	0	0	0	
3676 - Captação de Eventos	1.220.000	55.000	26.560	26.560	26.560	2	2	
4201 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Turismo	600.000	30.000	6.048	6.048	0	1	0	
4203 - Fomento à Elaboração de Produtos e Serviços Turísticos	5.911.000	1.002.656	1.794.656	235.000	0	4	0	
3215 - Reforma do Pavilhão Expobrasília	1.200.000	110.000	0	0	0	0	0	
1764 - Implantação do Ecocamping de Brasília	300.000	0	0	0	0	0	0	
5018 - Implantação da Política de Gestão do Conhecimento	1.000.000	1.500.000	1.165.527	1.165.527	548.775	117	55	
1968 - Elaboração de Projetos	300.000	0	0	0	0	0	0	
3093 - Construção do Centro de Atendimento ao Turista	150.000	0	0	0	0	0	0	
1758 - Reforma do Centro de Atendimento ao Turista	80.000	0	0	0	0	0	0	
3936 - Revitalização da Torre de TV	5.948.000	23.471.702	27.461.702	0	2.115.297	0	36	
2265 - (EP) Amigos do Turista	600.000	0	0	0	0	0	0	
3213 - Implementação de Políticas Públicas de Turismo	1.607.200	900.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	62	62	
1134 - (EP) Construção do Centro de Convenções Taguaparaque	1.500.000	0	0	0	0	0	0	
4091 - Apoio a Projetos	200.000	0	0	0	0	0	0	
3801 - Reforma do Centro de Convenções	918.000	900.000	14.700.000	0	0	0	0	
4200 - Serviços de Atendimento ao Turista	2.548.000	600.000	339.000	339.000	0	13	0	
<b>TOTAL DO PROGRAMA 6230</b>	<b>37.508.200</b>	<b>31.288.558</b>	<b>53.061.536</b>	<b>6.382.439</b>	<b>5.246.167</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	

(1) Na coluna "D" constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.

(2) Na coluna "E" constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.

### 6230 - Turismo



**Objetivo Específico: 001** - Estruturar, aprimorar e promover o destino Brasília com foco na sustentabilidade, excelência e competitividade, potencializando a utilização da infraestrutura turística. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)

**UNIDADE RESPONSÁVEL:**

27.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR

**Análise do Objetivo Específico**

A condição de Brasília, Cidade Sede da Copa do Mundo de 2014, também exige da SETUR muita atenção, que nesse momento em especial, necessita trabalhar em parceria com toda cadeia produtiva do turismo, para garantir uma boa atuação na preparação e apresentação da cidade. O desafio caminha em torno da necessidade de fortalecer e estreitar os laços entre o setor público e privado (governamental e sociedade civil organizada) e todos os parceiros que possam colaborar em diferentes frentes de trabalho pela visibilidade da cidade.

Para a SETUR/DF, avançar no desenvolvimento do turismo é uma questão estratégica e a equipe da secretaria se lança a esse desafio. Criar as condições para fortalecer a cadeia produtiva do turismo e conquistar o legado de uma nova realidade para o setor é o cerne desse propósito. Nesse sentido, a SETUR/DF entende que a avaliação de um Planejamento Estratégico exige envolvimento e empenho de toda sua equipe de trabalho, além de um direcionamento metodológico que gera aumento na capacidade gerencial, melhora a comunicação interna, fortalece a imagem da instituição, promove a qualidade das ações desenvolvidas, além de preparar melhor os servidores.

Dentre as ações realizadas, a SETUR/DF avançou em pontos muito expressivos previstos para o ano de 2013 e que seguem em destaque:

- Apoio a Produção Associada ao Turismo;
- Fomento e captação de eventos estratégicos
- Qualificação por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Turismo);
- Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo (Cadastur);
- Criação da Comissão de Licitação;
- Participação em feiras e eventos nacionais e internacionais;
- Treinamento de voluntários para a Copa das Confederações;
- Atendimento a mais de 100 mil visitantes nos CAT's;
- Reforma do mezanino da Torre de TV;
- Implantação da sinalização turística;
- Pesquisas de Perfil e Satisfação do Turista;
- Lançamento do Programa de Hospedagem Alternativa – Cama e Café;
- Lançamento do Observatório do Turismo do DF;
- Sanção da Legislação do Transporte de Turismo do DF;

#### Ações Voltadas para a Copa do Mundo FIFA 2014

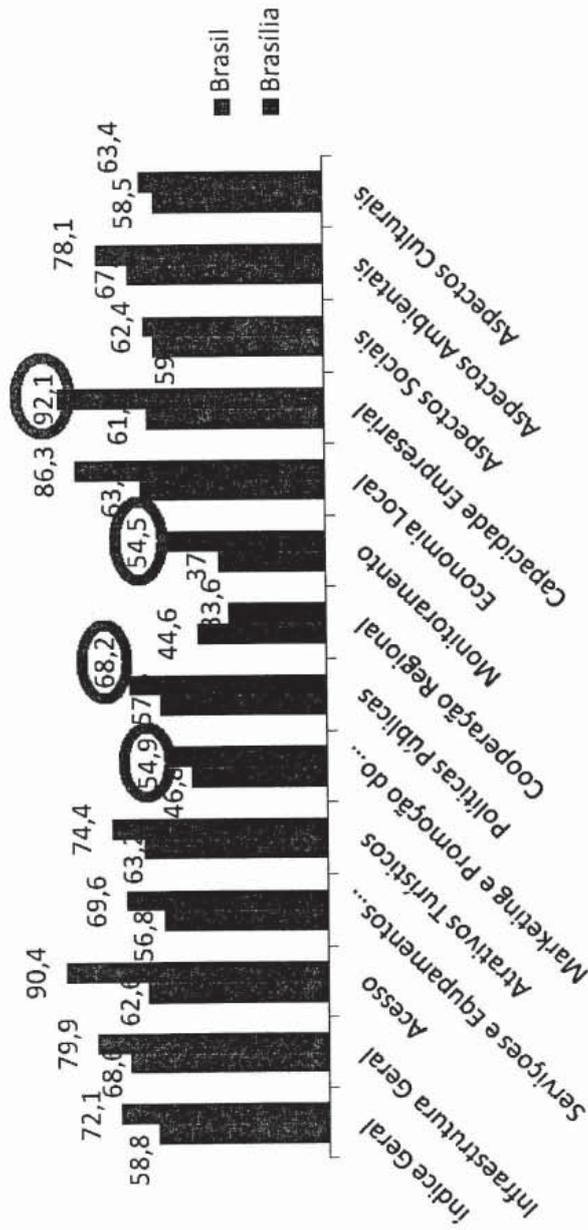
- Programa de hospitalidade e bem receber moradores, e visitantes nacionais e estrangeiros;
- Criação e ampliação de hospedagem alternativa para visitantes nacionais e estrangeiros (Cama e Café);
- Ampliação e instalação de sinalização turística de acordo com normas internacionais;
- Elaboração de projeto executivo de acessibilidade para moradores e visitantes nacionais e internacionais nos principais atrativos turísticos do DF;
- Normatização do transporte turístico do DF para moradores e visitantes nacionais e internacionais;
- Estratégias de promoção e marketing do destino Brasília por meio digital;
- Confeção de brindes e impressão de material de promoção do destino Brasília para moradores e visitantes nacionais e estrangeiros;
- Postos avançados de atendimento ao turista nacional e internacional;
- Estande promocional e interativo do destino Brasília;
- Ações para sensibilização, inserção e motivação da população do DF para a Copa do Mundo FIFA 2014 na sede Brasília;
- Construção reforma e revitalização da infraestrutura dos centros de atendimento ao turista CAT's;
- Ações de Relações Públicas RP e promocionais da cidade sede Brasília;
- Interações e interfaces com a iniciativa privada para melhorar e facilitar os produtos e serviços para os visitantes internacionais;
- Valorização do patrimônio cultural e turístico do destino Brasília por meio de roteiros de bicicleta, de carro ou a pé;
- Qualificação do destino Brasília para bem receber brasileiros e estrangeiros em parceria com Ministério do Turismo/ Pronatec – turismo/ Pronatec – copa;
- Potencializar o destino Brasília para visitantes brasileiros e estrangeiros em parceria com a Comcopa e Embratur;
- Quantificar o impacto econômico dos turistas brasileiros e estrangeiros e seu perfil na copa do mundo de 2014 – por meio de pesquisas a serem aplicadas aos moradores e turistas (nas RAs, aeroporto, rodoviária interestadual e estádio).

O Distrito Federal se prepara para o ápice de sua promoção internacional com a oportunidade de sediar sete jogos da Copa do Mundo e a expectativa é que o incremento do turismo seja um dos principais legados. Desde o início desta gestão, a Secretaria de Turismo tem preparado a cidade - por conta dos grandes eventos - para receber bem o turista e investiu especialmente em quatro pilares do setor: políticas públicas, infraestrutura, qualificação profissional do setor e promoção de Brasília.

Para tanto, foram firmadas parcerias com outros órgãos e entidades federais e internacionais, buscando otimizar os recursos aplicados.

Todo empenho realizado nessa gestão permitiu também, o avanço do índice de competitividade do destino Brasília. Conforme balanço divulgado pelo Ministério do Turismo, Brasília supera a média nacional em todos os quesitos avaliados por técnicos do órgão (vide abaixo). Até nos tópicos em que obteve médias intermediárias conseguiu ficar acima da média brasileira. Isso significa que mesmo com os iguais problemas dos demais destinos, Brasília está lidando com essas barreiras em consonância com as demais cidades, sem permitir que a qualidade do Turismo seja afetada.

## Índice de Competitividade - Brasil e Brasília, 2013



Espera-se que todos esses fatores faça que 2014 seja um ano favorável para os brasilienses e para os cerca de 600 mil visitantes que acompanharão os jogos da Copa do Mundo na cidade. Mas, é importante ressaltar que os benefícios não se limitarão ao Mundial, pois todos esses investimentos abriram as janelas da Capital Federal em nível internacional. O cuidado com a cidade despertou interesse em empresários e autoridades, que já confirmaram a injeção de R\$ 75 milhões com a realização de eventos em Brasília até 2019. A expectativa reanimou os empreendedores locais. Até 2015, serão, pelo menos, 14 novos meios de hospedagem. Os pequenos e médios empresários resgataram, no ano 2013, mais de R\$ 100 milhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, ou seja, 100% da verba destinada ao Turismo, um fato histórico.

**Metas 2012 - 2015:**

A SETUR tem buscado, com empenho, alcançar as suas metas, com o intuito e foco de cumprir a sua missão institucional "Desenvolver o turismo no DF a partir do fomento e promoção dos produtos e serviços com articulação entre o poder público e setor privado". No entanto, algumas das ações, que se apresentam com baixa evolução positiva, muitas das vezes, dependeram de maior celeridade dos trâmites burocráticos nos processos licitatórios, bem como, de disponibilidade ou prioridade de recursos orçamentários aplicados em contrapartida, poderia potencializar os investimentos.

<b>Metas previstas no PPA até 2015</b>	<b>Metas alcançadas até 2013</b>
<p>1. Aumentar o fluxo em 30% de turistas nacionais e internacionais</p>	<p>Com relação ao desembarque internacional, observa-se um aumento muito expressivo em termos quantitativos ao longo de 2013, comparados a 2012. A partir de junho 2013, mês em que ocorreu a Copa das Confederações, a quantidade de desembarques apresenta um aumento considerável, se mantendo relativamente estável ao longo do segundo semestre. Cumpre destacar que o mês de maior fluxo internacional em desembarques foi julho 2013, e o de menor fluxo abril, com uma diferença de quase 6 mil pessoas. Conforme dados obtidos pela INFRAMÉRICA a respeito do desembarque doméstico para os anos de 2012 e 2013, observou-se, que a partir do mês de Agosto, houve aumento constante e representativo do nº de desembarques. Em dezembro de 2013, cerca de 1,5 milhões de passageiros utilizaram o Aeroporto Internacional de Brasília para realizar suas viagens em âmbito nacional, dentre embarques, desembarques e conexões. No mesmo período de 2012, este número foi inferior, representando cerca de 1,3 milhões. De 2012 para 2013, portanto, observou-se um aumento de 12,48% no trânsito de pessoas no período.</p> <p>Com a ampliação do aeroporto e de suas dependências, os terminais de nº 1 e 2 deixarão de existir, pois serão totalmente reformados e um novo será construído com 15 novas posições de embarque. Atualmente, a capacidade do Aeroporto Internacional de Brasília é de cerca de 16 milhões de passageiros, e a prospecção é de que atenda a 41 milhões após sua reestruturação e ampliação.</p>
<p>2. Aumentar de 2 para 3 dias o tempo de permanência do turista no DF</p>	<p>Os resultados do Boletim Anual de Monitoramento SETUR 2012, apontaram que o tempo de permanência no destino Brasília, em sua maioria, é superior a dois dias. Dos 62,5% entrevistados informaram uma permanência na cidade de 3 dias ou mais. Em 2013, o trabalho de promoção da cidade conseguiu, por exemplo, aumentar o tempo de permanência do turista em Brasília de dois para mais de três dias (63%). Segundo o Ministério do Turismo, este tipo de visitante deixa em média R\$ 57,09 (nacional) R\$ 159,12 (internacional) por dia no destino turístico. Por outro lado, o turista de negócios e eventos gasta em média R\$ 88,27 (nacional) e R\$ 297,00 (internacional) no mesmo período.</p>
<p>3. Realizar 9 ações por ano de promoção nacional e internacional do destino Brasília-DF</p>	<p>Em 2012, 40 ações de promoção foram realizadas em feiras, <i>famtours</i>, <i>press trips</i> e campanhas descritas abaixo: 12 feiras nacionais; 10 feiras internacionais; 03 <i>famtours</i>; 09 <i>press trips</i>; campanhas - RJ, SP, MG, GO e DF; mídias: jornais, revistas, televisão, MUB, internet e revistas de bordo: Material Promocional - folders, revista, Zcards, mapas, cartões postais, livro e vídeos: Em feiras nacionais, a prioridade do setor é atuar em mercados que estatisticamente já emitem turistas para o destino Brasília, como Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2013 foram contabilizadas 10 participações em eventos nacionais: WTM, com o formato de rodada de negócios, BNT Mercosul, com operadores e agentes da América do Sul, Aviestur, com foco em Turismo Pedagógico (Holambra-SP). No âmbito</p>

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
<p>4. Qualificar 4.000 profissionais que atuam nas atividades turísticas conexas e/ ou correlatas ao setor do turismo (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)</p>	<p>internacional a SETUR participou de feiras na Europa; Goal to Brasil em Londres e Nova Iorque. Outra ação importante foi um workshop no Uruguai realizado pela Embratur voltado para agentes de turismo e operadores. Também, Goal to Brasil em Bogotá, Goal to Brasil Amsterdam, FIT da Argentina e na Feira das Américas – ABAV.</p> <p>A qualificação realizada foi para o Grupamento Especializado em Policiamento Turístico do DF e para os Centros de Atendimento ao Turista CAT's - 192 profissionais. Oficina de qualificação por meio de convênios: totalizando 70 profissionais. Em 2012, o Convênio nº 770823, destinado para capacitação da Segurança, foi cancelado pelo Ministério do Turismo – Mtur. As atividades de qualificação realizada em 2013 pela Secretaria de Estado de Turismo foram viabilizadas no âmbito do Distrito Federal em parceria com o Ministério do Turismo, por meio do Programa Pronatec Turismo, pelas três linhas de ação: Pronatec Copa Social, Pronatec Copa e Pronatec Copa na Empresa. Para execução do Programa a Setur/DF firmou Acordo de Cooperação Técnica no 4/2013 com o MTur - 28/03/2013, publicado no DOU 11 de junho. Nesse ano, 1699 pessoas foram pré-matriculadas pela Diretoria de Qualificação e Certificação no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC do Ministério da Educação para realizar cursos do PRONATEC e dessas, 1066 pessoas foram matriculadas pelas instituições parceiras.</p>
<p>5. Aumentar em 30% os eventos geradores de fluxo turístico do destino Brasília (Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)</p>	<p>No Centro de Convenções Ulysses Guimarães - CCUG foram realizados 23 eventos: Encontro Nacional dos Prefeitos; 11ª CNTTR – Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; VII Finnar; 41ª Assembleia Geral Ordinária da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB; 46º Congresso de Ginecologia e Obstetrícia do DF; III Encontro da Polícia Militar para as Mulheres da Segurança Pública do DF; Comunidade das Nações; Hair Brasília and Beauty; 2º Congresso de Qualidade de Vida no Trabalho no Serviço Público Brasileiro; Centro Oeste Tour; Bsb Fitness; VI Seminário do Simples Nacional; Sebrae-DF; 68º Congresso Brasileiro de Dermatologia; XXII Congresso Brasileiro de Criminalística, VI Congresso Internacional de Perícias e XXII Exp. Tecnologias Forenses; III Conferência Nova Geração 2014; Congresso Nacional de Software: Teoria e prática: CBSsoft 2014; Congresso Brasileiro de Transportes e Trânsito e a VIII Exp. Internacional de Transporte e Trânsito – INTRANS; XVIII Congresso Brasileiro de Oncologia Clínica; IV Seminário – Conselho Nacional do SESI; 5ª Conferência Nacional das Cidades; Bazar Natalino; Congresso Nacional de Saúde para pacientes com necessidades especiais. No Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade foram realizados 5 eventos: 41ª Assembleia Geral Ordinária da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil CGADB; Expoche; 31º Expoeocos; ExpoRIDE; Expominas DF 2013.</p>
<p>6. Melhorar a infra-estrutura dos equipamentos turísticos (próprios) em 50%</p>	<p>Os principais investimentos realizados por parte da SETUR, em parceria com outros órgãos pertinentes, se referem a Potencializar a utilização da Infraestrutura turística no período, foram: 1) Projeto e Obra de Acessibilidade em 10 Atrativos Turísticos de Brasília visando a Copa do Mundo de 2014: Torre de TV; Catedral Metropolitana; Lago Paranoá - Ponte JK; Praça dos Três Poderes - Panteão, Espaço Lucio Costa e Museu da Cidade; Palácio do Itamaraty; Palácio do Planalto; Palácio da Alvorada; Memorial JK; Palácio Catetinho; Torre de TV Digital.</p> <p>2) Projeto e Implantação: Sinalização Turística nos principais atrativos turísticos de Brasília. 3) Projeto e Obra: Reformas e construção de novos Centros de Atendimento ao Turista (CAT). Pontua-se a aquisição de 2(duas) vans para realização de atendimento móvel ao turista, em processo de licitação. 4) Projeto e Obra: Reforma e Ampliação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães (CCUG).</p>

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
<p>7. Adequar a gestão do turismo com indicadores de monitoramento no destino Brasília-DF em 100%</p>	<p>Projeto e Obra: Melhoria da Infraestrutura do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. 5) Projeto e Obra: Melhoria da Infraestrutura da Torre de TV (em parceria SETUR, NOVACAP E TERRACAP). 6) Projeto: Parque das Aves/ECOcamping de Brasília. 7)Obra: Implantação do Parque das Aves - Etapa 1.</p> <p>O monitoramento da atividade turística no Destino Brasília é fundamental para o processo de tomada de decisão e para a aferição dos esforços dispensados para o desenvolvimento do turismo no DF. Em Brasília, a ferramenta de monitoramento selecionada foi o Observatório do Turismo. Ações foram iniciadas em 2012. Em 2013 avançou-se muito com relação ao monitoramento do turismo no Distrito Federal, por meio da construção e do lançamento do Observatório do Turismo do Distrito Federal – OTDF. A plataforma digital do Observatório do Turismo foi pensada para ser um instrumento interativo e de fácil acesso. A partir dos comandos iniciais, é possível traçar pesquisas sobre temas específicos e obter informações direcionadas para o olhar propício a cada situação. Toda a comunidade acadêmica, empresários e agentes públicos poderão contribuir com o envio de dados pertinentes à sua área de trabalho. O esforço conjunto transformará o Observatório em uma grande janela para o Turismo do Distrito Federal.</p>
<p>8. Aumentar em 100% o número de eventos captados para o destino Brasília (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013).</p>	<p>A captação de grandes eventos faz parte das estratégias de governo do Distrito Federal, tendo em vista o legado que estes eventos deixaram na cidade e o seu impacto econômico e social positivo. Sendo assim, a meta da Secretaria de Turismo para 2013 seria de captar 4 eventos para o Destino Brasília, entretanto foram captados 9 eventos para o destino. Ironman 70.3 Brasil – Esportivo – Público: 1mil; IASS-SLTE2014 Latin- american Symposium on Tension Structures – Técnico Científico – Público: 1mil500; Panamericano de Artes Marciais – Esportivo – 4mil500; Congresso Brasileiro de Coloproctologia – Técnico Científico – Público 1mil; Campeonato Mundial de Fisiculturismo – Esportivo – Público 1mil500; 32º Congresso Brasileiro de Psiquiatria – Técnico Científico – Público 6mil; Congresso Brasileiro de Periodontologia – Técnico Científico – Público 1mil400; Congresso Nacional de Procuradores – Técnico Científico – Público 1mil; Summer Universidade 2019 – Esportivo – Público 12mil.</p> <p>Os eventos captados para o Distrito Federal reforçam a capacidade da cidade de receber eventos de médio e grande porte nacionais e internacionais, com caráter técnico científico.</p>

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

**Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores**

**Indicadores:**

1335	Tempo de permanência do turista	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em			Fonte da Informação
							2012	2013	2014	
		DIA	2	31/12/2011	Anual	Desejado	-	3	3	SUPOT/SETUR
						Alcançado	-	4	-	
1336	Feiras nacionais e internacionais, famtours, presstrips e campanhas realizadas	Unidade	2	31/12/2011	Anual	Desejado	-	40	40	SUMEV/SETUR
						Alcançado	-	59	-	
1337	Atendimento prestado no CAT	Unidade	35.000	31/12/2011	Anual	Desejado	-	80.000	100.000	SUMEV/SETUR
						Alcançado	-	109.000	-	
1338	Visitas nos atrativos turísticos: Palácio (Itamaraty, Planalto e Alvorada) e Congresso Nacional	Unidade	216.081	31/12/2011	Anual	Desejado	-	248.493	259.297	SUPOT/SETUR
						Alcançado	-	209.824	-	
1339	Captação de eventos para destino Brasília	Unidade	2	31/12/2011	Anual	Desejado	-	4	4	SUFE/SETUR
						Alcançado	-	9	-	
1340	Classificação nacional de Brasília em eventos internacionais a partir dos dados da ICCA (até 10º)	Classificação	10	31/12/2011	Anual	Desejado	-	10	10	SUFE/SETUR
						Alcançado	-	3	-	
1341	Estudos/pesquisas realizadas e/ou atualizadas no Observatório do Turismo	Unidade	-	31/12/2011	Anual	Desejado	-	8	12	SUPOT/SETUR
						Alcançado	-	32	-	
1342	Pessoas Qualificadas direta ou indiretamente pela SETUR	Pessoa	484	31/12/2011	Anual	Desejado	-	1.500	1.000	SUEDOT/SETUR
						Alcançado	-	422	-	
1343	Eventos Geradores de Fluxo Turístico no CCUG e Pavilhão/ Destino Brasília	Unidade	20	31/12/2011	Anual	Desejado	-	24	26	SUEDOT/SETUR
						Alcançado	-	38	-	
1344	Projetos de infraestrutura turística com im-plantação iniciada	Unidade	2	31/12/2011	Anual	Desejado	-	5	2	SUIT/SETUR
						Alcançado	-	5	-	

**Justificativa – 2013**

**Indicador 1335** - Um grande esforço dispensado pela SETUR/DF se refere a promover um novo olhar sobre a imagem de Brasília, para que ela seja vista como uma cidade turística e não só como centro político do país. Este é um resultado que poderá ser consolidado em longo prazo, no entanto, já foi iniciado por meio de nossa participação em eventos, criação de material promocional, realização de campanhas promocionais e a realização de famtours e press trip.

**Indicador 1336** - Participação nos eventos: Fest Travel 25 a 28/6/2013 - Portugal; Bacana Tour 13 e 15/04/2013 - Alemanha; Goal to Brasil 04 e 05/03/2013 - Alemanha; Goal to Brasil 1 e 12/03/2013 - Londres; Goal to Brasil 09/05/2013 - Nova York; Workshop - Uruguai 1 8/04/2013 - Montevideo; Exposição na Sede do Banco do Brasil 3/05 a 13/06/2013 - Nova York; Goal to Brasil; Goal to Brasil; FIT.

**Indicador 1337** - A SETUR computou mais de 109 mil atendimentos nos Centros de Atendimento ao Turista, CAT ano 2013. O resultado é a somatória dos 7 Centros de Atendimento ao Turista, localizados no Aeroporto Internacional de BSB, Rodoviária Interstadual, Casa de Chá - Praça dos Três Poderes, Setores Hoteleiro Norte e Sul e Torre Digital. Na Torre Digital, onde é realizado um atendimento diferenciado com guiamento onde a SETUR registrou cerca de 80 mil atendimentos.

**Indicador 1338** - O número informado foi buscado junto aos atrativos visitados, portanto os dados numéricos referentes às visitas são de fonte externa.

**Indicador 1336** - 1339 A captação de grandes eventos faz parte das estratégias de Gov. do DF, estes eventos deixam para a cidade o seu impacto econômico e social positivo. Foram captados: Ironman 70.3 Brasil; IASS-SLTE 2014; Latin-american Symposium on Tension Structures; Panamericano de Artes Marciais; Congresso Brasileiro de Coloproctologia; Campeonato Mundial de Fisiculturismo; 32º Congresso Brasileiro de Psiquiatria; Congresso Brasileiro de Periodontologia; Congresso Nacional de Procuradores; Summer Universidade 2019;

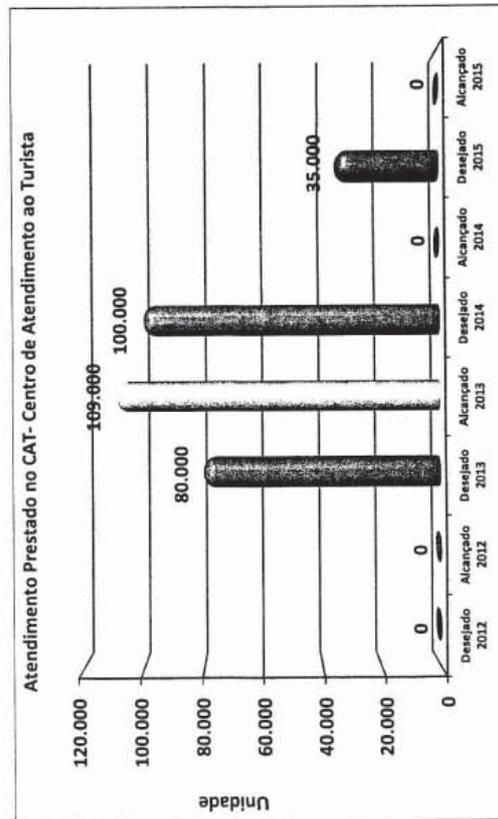
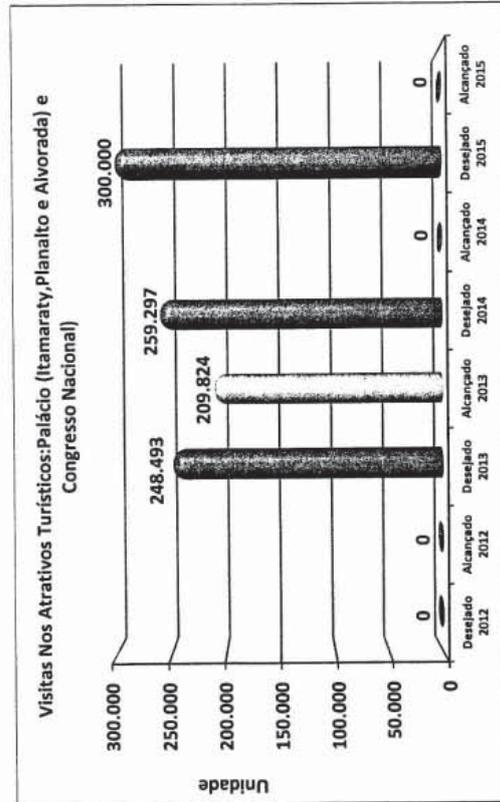
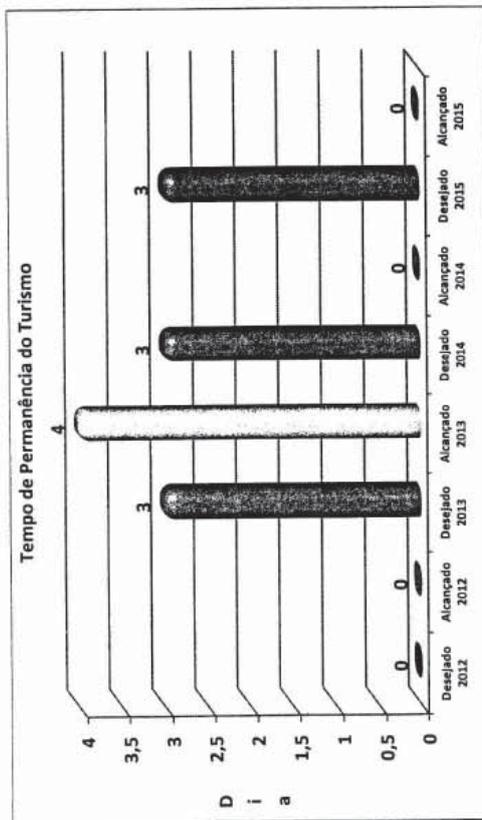
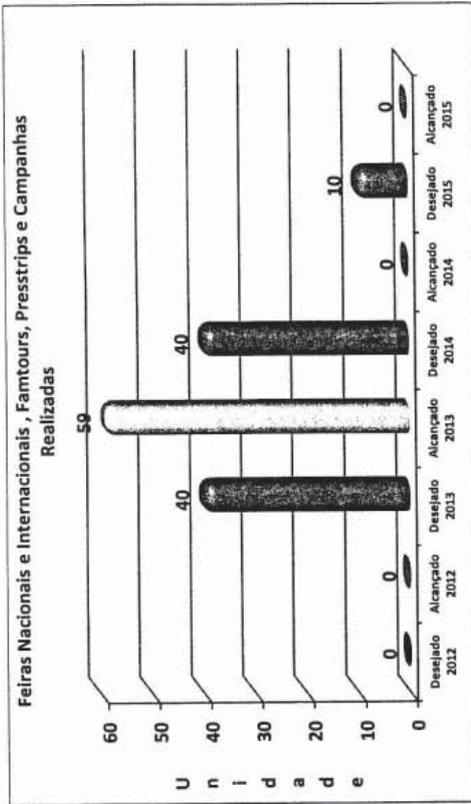
**Indicador 1340** - A meta estabelecida para este indicador é que Brasília seja mantida entre os 10 primeiros colocados dentre as cidades brasileiras no ranking da ICCA. Em 2011 Brasília ocupava a 4ª posição, em 2012 subiu para o 3º lugar estando atrás somente de São Paulo e Rio de Janeiro, entretanto este é um dado divulgado anualmente pela ICCA e ainda não há informações de referentes à 2013.

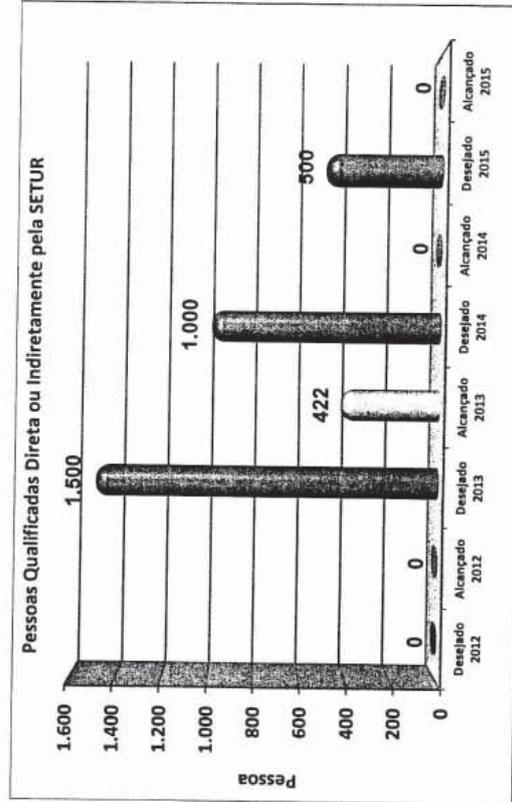
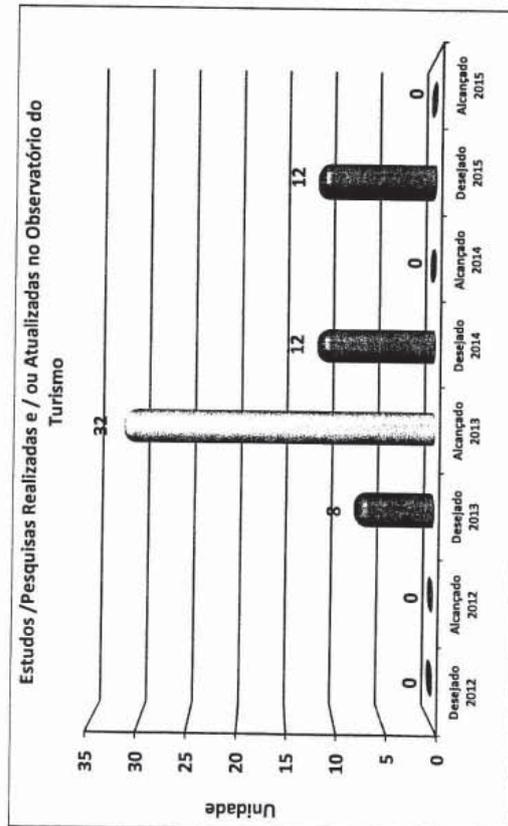
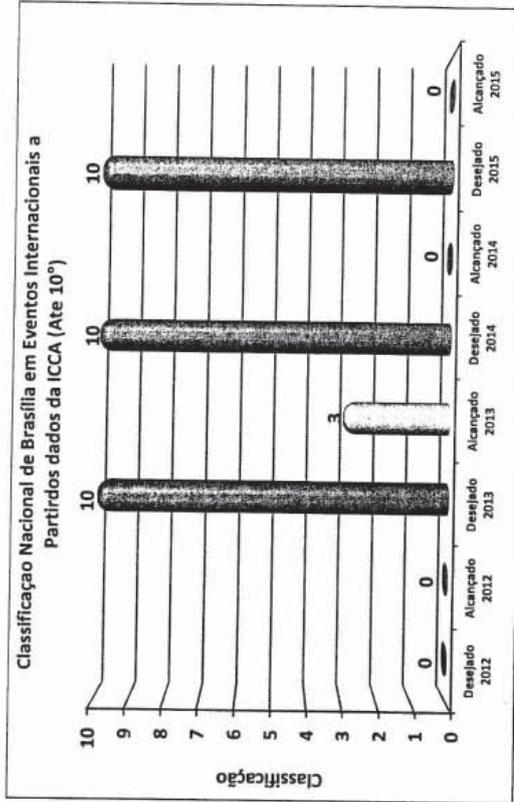
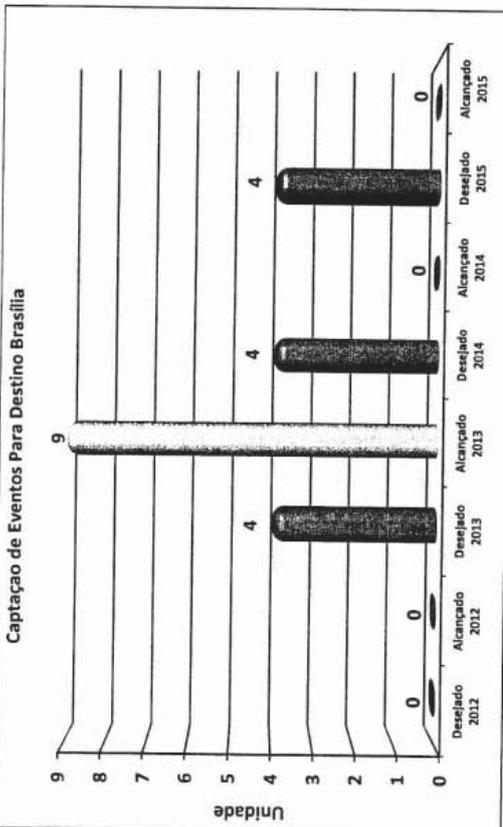
**Indicador 1341** - Estudos e pesquisas realizadas e/ou atualizadas no OTDF foram: Ações de Planejamento para estruturação do OTDF: quantidade 13; Pesquisas de demanda - Alta e baixa estação (Perfil e Satisfação): 2; Boletim de Monitoramento: 3; Inventariação da Oferta Turística: 1; Outras Pesquisas: 12.

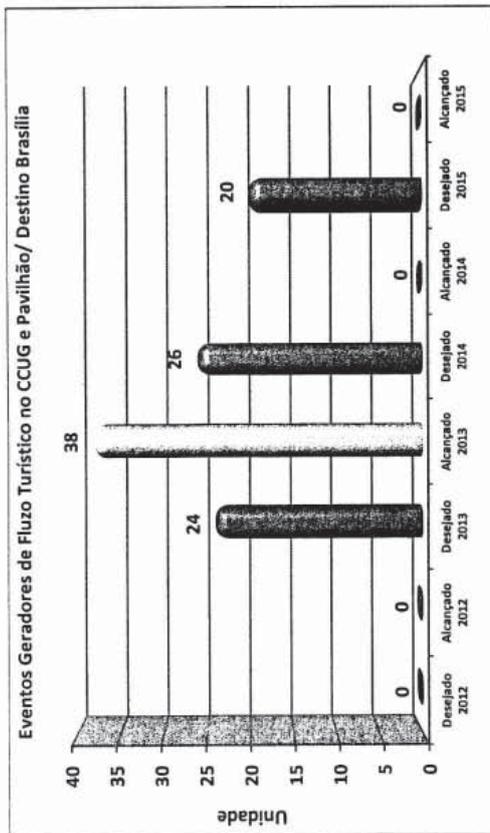
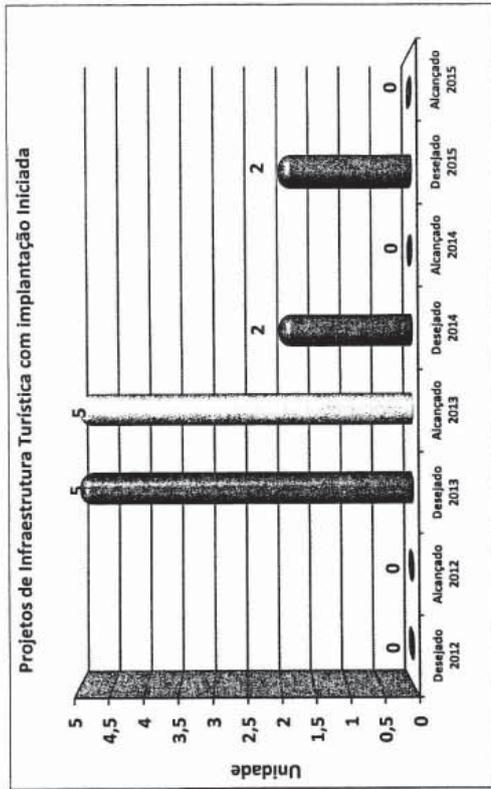
**Indicador 1342** - No ano de 2013, 1699 pessoas foram pré-matriculadas pela Diretoria de Qualificação e Certificação em 2013 no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC do Ministério da Educação para realizar cursos do PRONATEC e dessas, 1066 pessoas foram matriculadas pelas instituições parceiras. Ao total foram qualificados 422 pessoas do setor de turismo pela SETUR/DF.

**Indicador 1343** - Eventos geradores do fluxo turístico: oeste - COGER/2013; Congresso Brasileiro de Transportes e Trânsito e a VIII Exp. Internacional de Transporte e Trânsito-INTRANS; Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - SNPTE; XVIII Congresso Brasileiro de Oncologia Clínica; IV Seminário Conselho Nacional do SESI; HEMO 2013-Congresso Brasileiro Hematologia e Hemoterapia; 5ª Conferência Nacional das Cidades; 16ª Encontro Nacional de Astronomia - ENAST; Gymnasiade - Olimpíadas, outros.

**Indicador 1344** - A meta de implantação de 5 projetos com implantação iniciada foi atingida com a implantação de 5 projetos: Projeto de Acessibilidade; Projeto de Sinalização Turística; Revitalização da Fonte.



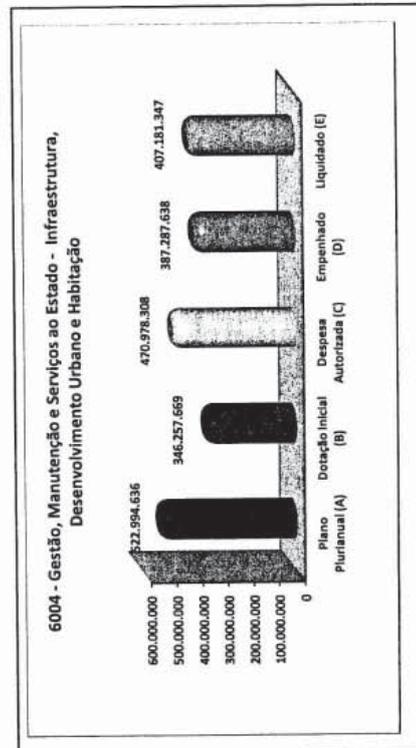
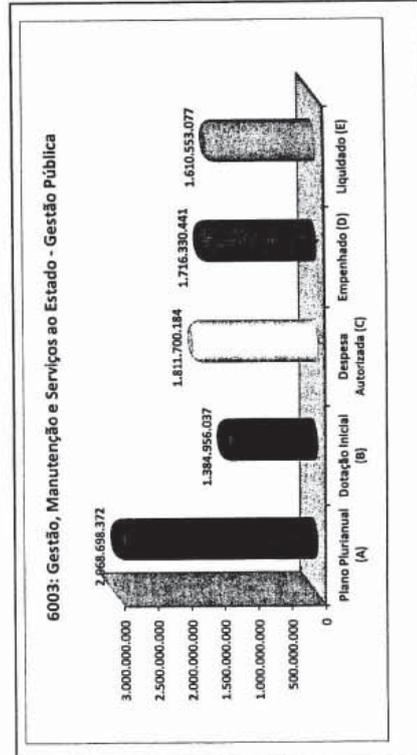
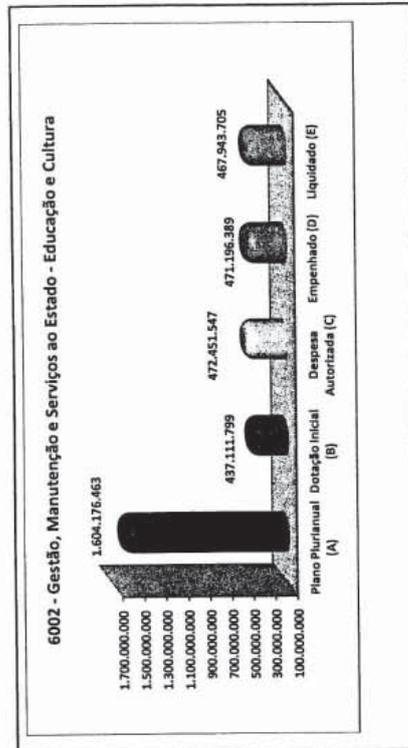
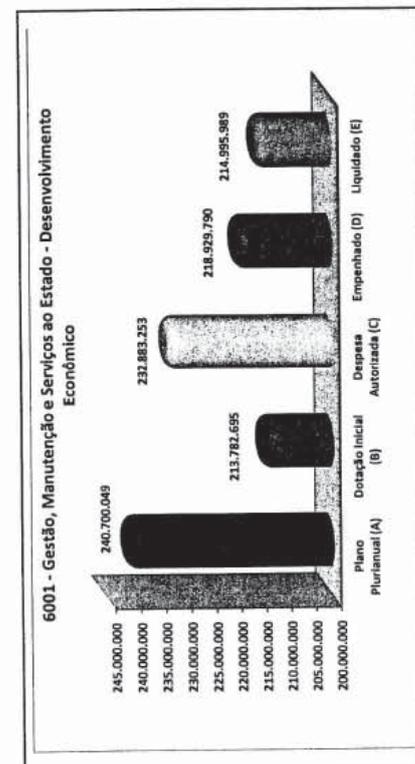


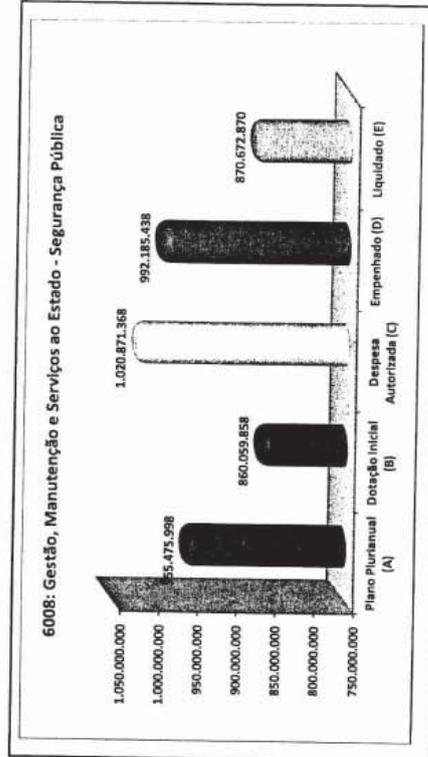
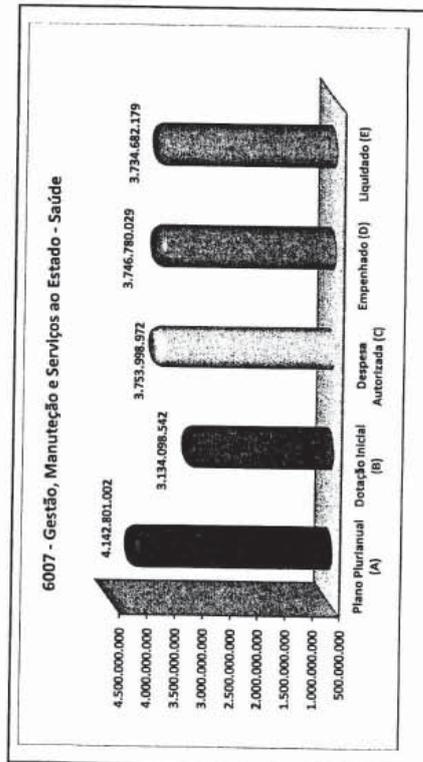
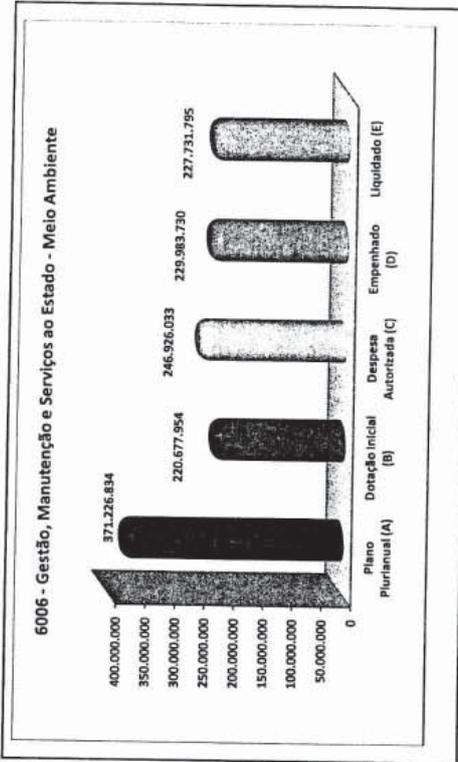
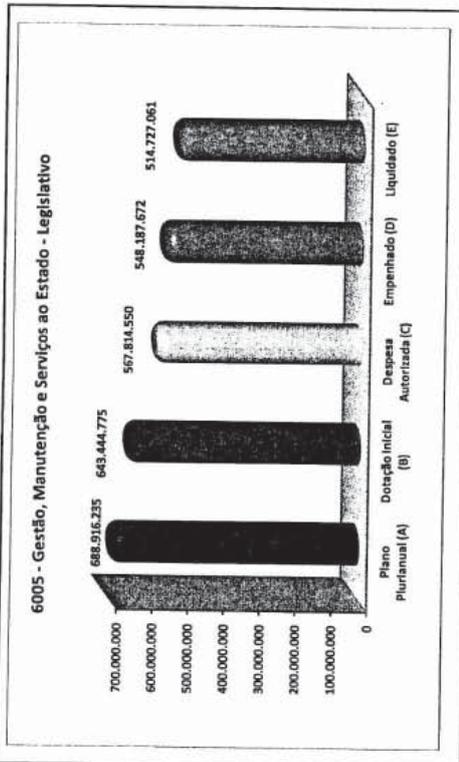


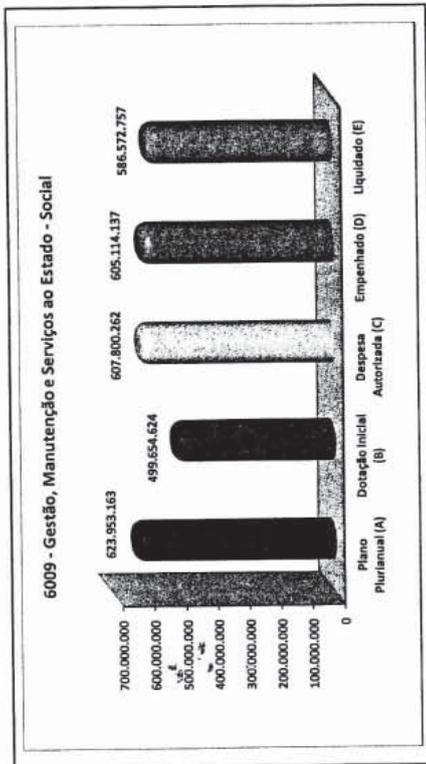
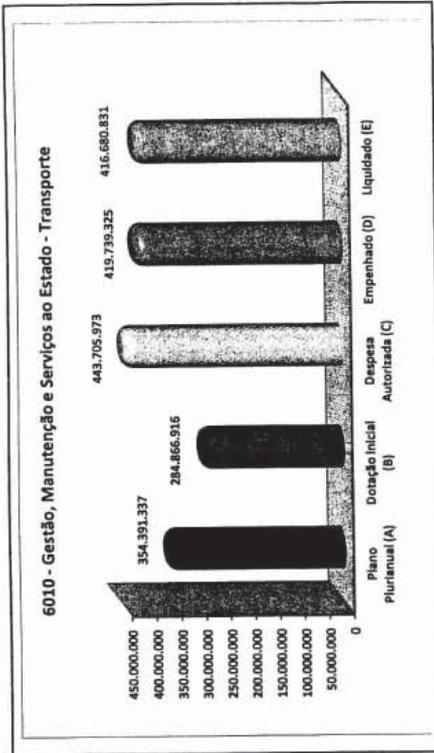
**Execução Orçamentária e Financeira por Programa - 2013**  
**PPA X LOA - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**  
**Orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional do DF**

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
6001:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EMPRESAS (OI)	240.700.049	213.782.695	232.883.253	218.929.790	214.995.989	91,0	89,3
OFSS	5.030.000	3.500.000	3.499.999	0	1.469.925	0,0	29,2
6002:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDUCAÇÃO E CULTURA	235.670.049	210.282.695	229.383.254	218.929.790	213.526.064	92,9	90,6
OFSS	1.604.176.463	437.111.799	472.451.547	471.196.389	467.943.705	29,4	29,2
FCDF	604.176.463	237.111.799	172.451.547	171.196.389	167.943.705	28,3	27,8
6003:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA(OFSS)	1.000.000.000	200.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000	30,0	30,0
6004:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO EMPRESAS (OI)	2.968.698.372	1.384.956.037	1.811.700.184	1.716.330.441	1.610.553.077	57,8	54,3
OFSS	52.994.636	346.257.669	470.978.308	387.287.638	407.181.347	74,1	77,9
6005:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - LEGISLATIVO(OFSS)	59.187.235	54.091.000	67.896.429	0	29.179.450	0,0	49,3
6006:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - AMBIENTE(OFSS)	463.807.401	292.166.669	403.081.879	387.287.638	378.001.897	83,5	81,5
6007:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAÚDE	688.916.235	643.444.775	567.814.550	548.187.672	514.727.061	79,6	74,7
OFSS	371.226.834	220.677.954	246.926.033	229.983.730	227.731.795	62,0	61,3
FCDF	4.142.801.002	3.134.098.542	3.753.998.972	3.746.780.029	3.734.682.179	90,4	90,1
6008:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEGURANÇA PÚBLICA	1.106.798.375	1.285.993.743	1.885.894.173	1.878.675.230	1.866.577.380	169,7	168,6
OFSS	3.036.002.627	1.848.104.799	1.868.104.799	1.868.104.799	1.868.104.799	61,5	61,5
FCDF	955.475.998	860.059.858	1.020.871.368	992.185.438	870.672.870	103,8	91,1
6009:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL(OFSS)	238.634.333	383.529.097	567.283.349	538.620.774	471.087.589	225,7	197,4
OFSS	716.841.665	476.530.761	453.588.019	453.564.664	399.585.281	63,3	55,7
6010:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TRANSPORTE(OFSS)	623.953.163	499.654.624	607.800.262	605.114.138	586.572.757	97,0	94,0
OFSS	354.391.337	284.866.916	443.705.973	419.739.326	416.680.831	118,4	117,6
TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO	12.473.334.089	8.024.910.869	9.629.130.450	9.335.734.591	9.051.741.611	74,8	72,6

**PROGRAMAS GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**







		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>		<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
02   09   2014		15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA		1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 69ª  
(SEXAGÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
EM 2 DE SETEMBRO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 68ª Sessão Ordinária.

Passa-se aos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 02   09   2014	<b>Horário Início</b> 15h20min	<b>Sessão/Reunião</b> 69ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 2

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei muito breve. Tenho apenas duas questões a abordar. Quero, inicialmente, manifestar o meu apoio aos concursados da Procuradoria que estão aqui na Casa e dizer que sempre apoiei o concurso público, que considero uma das melhores formas para se fazer a qualificação, a classificação e a nomeação de servidores públicos. Manifesto, portanto, meu total apoio. Acredito que a Procuradoria do Distrito Federal é, sem dúvida, um dos grandes órgãos que temos para auxiliar o Executivo. Tenho grandes amigos lá e sei da importância desses profissionais para a qualificação do serviço público e boas políticas públicas. Naquilo que for necessário, podem contar com meu gabinete.

Sr. Presidente, eu queria manifestar minha estranheza com o veto de algumas propostas que apresentei à LDO. Vou ler as minhas emendas que foram vetadas. Apresentei uma emenda ao art. 1º que fala o seguinte: "Esta lei estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, compreendendo..." Aí, vêm os parágrafos 1º e 3º e incisos. Então, inseri o art. 5º, que diz: "...obedecer à diretriz de redução da desigualdade de gênero e etnias raciais", e o Governador vetou. Quer dizer que o atual governo não deseja estabelecer as igualdades étnicas do Distrito Federal nem as de gênero, não é? Tudo bem. Ele vetou também a emenda ao art. 1º, que estabelece diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, compreendendo... Aí, vêm os arts. 1º e 2º e os incisos. E eu inseri um inciso que assegura os recursos necessários à execução de políticas e programas destinados à proteção e à defesa da criança, do adolescente, da pessoa com deficiência e do idoso. Ele vetou também. Quer dizer, crianças, idosos e pessoas necessitadas não devem estar na LDO. Eu queria ler ainda uma outra aqui que foi vetada. Desculpem-me até estar rindo, mas, realmente... Acho que nem preciso ler as outras, pois o absurdo que já aconteceu aqui é suficiente para a gente entender a total desorientação que está acontecendo com relação às políticas públicas do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao nobre Deputado Alírio Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

		<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>		
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>			<b>Sessão/Reunião</b>
02	09	2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA		3

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
 – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, em rápidas palavras, quero aqui apenas manifestar – não sei se chamo isto de alegria ou de tristeza – que me causa estranheza a postura de algumas pessoas que hoje fazem parte do governo e se dizem aliadas dele, mas que, infelizmente – parece-me –, contribuem muito, mas muito, para a desunião da nossa coligação. Em um momento tão sensível como esse, acho que as pessoas têm de pensar no conjunto, em uma aliança e em uma base que realmente nos deem possibilidade de caminhar em frente com os nossos projetos. Ações como algumas que têm acontecido dentro do governo... É bom que o nosso Governador observe, porque, talvez, essas pessoas, esses lobos vestidos de chapeuzinho vermelho – podem ter certeza absoluta – podem estar contribuindo para o fracasso deste governo. Seria bom que o Governador visse de perto determinadas atitudes, porque não contribuem em nada – volto a dizer – para a união, para o crescimento dessa aliança e para a vitória daqueles que apostam em um projeto muito bem-intencionado.

Portanto, eu queria chamar a atenção, hoje, dos meus pares, eu queria chamar a atenção do Governador, para que, de fato, ele olhe bem, observe bem quem realmente está do lado dele e quem apenas finge que está, porque daqui a pouco vai ser tarde.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao nobre Deputado Wellington Luiz e parabênizo S.Exa. por seu pronunciamento.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui saudar a galeria, todos os concourseiros do Distrito Federal que estão presentes. Sejam bem-vindos à Câmara Legislativa. Quero saudar, também, o pessoal da Procuradoria – os aprovados da Procuradoria do Distrito Federal.

Sr. Presidente, antes de fazer meu pronunciamento, quero pedir ao Governo do Distrito Federal o seguinte: temos um concurso da Procuradoria do Distrito Federal que tem 42 aprovados e 60 vagas. Sabemos, hoje, o quanto esse trabalho é fundamental para o Distrito Federal – eu fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Sabemos o que é o sistema prisional, o que é o sistema de saúde, hoje, sem o apoio da Procuradoria. Ele praticamente iria parar. Hoje, existe um trabalho paralelo ao trabalho que está sendo feito dentro da Comissão de Direitos Humanos graças à Procuradoria do Distrito Federal. Nós sabemos que eles só não fazem mais esse trabalho pelo pequeno efetivo que hoje existe de advogados e procuradores do

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
02   09   2014		15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

Distrito Federal. Então, a gente deixa aqui um apelo, porque há uma obrigação legal quando existe a vaga. Nós fizemos um requerimento de informação. São 60 vagas. Inclusive, existem 42 aprovados. Então, queremos saber do Estado qual a data de chamamento para tomarem posse essas 42 pessoas que estão aprovadas, que são os procuradores.

Eu queria falar sobre outro tema também, Sr. Presidente: quero falar sobre os rodoviários do Distrito Federal. Sr. Presidente, tenho falado aqui nesta tribuna, e não é de agora, é desde o momento da licitação do Distrito Federal. A licitação tinha um foco voltado aos empresários. Por que, Sr. Presidente? Na licitação, nós diminuimos a frota. Se a gente diminui a frota, se o número de ônibus já não dá conta de transportar o número da população, V.Exa. imagina diminuindo a frota! Eu falava aqui sobre a mudança do motor. Deveria ser um motor traseiro, e no edital eles fizeram uma adaptação e botaram um motor dianteiro. Sr. Presidente, são pequenos detalhes. Nós falávamos aqui da fraude que aconteceu na licitação do transporte público do Distrito Federal. Agora começamos a ter os resultados judiciais de muitas das coisas que eu trouxe a esta tribuna.

A Justiça do Trabalho condenou o Governo do Distrito Federal e a Viação Planeta a pagarem 20 milhões de reais de indenização pelas péssimas condições de trabalho, coisa que deveria ter sido vista já no edital, que se diz edital voltado para o povo e para os trabalhadores. Não foi nem para o povo nem para os trabalhadores, foi para os empresários, que meteram a mão no dinheiro e sequer estão cuidando da população do Distrito Federal. Hoje cedo, Sr. Presidente, eu estava lá no terminal do Paranoá. Não tem um lugar aqui no Distrito Federal a que vou em que não se mudaram os horários. Ônibus que passava de meia em meia hora, de quarenta em quarenta minutos, agora é de hora em hora, de duas em duas horas. É claro, nós diminuimos a frota. As ações judiciais começam acontecer para, realmente, o governo indenizar essas péssimas condições de trabalho. Isso poderia ter sido corrigido se esse edital não fosse de apadrinhamento para os coronéis que continuam cuidando do transporte público do Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu gostaria de trazer mais: os rodoviários foram jogados, no final da W/3 Norte, em um estacionamento provisório, por conta da Copa, que aconteceu no Mané Garrincha, onde os rodoviários utilizavam um espaço asfaltado. É para quem faz meia viagem. Para quem não sabe o que é fazer meia viagem: é aquele motorista que acorda 3 horas da manhã, que às 4 horas está no terminal para buscar os passageiros às 5 horas. Depois ele larga o ônibus e leva esse passageiro para casa às 18 horas. Esse ônibus fica estacionado. E esse rodoviário fica jogado naquele lugar, que nem sequer tem banheiro. Então, eu acho que temos realmente que cuidar do trabalhador que transporta pessoas. Como queremos que o rodoviário trabalhe bem-humorado se ele não tem nem um banheiro? Sr. Presidente, eu fiquei lá. Em meia hora que fiquei lá, a poeira dos ônibus saindo e entrando é tão

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
<b>Data</b>		<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>
02   09   2014		15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA		5

grande, que você começa a passar mal. E é essa a condição de trabalho que está sendo imposta a esses rodoviários.

Nós estamos entrando com uma representação no Ministério Público do Trabalho para que o Governo do Distrito Federal tome providências, porque para construir estádio milionário tem dinheiro, para construir um banheiro para um trabalhador que vai carregar milhares de pessoas... Não tem condição, Sr. Presidente.

Quero trazer mais uma demanda: nós temos os rodoviários que trabalham nas cooperativas que nem sequer foram contemplados com o aumento que houve para a categoria. E esse aumento para a categoria até agora não foi homologado. E é impressionante como o sindicato não falou nada até agora. Eu queria ver se o governo não fosse do PT, se ele já não tinha entrado em cima de um trio elétrico gritando, porque até agora o contrato não foi homologado. Eles estão recebendo, mas não foi homologado ainda. Então, eu estou pedindo aqui, nesta tarde, que esse contrato seja homologado pelas empresas. E que eles assinem, porque eles já estão pagando. Se já estão pagando, o que falta para assinarem? Vamos assinar o contrato da homologação do aumento.

Na próxima terça-feira, estaremos aqui com os cooperados, que também são rodoviários, são 6 mil trabalhadores. Esses trabalhadores têm péssimas condições de trabalho e vão aos locais mais distantes, atendendo à população do Distrito Federal, mas eles também precisam de serviços do Poder Público. Então, eu acho que é importante entendermos esse momento por que passa o transporte público. Porque quando piora a condição de trabalho, quando piora o tamanho dos ônibus... Os ônibus diminuíram, Sr. Presidente. Está todo mundo aqui reclamando da falta de transporte na área rural, mas eu falei que isso iria acontecer há dois anos. Nós estamos falando aqui que não há atendimento na área rural. Eu quero dizer que não é só na área rural, Sr. Presidente, na área urbana também. Hoje, eu fiquei no Paranoá. Os ônibus já saem do Itapoã lotados. Quando eu vi o ônibus parando, eu falei: quem mais vai entrar aí dentro? Não cabe mais ninguém. E o rodoviário falou: "Mas a nossa rota tem que passar, Deputada". Por que não sai um ônibus vazio do Paranoá para a população do Paranoá? Será que a população não merece um transporte de qualidade? E tinha. Então, Sr. Presidente, o que pedimos, no mínimo, é que as linhas que existiam retornem, até que esse imbróglio judicial aconteça, porque as tarifas aumentaram trinta centavos. Ninguém está sentindo, porque o aumento está sendo subsidiado pelo governo. Mas quem paga essa conta é a população, de uma forma ou de outra; diretamente, quando o GDF passar isso para vocês pagarem, ou subsidiando, como ele tem feito. Sr. Presidente, era esse o meu pronunciamento.

Muito obrigada.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>		
<b>Data</b>		<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>		<b>Página</b>	
02	09	2014	15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência agradece à nobre Deputada Celina Leão.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu passei a manhã de hoje na cidade onde moro, que é Ceilândia, visitando mais uma vez o Setor de Indústria de Ceilândia. E lá em Ceilândia, Deputada Arlete Sampaio, há muita coisa que a população do restante do Distrito Federal não conhece e, por desconhecer, não sabe como é. Nós temos, Deputado Agaciel Maia, uma fábrica de brinquedos de parque e eles fabricam para o Brasil inteiro. E os brinquedos fabricados por eles não deixam nada a dever aos que são fabricados na Argentina e na Alemanha. Eu vi que eles estão construindo uma torre de um brinquedo que vai para a Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, que custa 2 milhões e 500 mil reais. Está com mão de obra qualificada. Portanto, é algo fenomenal: 2 milhões e 500 mil reais é o quanto custa esse equipamento. A empresa é a Fabripark. Quem trabalha ali é um jovem de trinta e poucos anos cujos familiares sempre lidaram com parque, e ele resolveu se especializar na área de construção. Esse é o exemplo de nossa Ceilândia.

Eu vi outra empresa, a DMS, que precisa ser apoiada. É uma empresa que trabalha na área ambiental. Eles recolhem os óleos das caixas de resíduos dos postos de gasolina, levam para a empresa, reciclam, e devolvem aos postos a água tratada. Aos resíduos eles dão uma destinação correta. A areia que eles encontram nas caixas de resíduos dos postos eles transformam em tijolos. Além disso, estão recolhendo as lâmpadas fluorescentes, que antes eram jogadas nos lixões, e levando para São Paulo para serem recicladas. É mais uma criação, é mais uma empresa da nossa querida cidade de Ceilândia.

Dito a respeito desses dois assuntos, Sr. Presidente, quero abordar outro assunto que está me preocupando muito. Eu acho que a Justiça do Distrito Federal e a Justiça do Brasil precisam ter limites no julgamento dos processos. Eu encontrei há pouco um grupo de bombeiros que está aqui na Casa pedindo apoio – cerca de quatrocentos. Em 2011, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal abriu concurso. Alguns, cerca de quatrocentos, entraram para o curso de formação por meio de liminar. Eles se formaram e foram empossados por meio dessa liminar. Alguns desses profissionais hoje são cabos. Portanto, eles passaram na hierarquia, e agora caiu a liminar, três anos depois de ingressarem no Corpo de Bombeiros e de fazerem carreira ali. Para formar um bombeiro, o Estado gasta cerca de 150 mil reais. E agora está vindo o desligamento deles. Quem vai pagar isso? E o prejuízo da vida deles durante os três anos em que ficaram à disposição do Corpo de Bombeiros? É muito fácil, Deputado Prof. Israel Batista, o juiz conceder uma liminar e depois não cuidar dela. Ele concedeu uma liminar, e o tribunal deveria ter cuidado dela em, no máximo, oito dias, mantendo ou não a liminar, e não esperar três anos para julgá-la, derrubando-a e atrapalhando a vida dessas pessoas. Porque é fácil dar liminar. Para

		<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
02   09   2014		15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

qualquer ação que você entre na Justiça, sai uma liminar. Mas depois o julgamento dá nisso. São sonhos que estão sendo interrompidos. É gasto público com o qual a sociedade contribuiu financeiramente através dos nossos impostos. São cerca de 150 mil reais para formar uma pessoa. Bota isso na ponta do lápis. Quanto custaram esses que agora estão sendo desligados? A sociedade vai ficar privada desse serviço. Eles, com as vidas destroçadas, e o Estado, com o prejuízo. Isso é de uma gravidade...! Eu acho que é preciso que o Poder Judiciário brasileiro tenha limites no que tange a julgamentos. O mesmo vale para outras ações, como as ações trabalhistas que estão tramitando no Tribunal Superior do Trabalho desde o tempo do Império. Até os tataranetos dos originários da ação já morreram, e as ações continuam tramitando lá. Portanto, precisamos ter coragem de modificar a ação do Poder Judiciário brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Em primeiro lugar, eu queria dialogar com o Deputado Alírio Neto, mas S.Exa. não está mais presente, para dizer que eu não sei exatamente as motivações – porque eu não li ainda a mensagem – que levaram o Governador a vetar alguns itens de emenda que o Deputado Alírio Neto fez à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Obviamente não foi pelas razões que o Deputado aqui apontou. Um governo que cria uma secretaria de políticas de igualdade racial, um governo que cria uma secretaria de políticas para mulheres, evidentemente, não vai retirar recursos dessas áreas, porque interessa a esse governo promover essas ações. Então, é preciso analisar com cuidado por que motivo essas emendas foram vetadas. Obviamente não foram vetadas pelos motivos que o Deputado alegou.

Segundo, eu queria lembrar todos que aderem e que estão de acordo a votarem no plebiscito que está em curso desde segunda-feira até o dia 7 de setembro. É necessário, é fundamental, e é essencial para o Brasil uma reforma política que estabeleça novas regras para o processo eleitoral brasileiro. Quem não tiver acesso a uma urna, pode votar pela internet: [www.plebiscitoconstituente.org.br](http://www.plebiscitoconstituente.org.br). Como cidadãos, cidadãs, vamos votar e fazer com que a vontade da população brasileira possa ser atendida pelas autoridades, pelo Congresso Nacional, pelo Governo Federal, por todos. Que possamos criar um movimento concreto de todos os brasileiros e brasileiras no sentido de se reverem, de fato, as atuais regras eleitorais, que têm transformado o processo político brasileiro num verdadeiro caos. A cada dia mais fica evidente o peso que tem o dinheiro, o peso que tem o poder econômico no processo eleitoral, e não é isso que queremos. Queremos mais democracia, mais igualdade para todos os candidatos disputarem em condições idênticas o processo eleitoral. É preciso, portanto, fazermos esse debate e

		<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>		
02   09   2014		15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

participarmos. Vamos fazer com que todas as pessoas votem no plebiscito. Vamos criar uma opinião pública favorável a esse movimento nacional pela reforma política, que é o que, de fato, vai permitir criar condições para uma nova política no nosso País. Falar em nova política com as velhas regras, realmente, é falar em vão, porque não se fará nenhuma nova política se essas regras se mantiverem.

Por último, Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que inclua extrapauta, hoje, o Projeto de Lei nº 1.987, de 2014. Esse projeto abre crédito suplementar à Lei Orçamentária do Distrito Federal no valor de 20 milhões. O projeto é de interesse da Secretaria de Saúde e diz respeito à possibilidade de se dar continuidade à Carreta da Visão, política que a Secretaria vem colocando em prática. É preciso fazer frente às despesas do contrato da Carreta da Visão. Por isso eu peço a todos os Deputados que estão nos seus gabinetes que possam contribuir com essa votação, além dos demais itens da pauta da Ordem do Dia, para que a gente possa com isso cumprir uma missão importante. Para vocês saberem, mais de 50 mil consultas foram feitas na carreta da visão e cerca de 17 mil cirurgias já foram realizadas.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Concedo um aparte a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Deputada Arlete Sampaio, eu tive oportunidade de me encontrar com alguns médicos, se não me engano do HRAN – não lembro quais hospitais têm a especialidade de oftalmologia. Acho que é importante que o Governo do Distrito Federal reveja o pós-tratamento das carretas oftalmológicas. Eu acho um projeto interessante, é importante a gente votar isso, sim – a gente vê o número de pessoas que é atendido –, mas o pós-atendimento ainda está muito precário. O governo precisa montar isso, especializar isso e ver como é que vai ser feito, porque a pessoa não volta à carreta se houver qualquer tipo de complicação. Nós já recebemos denúncias na Comissão de Assuntos Sociais de pessoa que fez a cirurgia, não ficou 100% e não consegue ter um atendimento pós-operatório.

Então, é importante o Governo do Distrito Federal montar também uma equipe pós-cirúrgica, já que são feitos mutirões e, sempre que se atende em grande escala, pode haver complicações pós-cirúrgicas. Eu queria deixar esse registro porque foi um apelo que os próprios médicos fizeram, para que isso seja organizado dentro da Secretaria de Saúde.

Quero aproveitar também a fala de V.Exa. sobre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Nós fizemos aqui na Câmara Legislativa uma homenagem de minha autoria ao Dia Internacional do Índio. Tivemos também muitas reclamações dessa população que é esquecida e deveria ser vista com um olhar especial por essa secretaria. Com muito custo, um índio conseguiu ser nomeado lá.

		<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
02   09   2014		15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

A reclamação, Deputada Arlete Sampaio, é que o Memorial dos Povos Indígenas hoje é cuidado por um branco. Há outra coisa que eles colocam: "Deputada, nós somos vivos; memorial é para quem está morto". Quanto ao Memorial dos Povos Indígenas, até a mudança do nome eles questionaram. Foi uma audiência pública bem emocionante, Deputada, e eu acho que é algo que a gente poderia rever, repensar com essa população indígena. Nós temos quase 6 mil indígenas aqui no Distrito Federal, e eles não têm acesso ao memorial que deveria ser deles também. Então, eu gostaria de deixar esse registro a V.Exa., como Líder do Governo, para que a gente fizesse um atendimento, pensasse na mudança deste nome – talvez Encontro dos Povos Indígenas. Afinal, quando a gente chama de memorial, talvez esteja matando essa cultura, que é nossa, não é?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

Apenas para lhe informar, em relação à questão indígena, eu também recebi uma delegação de indígenas e eles passaram a mim todas essas reivindicações que colocaram na audiência que V.Exa. realizou. Eu já despachei com o Secretário da Cultura a respeito dessas questões, e acho que muitas delas são viáveis de serem revistas. Nós vamos conseguir fazer que várias dessas reivindicações sejam atendidas.

Com relação à questão da oftalmologia, estou completamente de acordo com V.Exa. A carreta da visão tem a finalidade exclusiva de fazer que a fila existente, a demanda reprimida de cirurgias de catarata possa ser resolvida. Ela não dá conta de resolver o atendimento normal que a oftalmologia tem que fazer, não só para os casos de retorno pós-cirúrgico, como também para diversas outras patologias, inclusive aquelas que as carretas não operam, porque exigiriam um espaço muito mais competente. Eu mesma já procurei o Secretário de Saúde porque é preciso que a Oftalmologia do Hospital de Base, que é a mais sofisticada de todas as áreas que fazem oftalmologia, possa... Quase todos os hospitais regionais têm oftalmologistas que fazem exames, mas quem tem uma equipe mais qualificada para atender complicações a casos mais difíceis é justamente o Hospital de Base. Então, eu concordo inteiramente. É preciso que o Hospital de Base e outros hospitais tenham estrutura para atender de maneira adequada todos os casos que precisam de atendimento na área de oftalmologia.

Sr. Presidente, era isso.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel Batista.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

		<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
02   09   2014		15h20min	69ª SESSÃO ORDINÁRIA		10

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero noticiar a honra de ter entre nós, hoje, em visita, o Professor Lozetti. O Professor Lozetti, V.Exa. conhece, está há quarenta anos percorrendo as cátedras no plano do Direito – Direito Público, Introdução ao Direito, Direito Internacional... Recentemente, concluiu o seu doutorado na defesa da aplicação de estatutos internacionais ao Direito de Transição aqui no Brasil e, hoje, está nos visitando. É muita honra para nós, para mim e para o mestre Willemann, que é também professor do Ceub – eu sou professor licenciado do Ceub – receber o mestre Lozetti, trazendo sua cultura vastíssima aqui para nós, para o nosso aprendizado. Esta Casa está sempre aberta ao aprendizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria que V.Exa. registrasse isso nos anais.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Vou registrar sim.

Seja muito bem-vindo, professor. Esta Casa tem muita honra em receber alguém que se dedica a educar os nossos futuros juristas e advogados. Muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Prof. Israel Batista, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, um dos temas que me traz hoje à tribuna desta Casa é o concurso para Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Nesta tarde, quero falar sobre o quadro de procuradores e sobre o último concurso realizado no final do semestre deste ano, quando 34 candidatos foram aprovados. Todos eles passaram pelas provas objetivas, subjetivas, oral e de títulos, conforme previa o edital.

Venho defender aqui, Deputado Chico Leite, a imediata nomeação dos aprovados para a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que tem, além da sua importantíssima função arrecadatória, a responsabilidade de representação e defesa judicial do Distrito Federal, aí incluídos o governo e a população. Quero ressaltar as tantas vitórias obtidas pela Procuradoria do Distrito Federal nos últimos anos, como a manutenção das viaturas policiais na rua; a manutenção das novas licitações e contratos de concessão de transporte urbano; o afastamento de indenizações de antigas concessionárias; e, pasmem, a economia de 300 milhões de reais em uma ação que determinava a devolução do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Nobres pares, é importante ressaltar a criação de várias varas de atuação dos procuradores. É fato, Deputado Chico Vigilante, que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios vem, a cada ano, se expandindo e se especializando para suprir a crescente demanda judicial existente. Só nos últimos cinco anos foram

		<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 02   09   2014	<b>Horário Início</b> 15h20min	<b>Sessão/Reunião</b> 69ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 11

criadas sete novas varas e três juizados. Somente esse dado, Deputado Joe Valle, já seria suficiente para um aumento do quadro de procuradores. Mas, ao contrário, a Procuradoria do Distrito Federal não vem acompanhando esse crescimento do Tribunal de Justiça, o que faz que haja ainda uma sobrecarga de trabalho dos atuais procuradores.

Somente para se ter uma ideia, o último concurso realizado para procurador no Distrito Federal, Deputada Celina Leão, foi em 2007, e a última nomeação ocorreu em 2011. Portanto, há cerca de três anos não existe cadastro de reserva e não há recomposição dos cargos, enquanto para promotores e juízes realizam-se concursos para reposição de cargos anualmente.

Somente no ano passado, houve seis vacâncias no cargo de procurador, aumentando ainda mais o déficit de pessoal. Hoje, esse número é de aproximadamente sessenta cargos vagos, um número bem superior ao de aprovados no concurso realizado este ano – 44 aprovados.

Para finalizar, quero registrar que o aumento no quadro de procuradores representará mais segurança jurídica, ampliando a defesa do Estado, judicialmente.

Quero aqui parabenizar todos os aprovados no concurso e pedir que tenham fé de que serão empossados brevemente. Vocês podem continuar contando com esta Casa nessa defesa. Mais uma vez, peço o apoio do governo. Falei na semana passada com o Secretário de Administração, Wilmar Lacerda, e estou aqui, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. que é o Líder do PT, pedindo o apoio do governo para que os 44 aprovados sejam convocados para completar o quadro de vagas existentes. Será a realização de um sonho, depois de uma batalha tão árdua e tão difícil como é essa do concurso para procurador do Distrito Federal.

Quero, ainda, Sr. Presidente, tratar de outro assunto. Quero falar, também, sobre a Academia Taguatinguense de Letras, que este ano, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Alírio Neto, completa 27 anos de existência. E, para mim, é uma grande honra poder sair em defesa de uma das entidades culturais mais atuantes do Distrito Federal. Nossa Academia de Letras já esteve presente na Feira Literária do DF, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e na I Bienal Brasil do Livro e da Literatura. A entidade apresenta um extraordinário trabalho voltado à valorização de autores, escritores e artistas que, de uma maneira ou de outra, contribuem com a disseminação do conhecimento.

Deputada Arlete Sampaio, reconhecida como Patrimônio Cultural Material e Imaterial pela Lei nº 5.159, de 2013, a Academia de Letras tem também um trabalho de responsabilidade social, com a inclusão de escritores excepcionais e com deficiências físicas, e a doação de cerca de 2 mil livros para escolas, além de manter um acervo de preciosos documentos da memória de Taguatinga e dos pioneiros do Distrito Federal. Esta semana, participei de reunião com os membros da Academia, e hoje estou aqui para pedir ao Governador do Distrito Federal uma série de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 02   09   2014	<b>Horário Início</b> 15h20min	<b>Sessão/Reunião</b> 69ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 12

reivindicações já solicitadas em ofícios, como a de incluir a Academia no tombamento definitivo do Espaço Cultural de Taguatinga, a reforma do telhado, visando à proteção do patrimônio, e a regulamentação do parágrafo 2º do artigo 235 da Lei Orgânica, que institui a literatura brasileira no currículo das escolas públicas do Distrito Federal. É importante ressaltar que o espaço onde funciona a Academia precisa, também, de limpeza e manutenção das áreas verdes, de segurança permanente, de reforma de calçada e escadaria, assim como iluminação na área interna e externa. Esses são alguns itens que estão contidos no ofício encaminhado pela Academia de Letras ao governo, o qual estaremos reforçando por meio de um documento desta Casa.

Portanto, Deputado Chico Vigilante, Deputada Arlete Sampaio, eu estive ontem com os membros, eu estive no espaço da Academia Taguatinguense de Letras. É uma coisa deplorável, Deputado Alírio Neto. É uma sala amontoada de livros, com dois ou três sofás no meio desses livros. E no próprio espaço que existe lá, Deputado Prof. Israel Batista, V.Exa. que é professor de História, tão importante, há um espaço que é alugado para uma clínica particular dentro de uma área pública, enquanto a Academia está espremida e os vazamentos do telhado prejudicando documentos que fazem parte da história do Distrito Federal.

Portanto, faço esse apelo ao governo, para que olhe com bons olhos para a Academia Taguatinguense de Letras, porque é lá, através dos seus documentos, que nós podemos fazer uma viagem na história do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava no meu gabinete e ouvi o discurso do Deputado Chico Vigilante. Fiz questão de vir ao plenário para dar uma colaboração para S.Exa.

O Deputado Wasny de Roure já fez várias reuniões, inclusive com o assessor jurídico do Governador, para ver a situação, Deputado Chico Vigilante, dos bombeiros. Primeiro, não precisa tirar ninguém da folha de pagamento. Nós já vivemos uma situação como essa. Policiais militares, precisamente 162 policiais militares, segunda classe, entraram na Polícia Militar por liminar, concluíram o curso, continuaram brigando na Justiça e passaram quinze anos na instituição recebendo apenas metade da remuneração, inclusive trabalhando internamente sem poder sair para atividade externa, Deputado Prof. Israel Batista. E nós conversamos, à época, com o Governador. Nós éramos Oposição, inclusive. Fomos ao Tribunal de Contas, conversamos com Paulo César Ávila, e foi feito um decreto pelo Governador. Já que todos esses policiais já tinham problemas na justiça com liminar, seja em função do edital do concurso, de tudo, e devido à economicidade do Estado – porque o Estado

		<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA</b> <b>DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO</b> <b>SETOR DE TAQUIGRAFIA</b>		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 02   09   2014	<b>Horário Início</b> 15h20min	<b>Sessão/Reunião</b> 69ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 13

gastou para fazer com que esses policiais, Deputado Chico Vigilante, concluíssem o curso, fossem para as ruas –, foi feito um decreto em que esses policiais foram efetivados na Polícia Militar. A situação foi resolvida, e só há uma possibilidade de esse decreto do Governador ser revogado ou ser anulado: com 13 votos na Câmara Legislativa; é a única forma de derrubar um decreto do Governador. Ou se o Tribunal de Contas, depois de um ato consolidado – porque o tribunal não pode agir antes do ato consolidado –, depois do ato consolidado, se ele fizesse alguma manifestação. E nós fomos ao Tribunal mostrar que, se o Tribunal agisse, seria pior para o Estado.

Então, a situação dos bombeiros, Deputado Chico Vigilante, por que o Deputado Wasny de Roure e outros Deputados também já brigaram, é muito simples, Deputado Prof. Israel Batista: só falta a vontade política do Governador Agnelo Queiroz. Baixe um decreto! Regularize a situação, independente de qual seja a questão do edital ou da liminar da Justiça. Baixe um decreto, regularize a situação, dê estabilidade jurídica a esses profissionais e à sociedade. Essa é a situação. Então, do que nós precisamos é que o Governador baixe o decreto. É o que eu vim dizer aqui. Se quiser que nós assessorem, nós temos assessoria competente para isso, temos a cópia do decreto publicado no Diário Oficial no ano de 2009, é só publicar o mesmo decreto ou fazer alguma reformulação dentro da questão jurídica e dar uma estabilidade jurídica a esses profissionais e à sociedade.

Deputado Chico Vigilante, essa é a situação, mas depende de quem? Única e exclusivamente do Governador Agnelo Queiroz, que é quem decide; então, é vontade política. Como eu sei que o Deputado Chico Vigilante, como diz o Deputado Dr. Michel, tem um telefone vermelho que fala com o Governador o tempo inteiro, então é só ligar para o Governador, pedir, baixar o decreto e a situação desses profissionais já estará resolvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Muito obrigado, Deputado Patrício.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. colocar na Ordem do Dia o Requerimento nº 3.374, de 2014, de minha autoria, que “requer realização de audiência pública no dia 16 de setembro de 2014, às 19h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater a implantação do alvará digital no âmbito do Distrito Federal”. Também solicito a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 3.373, de 2014, que “requer realização de audiência pública no dia 8 de setembro de 2014, às 15h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater o Projeto de Lei nº 1.964, de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de formação de curso superior em